



**GIGANTE
COMO O BRASIL**



GIGANTE COMO O BRASIL

As oito décadas de compromisso com o desenvolvimento do país da
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo



PRESIDENTE

José Roberto Tadros

VICE-PRESIDENTES

1º - Abram Abe Szajman**2º - Luiz Carlos Bohn****3º - Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante.**

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Antonio Florencio de Queiroz Junior

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO

Leandro Domingos Teixeira Pinto

VICE-PRESIDENTES

Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos.

DIRETORES ADMINISTRATIVOS

1º - Marcelo Fernandes de Queiroz**2º - Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho**

DIRETORES FINANCEIROS

1º - Ademir dos Santos**2º - Ladislao Pedroso Monte**

DIRETORES

Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonçalves Fernandes, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano.

CONSELHO FISCAL

Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Sousa e Valdemir Alves do Nascimento

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Elienai Tavares Câmara

DIRETORIA-GERAL EXECUTIVA

Simone de Souza Guimarães**CNC - RIO DE JANEIRO**

Av. General Justo, 307

CEP: 20021-130

(21) 3804-9200 / (21) 2544-9279

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - n. 14

Edifício CNC - 15º ao 18º andar

CEP: 70041-902

Tel.: (61) 3329-9500 / (61) 3329-9501

portaldocomercio.org.br

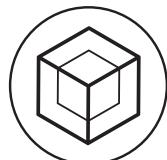
@sistemacnc



@tvcnconline

REALIDADE AUMENTADA

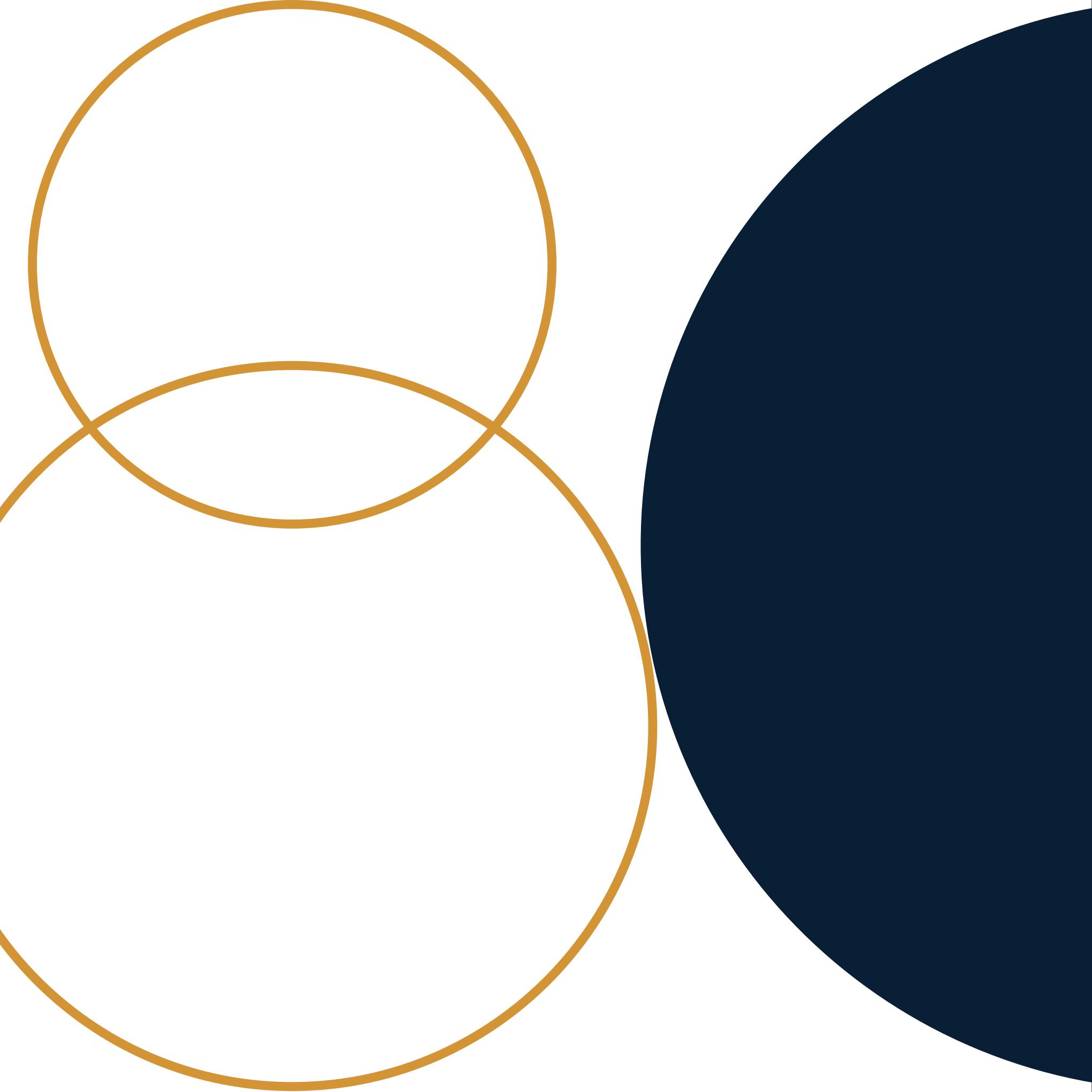
A obra possui marcadores de realidade aumentada com conteúdos extras. Para ter acesso, é preciso, primeiramente, instalar o recurso em seu celular, disponível pelo QR Code. Nas páginas identificadas com o ícone abaixo, basta direcionar a câmera do seu celular para a página.



*“Deixem o Brasil viver em liberdade e
ele próprio construirá sua riqueza”*

João Daudt d’Oliveira

PRIMEIRO PRESIDENTE DA CNC,
POR OCASIÃO DA I CONCLAP (1945),
EMBRIÃO DA ENTIDADE



PALAVRA DO PRESIDENTE

Coragem, inovação e capacidade de adaptação

Celebrar os 80 anos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é celebrar também a trajetória de um setor que é, há décadas, um dos grandes motores da economia brasileira.

O comércio, os serviços e o turismo são responsáveis por gerar emprego, renda, inovação e oportunidades para milhões de brasileiros, e a CNC, desde sua fundação, em 1945, tem sido a voz uníssona desses segmentos, defendendo seus interesses, dialogando com os poderes constituídos e promovendo ações que fortalecem o ambiente de negócios em todo o país.

Ao longo dessas oito décadas, a Confederação construiu uma sólida história de conquistas, sempre orientada pelo compromisso inabalável com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Por meio do Sesc e do Senac, o Sistema Comércio investe continuamente em educação,

saúde, cultura, lazer e qualificação profissional, alcançando milhões de pessoas em todos os estados brasileiros. Esse trabalho, aliado à atuação estratégica da CNC na representação institucional, forma um círculo virtuoso que beneficia trabalhadores, empresários e a sociedade como um todo.

Mais do que olhar para o passado com orgulho, este aniversário é um convite para olhar o futuro com confiança. As transformações econômicas e tecnológicas dos nossos tempos exigem coragem, inovação e capacidade de adaptação – atributos que sempre estiveram presentes na trajetória da CNC.

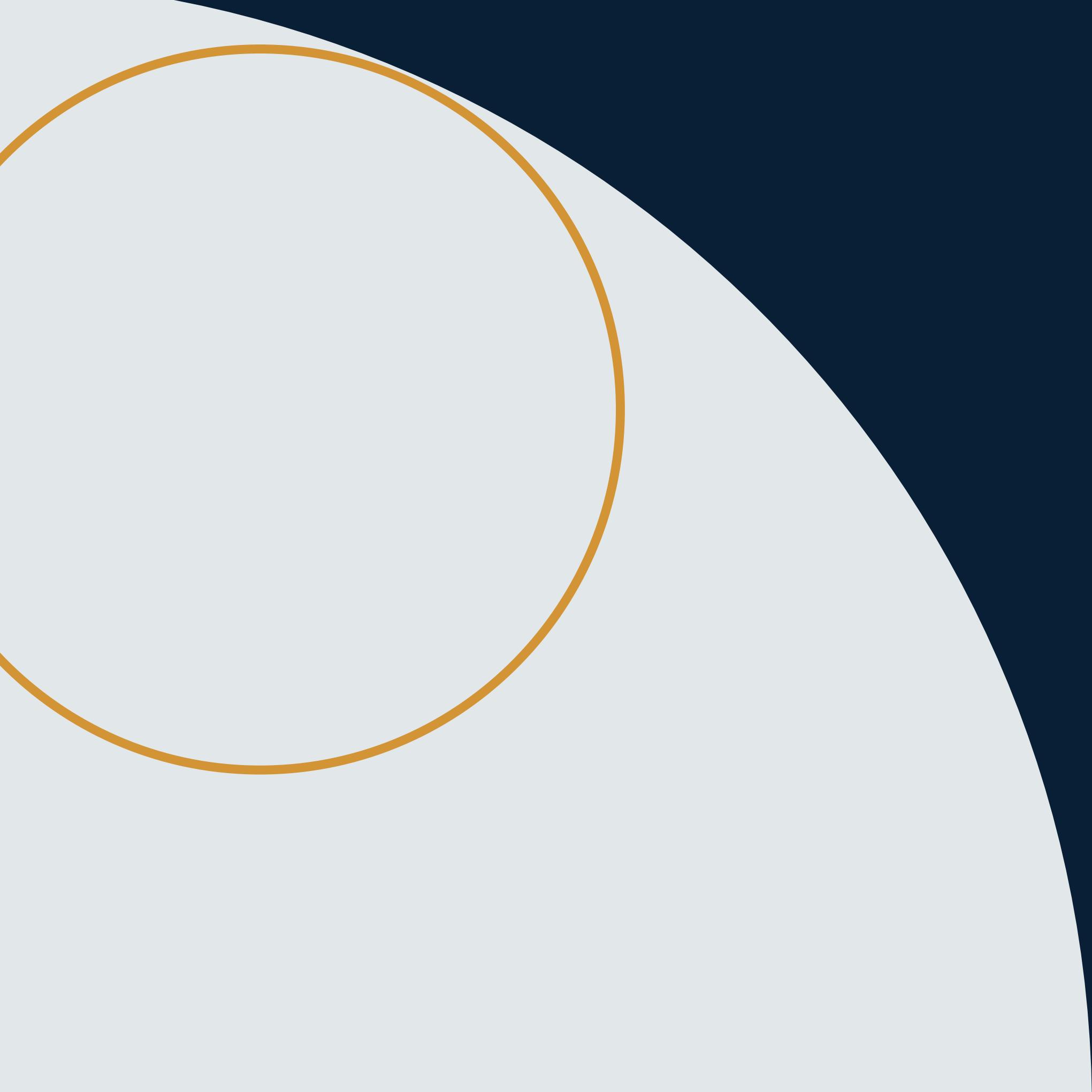
Que este livro comemorativo inspire as próximas gerações a dar continuidade a esta missão: ser agente ativo na construção de um país mais próspero, inclusivo e competitivo. Pois, assim como há 80 anos, continuamos acreditando que fortalecer o comércio, os serviços e o turismo é fortalecer o próprio Brasil. ◎

José Roberto Tadros

PRESIDENTE DO
SISTEMA CNC-SESC-SENAC



Acesse o
conteúdo extra
em Realidade
Aumentada e
saiba mais



SUMÁRIO

11

Introdução

31

CAPÍTULO 1

A potência do setor terciário brasileiro

53

CAPÍTULO 2

Impacto do Sistema CNC-Sesc-Senac
no desenvolvimento do país

91

CAPÍTULO 3

O legado da CNC e o compromisso
com o progresso

117

Galeria de presidentes

123

Linha do tempo

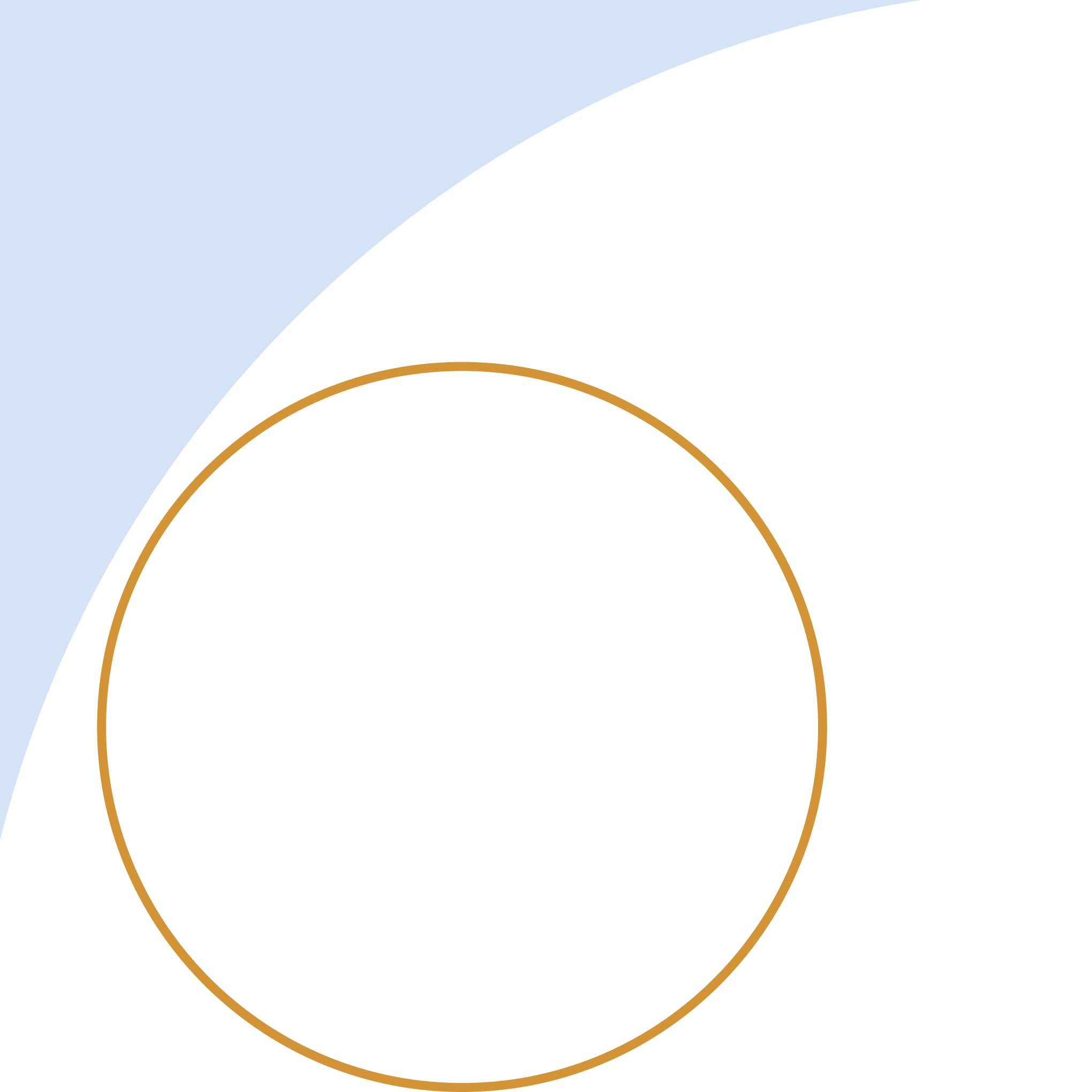
1945–2025

147

Os Princípios

Carta Econômica de Teresópolis

Carta da Paz Social



INTRODUÇÃO



Gigante como o Brasil

AConfederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) completa 80 anos de atividades com uma trajetória que comprova o seu protagonismo no desenvolvimento econômico e social do país. A grandiosidade, a capilaridade da sua estrutura e a abrangência de suas ações, tanto técnicas quanto institucionais, e dos serviços oferecidos alcançam todo o território brasileiro, atendendo a empresários do setor terciário e beneficiando, direta ou indiretamente, toda a população.

Reconhecida como entidade máxima do empresariado comercial do país, a CNC coordena o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), formado por 34 federações patronais (27 estaduais e 7 nacionais), as quais agrupam mais de mil sindicatos patronais de diversos segmentos econômicos do comércio de bens, serviços e turismo em todo o Brasil. No total, representam 7 milhões de estabelecimentos, que empregam 30 milhões de trabalhadores. Juntos, elas são responsáveis por 43,3% do PIB nacional.

O impacto vai além da geração de emprego e renda para milhões de brasileiros e de

riquezas para o país. Essa estrutura de representação empresarial administra um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo: o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O Sesc e o Senac são os braços sociais da CNC, criados quase em paralelo à instituição diante do compromisso de seus fundadores de valorizar os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus familiares com ações nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência.

Com o passar dos anos, os serviços foram estendidos a toda a população, e novos programas inovadores foram criados, como o Ensino a Distância, as Unidades Móveis de Atendimento, o Sesc Pantanal - maior reserva privada de conservação do Brasil, com polo socioambiental projetado, construído e mantido pelo Sistema Comércio em um dos mais importantes e ameaçados biomas do Brasil - e o Sesc Mesa Brasil, maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina, ampliando ainda mais o público que se beneficia das ações do Sistema CNC-Sesc-Senac.

O Sistema Comércio representa 7 milhões de empresas que empregam 30 milhões de trabalhadores e são responsáveis por 43,3% do PIB nacional.

Voz que ecoa

As lideranças à frente da entidade nessas oito décadas cumpriram papel fundamental na trajetória de conquistas da CNC nos mais variados campos, consolidando a sua visão de ser protagonista na representação empresarial e no desenvolvimento do ambiente de negócios do país, além de sua missão de “atuar na defesa dos interesses do comércio de bens, serviços e turismo, promovendo um ambiente favorável ao seu crescimento, fortalecimento e competitividade, em harmonia com o desenvolvimento sustentável da sociedade.”

Desde a sua fundação, como Confederação Nacional do Comércio, em 1945, no Rio de Janeiro, tendo o visionário empresário João Daudt d’Oliveira como primeiro presidente, até os dias atuais, na gestão de José Roberto Tadros, marcada por inovação, protagonismo nacional e fortalecimento do Sesc e do Senac, empresários, executivos e especialistas de todo o Brasil integraram-se às diretorias na condução dos trabalhos, contribuindo para a consolidação das ações e para a amplificação da voz da CNC em todas as esferas.

A CNC sempre manteve uma postura propositiva e colaborativa com as entidades representativas dos demais setores econômicos do país, assim como registrado no documento precursor do sistema, a Carta Econômica de Teresópolis, produzida a partir da I CONCLAP (Conferência Nacional das Classes Produtoras) em maio de 1945, na cidade de Teresópolis (RJ). Sob a liderança de João Daudt d’Oliveira, em torno de 700 empresários e líderes sindicais do comércio, da indústria e da agricultura de todos os estados debateram sobre os desafios do setor no processo de redemocratização do país e produziram o documento histórico, apontando objetivos, princípios e medidas acessórias abrangentes para as mais diversas áreas. Daquele encontro foi também originada a Carta da Paz, um marco significativo em favor da justiça social, do desenvolvimento humano, do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores – pilares do Sesc e do Senac. Desde então, a CNC conservou-se não apenas vigilante, mas participante ativa das questões que determinam os rumos políticos e econômicos do país.

A "CONFERENCIA DE TERESOPOLIS"
TRABALHA PELA GRANDEZA DO BRASIL. A.C.I.A.T.



ICONCLAP, o embrião da CNC.
A Conferência, liderada por João
Daudt d'Oliveira, reuniu cerca de
700 empresários de todo o país

Junto ao Governo Federal, a CNC conquistou autoridade, sendo convidada a participar de comitivas da Presidência da República a outros países e de missões econômicas oficiais internacionais desde os anos 1960. Na década de 1980, diante do novo período de transformação que se iniciava no Brasil, a CNC intensificou a sua atuação institucional com a criação de uma assessoria junto ao Poder Legislativo para acompanhar os temas em tramitação e contribuir com estudos e pareceres, participando efetivamente dos debates com os parlamentares.

A presença da CNC era notada e requerida por diversos deputados federais e senadores

que compreendiam a relevância da contribuição da entidade sindical de grau máximo do setor terciário para o desenvolvimento do país. Assim, a Confederação conquistou voz ativa nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo presidente José Sarney em 1985 e implantada pelo deputado Ulysses Guimarães em 1987, com o objetivo de elaborar novo texto constitucional diante do processo de redemocratização do país com grande participação popular. Todas as áreas da CNC foram envolvidas no acompanhamento dos trabalhos, especialmente a Divisão Jurídica, a Divisão Econômica e a Assessoria Legislativa.



As demandas para a Carta Magna eram reforçadas pela União Brasileira dos Empresários (UBE), integrada pelas confederações da indústria, dos bancos, da agricultura, do comércio e dos transportes e mais de cem associações, representando um universo de quatro milhões de empresas. A CNC presidiu a cerimônia de posse da UBE, realizada na sua sede em Brasília no dia 5 de novembro de 1987, tendo o presidente Antonio de Oliveira Santos como coordenador. “Este é um ponto de encontro onde banqueiros e industriais vestem em comum a roupa de empresário. Sempre em defesa da livre iniciativa”, disse ele em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada na

edição de 15 de novembro de 1987. “Todos os nossos esforços têm, como objetivo, estabilizar o trabalho da Constituinte”, reforçou.

Em paralelo, uma ampla mobilização nacional foi articulada para criação de uma emenda popular na defesa do Sesc, do Senac e também do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) diante da possibilidade de corte de recursos e da extinção dessas instituições. A força do setor foi comprovada: o abaixo-assinado coletou mais de um milhão de assinaturas pela preservação e garantia do Sesc, do Senac e das demais instituições que integram o chamado Sistema S.



Campanha em defesa do Sistema S integrou articulação política junto a Ulysses Guimarães, coesão institucional e mobilização popular. Na coletiva de imprensa, o presidente da CNC, Antonio de Oliveira Santos, com o senador Albano Franco Pires, presidente da CNI, e Antonio Alves, presidente da CNTC. Na anterior, o presidente da CNC durante a exposição no Salão Oval no Senado

“ Nesta atuação, quem mais se desenvolveu para criar o artigo 240 foi a Confederação Nacional do Comércio. Nós estávamos saindo de uma excepcionalidade institucional para o reordenamento constitucional. ”

Bernardo Cabral

EX-MINISTRO, DEPUTADO E SENADOR

Relator da Constituição Federal de 1988 e consultor da presidência da CNC



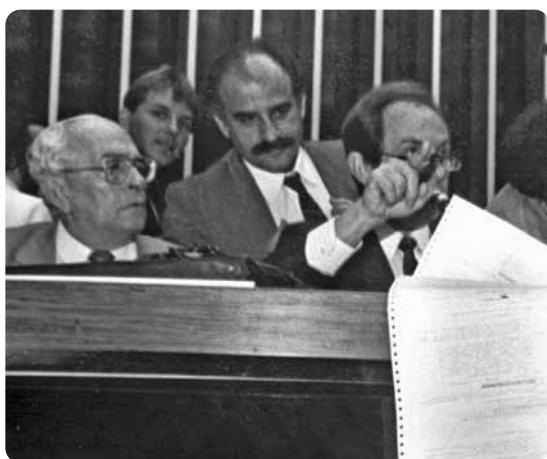
Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Constituição Cidadã

“A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja o nosso grito. Mudar para vencer. Muda, Brasil”, disse Ulysses Guimarães em seu discurso como presidente da Assembleia Nacional Constituinte na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988. Com a Constituição Cidadã, veio a grande conquista: a inclusão do artigo 240 nas Disposições Constitucionais Gerais, garantindo a manutenção dos recursos dos braços sociais da CNC e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Devo declarar que, nesta atuação, quem mais se desenvolveu para criar o artigo 240 foi a Confederação Nacional do Comércio. Nós

estávamos saindo de uma excepcionalidade institucional para o reordenamento constitucional. E quem muito contribuiu, e é bom que se faça essa justiça, foi a turma que a Confederação Nacional do Comércio colocou na frente de trabalho”, afirma Bernardo Cabral, relator da Constituição Federal de 1988. Advogado, professor, ex-ministro, deputado e senador, Cabral atua como consultor da presidência da CNC. “Essa constituinte começou sem nenhum esboço, como todas as outras constituições anteriores do Brasil. Foi pedra sobre pedra, tijolo sobre tijolo, e a grande manifestação na atuação, como verdadeiros guerreiros, foi da instituição chamada Confederação Nacional do Comércio”, reforça.



Registros da importante atuação de Bernardo Cabral como relator-geral em todas as fases da Constituinte

“ Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil.”

Ulysses Guimarães

DEPUTADO FEDERAL

Presidente da Assembleia
Nacional Constituinte



Promulgação da chamada Constituição Cidadã por Ulysses Guimarães: momento histórico do país e um marco na trajetória da CNC com a conquista do art. 240



A voz dos empresários do setor terciário brasileiro foi ganhando força e eco em todas as esferas na defesa dos seus interesses e, especialmente, em atenção ao desenvolvimento econômico e social do país. Fortaleceu-se ainda mais com a instituição do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), em 1991, considerada um marco no processo de modernização e consolidação das entidades patronais do comércio de bens, serviços e turismo.

Com sedes no Rio de Janeiro e em Brasília, além do escritório internacional em Lisboa, Portugal, atualmente a CNC está presente em cerca de 250 espaços de representação, entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, comissões,

conselhos e comitês da Presidência da República e ministérios, órgãos públicos e privados nacionais e internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Conselho de Câmaras de Comércio do Mercosul (CCCM), no qual responde pela presidência.

Para divulgar as competências dos órgãos consultivos e deliberativos, nacionais e internacionais dos quais participa, a CNC implantou a Rede Nacional de Representações do Sistema Confederativo do Comércio (Renar) para que federações, sindicatos e empresários possam acompanhar a atuação dos representantes. Ao disponibilizar essas informações, a CNC demonstra a força da sua política no Brasil e no mundo.



As sedes da CNC em Brasília e no Rio de Janeiro e o prédio que abriga o escritório internacional da Confederação, em Lisboa, Portugal



Inovação e integração.
Evento bienal realizado pela
CNC, o Sicomércio 2025
reuniu 1.600 representantes
do Sistema em Brasília

A potência das ideias pelo futuro do país

No fortalecimento do protagonismo da CNC, destaca-se o importante papel das lideranças empresariais e sindicais de diversos segmentos que integram a diretoria da entidade e as que estão à frente das Câmaras Brasileiras de Comércio e Serviços, órgãos consultivos para as ações do Sistema CNC-Sesc-Senac, além de especialistas em cargos executivos e de profissionais de toda a rede de colaboradores. Também, muito especialmente, das personalidades da vida cultural, política e intelectual brasileira que compõem o Conselho de Notáveis, órgão de assessoramento da CNC para a elaboração de estudos sobre temas econômicos, sociais e políticos relevantes para o país. A coordenação do Conselho de

Notáveis está a cargo do consultor da presidência da CNC, Bernardo Cabral.

Anteriormente denominado Conselho Técnico, esse grupo de excelência vem, desde 1953, subsidiando a entidade na proposição de soluções a problemas e desafios do setor. A “Carta Mensal”, editada a partir das reuniões do Conselho de Notáveis, é enviada a diversos países, embaixadas brasileiras, universidades e órgãos de governo. Entre 1955 e 2024, foram 799 edições, totalizando 3.057 artigos de 183 autores. O compilado está no Índice da Carta Mensal, lançado em 2024, resultado do projeto capitaneado por Cabral e pelo advogado e historiador Arno Wehling, produzido pela Gerência de Documentação e Informação (GDI) da CNC.

Conselho de Notáveis da CNC em reunião na sede da entidade, no Rio de Janeiro, em 2023, com as presenças do jurista e ex-Presidente da República Michel Temer e do ex-Ministro Moreira Franco





“ Livre comércio, segurança jurídica e democracia são essenciais para a prosperidade.”

José Roberto Tadros

PRESIDENTE DO SISTEMA
CNC - SESC - SENAC

Entrega da Agenda Institucional 2025
para Geraldo Alckmin, presidente da
República em exercício na ocasião



Acesse o
conteúdo extra
em Realidade
Aumentada e
saiba mais

A Agenda Institucional do Sistema Comércio é outro documento de grande relevância que amplifica a voz dos empresários brasileiros dos setores representados. Produzida anualmente desde 2022 e construída com a participação de mais de dois mil representantes das Federações, configura-se como um instrumento estratégico que apresenta um conjunto de demandas sobre os temas prioritários para a modernização e o desenvolvimento do Brasil. Trata-se de um movimento contínuo para influenciar políticas públicas e fortalecer o setor terciário.

A entrega da Agenda Institucional é formalizada em uma prestigiosa cerimônia com a presença das mais altas lideranças políticas e empresariais do país. Na solenidade de lançamento da Agenda Institucional 2025, diante do Presidente da República em exercício Geraldo Alckmin, e de parlamentares e presidentes

das Federações do Comércio, José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, enfatizou: “Livre comércio, segurança jurídica e democracia são essenciais para a prosperidade. A CNC segue trabalhando com afinco para garantir um ambiente de negócios mais competitivo e justo”.

Reforma tributária, reforma administrativa, comércio justo e regulamentação das bets são alguns dos diversos temas que demandam o envolvimento da CNC, que, ao completar 80 anos, reafirma seu compromisso com pautas atuais em debates frequentes. Na amplificação desses debates, a entidade expande o seu olhar com iniciativas de peso, como o CNC Global Voices, realizado em 2024, reunindo lideranças, como o ex-presidente Michel Temer e o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair no compartilhamento de conhecimento sobre economia, política e inovação.





Presidente Tadros com o ex-presidente do Brasil Michel Temer e o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair no CNC Global Voices 2024: um importante debate sobre economia, política e inovação

Empresário forte faz o Brasil forte

Transformação digital, sustentabilidade, governança, capacitação e educação corporativa são bandeiras permanentes da CNC, as quais encontram base nos diversos estudos institucionais, livros, pesquisas econômicas, trabalhos técnicos elaborados e pelas soluções oferecidas a empresas, federações e sindicatos. No foco estão sempre os movimentos globais, as políticas e dinâmicas locais e as oportunidades de crescimento para o comércio, os serviços e o turismo.

Entre os acordos internacionais, destaque para a participação ativa no histórico acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia – uma conquista importante para o

setor terciário, interessado na ampliação de mercados e no fortalecimento das exportações brasileiras. A relevância nacional da Confederação é comprovada pelo papel protagonista que assume nas principais pautas econômicas, sociais e políticas do país desde a sua fundação, há 80 anos, e pela atuação contínua, estratégica, responsável e comprometida, na promoção do empreendedorismo, da inovação, da sustentabilidade e da inclusão social. Com a missão de contribuir para o desenvolvimento dos setores que impulsionam o país, a CNC reforça sua convicção de que “empresário forte faz o Brasil forte”. ☉



34
FEDERAÇÕES



1000
SINDICATOS



7 MILHÕES
DE ESTABELECIMENTOS
REPRESENTADOS



43,3%
DO PIB NACIONAL



30 MILHÕES
DE EMPREGOS
GERADOS







The background features a dark navy blue circle with several concentric, thin grey circles inside. A diagonal band of the same dark navy blue color extends from the top-left corner towards the bottom-right. The text is centered within this dark area.

CAPÍTULO 1



A potência do setor terciário brasileiro

Comércio, serviços e turismo. Juntos, esses três pilares formam o coração pulsante da economia brasileira, respondendo por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Somente os 7 milhões de estabelecimentos representados pela CNC são responsáveis por 43,3% do PIB, empregando 30 milhões de trabalhadores. Se fossem um país, estariam incluídos no G20, o grupo das 20 nações mais ricas do mundo. O setor terciário é o motor que move o Brasil.

Esses números são apenas a superfície de um ecossistema dinâmico que abrange

desde pequenos comércios de bairro até grandes redes varejistas, de startups de tecnologia até complexos hospitalares, de serviços financeiros aos destinos turísticos que recebem milhões de visitantes nacionais e estrangeiros.

O setor terciário está presente em todos os 5.570 municípios brasileiros, garantindo não só renda e emprego, mas também serviços essenciais. Espinha dorsal da economia nacional, o setor terciário é o reflexo mais direto do cotidiano da população brasileira. É um setor que acolhe, conecta, transforma.

Comércio, serviços e turismo formam a espinha dorsal da economia brasileira.



TURISMO

Hotéis, eventos, agências, transporte, gastronomia, hospitalidade.



COMÉRCIO

Varejo, atacado, micro e grandes empresas.

SISTEMA
COMÉRCIO
ESTRUTURA



SERVIÇOS

Saúde, educação, tecnologia, finanças, logística, entre outros.

Transformação econômica

A evolução do setor terciário reflete a própria modernização do Brasil. A urbanização acelerada, a industrialização e, mais recentemente, a revolução digital moldaram um setor dinâmico e multifacetado ao longo das décadas.



DE 1940 A 1960

Raízes do comércio moderno

A expansão do comércio varejista alinha-se à consolidação dos centros urbanos. Surgem os primeiros grandes mercados e as redes comerciais, acompanhando o êxodo rural e a concentração populacional nas cidades.

DE 1970 A 1990

A consolidação dos serviços

Com o avanço da urbanização e da economia, os serviços ganharam protagonismo. Bancos, escolas, hospitais e empresas de consultoria tornaram-se essenciais. O turismo firma-se como uma indústria estratégica, gerando empregos e promovendo o Brasil internacionalmente.

DE 2000 ATÉ HOJE

A era digital e da inovação

A digitalização dos processos, o avanço do e-commerce, o crescimento de startups de tecnologia e a transformação digital de serviços públicos e privados mudaram a paisagem econômica. O setor terciário abraça a inovação, impulsionando novos modelos de negócio e ampliando o seu alcance.

Dados revelam a importância do setor terciário nesta transformação econômica. Em 1947, as atividades de serviços (comércio e turismo aí incluídos) significavam 55,7% da riqueza nacional. Ao longo das últimas décadas, o setor cresceu muito e, em 2024, passou a representar 68,8% do PIB. O levantamento foi feito pela área econômica da Confederação, apontando o quanto comércio e serviços acompanharam a evolução da economia do Brasil, com perdas e ganhos.

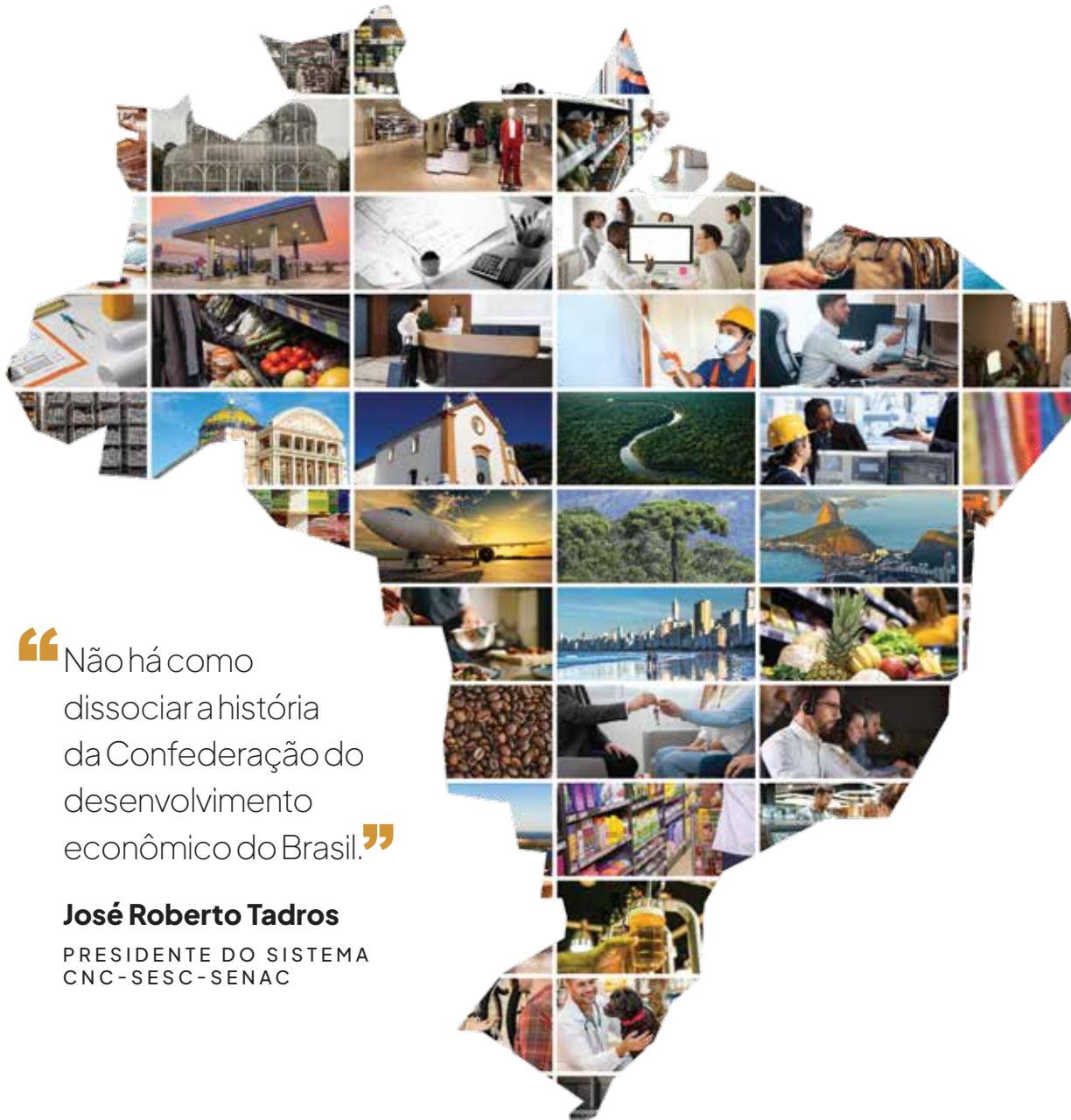
Entre 1945 e 1960, por exemplo, comércio e serviços mais que triplicaram de tamanho graças à evolução da renda e do consumo no período. Entre 1961 e 1980, porém, o movimento foi contrário, com mudanças na economia nacional em consequência do cenário de déficit fiscal, endividamento público e inflação, com impactos negativos no setor terciário. Já na década de 1980, com o descontrole da inflação e as mudanças estruturais no ambiente de negócios, os serviços descolaram-se am-

plamente do comércio no que diz respeito ao desempenho. No período de 1981 a 1989, o setor de serviços cresceu relativamente a uma taxa três vezes superior à do comércio.

Nas décadas seguintes, até 2020, os altos e baixos da economia, aliados à ampliação da participação dos serviços no cotidiano da população – com o desenvolvimento da tecnologia, das comunicações e do turismo, entre outros – consolidaram o aumento da fatia dos serviços no PIB e o recuo do comércio, que, no entanto, mantém fundamental importância na geração de renda e emprego no Brasil. “A CNC tem tido uma participação crucial nos movimentos dos setores do comércio e serviços na economia brasileira, seja no crescimento desses setores ou no apoio às empresas nos momentos de dificuldade e crise. Não há como dissociar a história da Confederação do desenvolvimento econômico do Brasil”, destaca o presidente José Roberto Tadros.



Acesse o Anuário do Sistema Comércio e conheça dados que refletem a importância do setor terciário para o Brasil, com uma visão abrangente do impacto do Sistema Comércio na economia brasileira, sua representação sindical e iniciativas de desenvolvimento profissional e social



“ Não há como dissociar a história da Confederação do desenvolvimento econômico do Brasil. ”

José Roberto Tadros

PRESIDENTE DO SISTEMA
CNC-SESC-SENAC



O papel da CNC: representar, fortalecer e transformar

A CNC é a entidade sindical de grau máximo do setor terciário brasileiro. Atua de forma articulada e estratégica para fortalecer o ambiente de negócios, defender os interesses do comércio, dos serviços e do turismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país. Para reforçar sua atuação institucional, a CNC mantém estruturas consultivas e técnicas que aprofundam o diálogo com a sociedade e subsidiam decisões estratégicas.

Cetur - Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade

O Cetur/CNC é um dos principais fóruns nacionais de articulação e fomento ao turismo. Foi criado em 1955 pela CNC como Conselho de Turismo, a partir do reconhecimento da atividade como um dos caminhos mais efetivos para o desenvolvimento social e econômico do país. Reúne entidades representativas da cadeia produtiva do turismo, além das federações e personalidades reconhecidas

do mercado de turismo e hospitalidade para debater políticas públicas, tendências de mercado e temas estruturantes para o desenvolvimento da atividade turística. O Cetur também é responsável por estudos e diagnósticos que demonstram a força econômica e social do turismo brasileiro, além de divulgar e promover o Sistema CNC-Sesc-Senac em eventos do setor.



Acesse o site e saiba tudo sobre o Cetur/CNC



Presidente da CNC, José Roberto Tadros, e o coordenador do Cetur, Alexandre Sampaio, no lançamento do selo comemorativo aos 70 anos do Conselho

Conselho de Notáveis

Órgão de assessoramento da presidência da CNC, o Conselho de Notáveis foi instituído em 1953 como Conselho Técnico. Reúne personalidades da vida pública, intelectual e empresarial brasileira, com o papel de oferecer análises e reflexões sobre temas estratégicos que impactam o comércio e o desenvolvimento nacional. A partir de reuniões periódicas, o

Conselho de Notáveis colabora com ideias e propostas que subsidiam a atuação institucional da Confederação e originam a *Carta Mensal*, publicação editada pela CNC e distribuída a universidades e órgãos de governo de diversos países. Os membros são escolhidos pelo presidente da CNC e referendados pela Diretoria da Confederação.



Acesse o site para conhecer os integrantes do Conselho de Notáveis e ler as edições da *Carta Mensal*



Representações

Para cumprir sua missão de assegurar melhores condições ao empresariado do comércio brasileiro e fortalecer o protagonismo político da entidade, a CNC tem representação em órgãos consultivos e deliberativos públicos e privados, no Brasil e no exterior. São mais de 250 espaços de representação institucional. A CNC mantém assento em organismos do Poder Executivo, como conselhos,

comitês temáticos, comissões e grupos de trabalho da Presidência da República e dos ministérios. Junto ao Poder Legislativo, oferece suporte na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas. As competências dos órgãos e a atuação da CNC em cada um deles estão divulgadas na Rede Nacional de Representações do Sistema Confederativo do Comércio (Renar).

Acesse a página e saiba mais sobre a Renar



Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços

As Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços são órgãos consultivos que aprofundam o diálogo entre a CNC e os diferentes segmentos econômicos representados. São compostas por lideranças empresariais e sindicais de todo o país, indicadas pelas Federações Estaduais e Nacionais do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e aprovadas pelo presidente da CNC. O foco é a elaboração de propostas, análises e soluções para os desafios dos setores envolvidos.

Reforma tributária, legislação setorial e inovação são temas constantes e transversais entre as Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, cujos membros contam com o apoio

de áreas técnicas da CNC e de autoridades e especialistas das áreas no desenvolvimento dos trabalhos. A coordenação administrativa é exercida pela Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), e a coordenação geral fica a cargo de um integrante da Diretoria da CNC indicado pela maioria.

Originadas dos Grupos Empresariais de Assessoramento (GEA) instituídos pela CNC em 1986 para a execução de programas especiais em áreas de interesse relevante do comércio, as Câmaras receberam essa denominação em 1995, e, desde então, vêm ganhando visibilidade como um instrumento fundamental para o fortalecimento do Sistema. Em 2024, a ACBCS registrou 840 participantes nas 23 reuniões realizadas, com 126 proposições apresentadas, das quais 117 já foram concluídas. No total, foram 24.293 ações.

Luiz Carlos Bohn, coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços



Acesse a página das Câmaras no Portal do Comércio para saber mais sobre cada uma delas, acessar os relatórios anuais e acompanhar as notícias recentes



Câmaras Brasileiras

**CBTIN**

Câmara Brasileira
de Tecnologia
da Informação e
Inovação

**CBCEX**

Câmara Brasileira do
Comércio Exterior

**CBCC**

Câmara Brasileira
do Comércio de
Combustíveis

**CBCGAL**

Câmara Brasileira
do Comércio de
Gêneros Alimentícios

**CBCSI**

Câmara Brasileira
de Comércio e
Serviços Imobiliários

**CBFARMA**

Câmara Brasileira
de Produtos
Farmacêuticos

**CBS**

Câmara Brasileira
do Serviços

**CBÓPTICA**

Câmara Brasileira
do Comércio
de Produtos e
Serviços Ópticos

**CBCPAVE**

Câmara Brasileira
do Comércio de
Peças e Acessórios
para Veículos

**CBMC**

Câmara Brasileira
de Materiais
de Construção

**CBMEC**

Câmara Brasileira
das Mulheres
Empreendedoras
do Comércio

Federações e Sindicatos: força e governança

As federações, os sindicatos e as empresas do comércio de bens, serviços e turismo são a base de todo o Sistema CNC-Sesc-Senac. A presença capilarizada alcança todas as regiões do Brasil com a defesa dos empresários, nos níveis estadual e municipal, e os serviços regionais de Sesc e Senac nas áreas educacionais, culturais, sociais, de saúde, esporte e lazer de forma alinhada à realidade de cada estado. Essas entidades articulam os interesses do setor produtivo, asseguram a efetividade das ações e fortalecem a representatividade empresarial em todo o país. É força e governança a serviço do setor produtivo.

A força desse modelo está na união da CNC com 34 federações empresariais – sendo 27 estaduais e 7 nacionais – e 1.096 sindicatos dos diversos segmentos do comércio de bens, serviços e turismo. Juntos, formam uma rede sólida, potente e abrangente na representação de cerca de sete milhões de empresários a favor do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Essa governança colaborativa se consolida por meio do Conselho de Representantes da CNC, formado por integrantes das Federações filiadas. Eles são responsáveis pela eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Confederação, assegurando uma gestão que reflete os interesses de toda a base empresarial.

Representação do
Sistema Comércio



Federações nacionais

FEBRAC

Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação

Fundada em 7 de março de 1983

Sindicatos filiados: 29

PRESIDENTE:

Edmilson Pereira de Assis

febrac.org.br



FBHA

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação

Fundada em 23 de setembro de 1955

Sindicatos filiados: 67

PRESIDENTE:

Alexandre Sampaio de Abreu

fbha.portaldocomercio.org.br



FENACON

Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

Fundada em 26 de abril de 1991

Sindicatos filiados: 40

PRESIDENTE:

Daniel Mesquita Coêlho

fenacon.org.br



FENAVIST

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Fundada em 1 de março de 1989

Sindicatos filiados: 29

PRESIDENTE:

Jeferson Furlan Nazário

fenavist.org.br



Feaduaneiros

Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros

Fundada em 21 de abril de 1953

Sindicatos filiados: 11

PRESIDENTE:

José Carlos Raposo Barbosa

feaduaneiros.portaldocomercio.org.br



Fecombustíveis

Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes

Fundada em 20 de julho de 1960

Sindicatos filiados: 34

PRESIDENTE:

James Thorp Neto

fecombustiveis.org.br



FENACOR

Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros

Fundada em 25 de outubro de 1968

Sindicatos filiados: 24

PRESIDENTE:

Armando Vergilio dos Santos Júnior

fenacor.org.br



Federações estaduais

Fecomércio AC

Fundada em 25 de maio de 1990

Sindicatos filiados: 7

PRESIDENTE:

Leandro Domingos Teixeira Pinto



fecomercio-ac.portaldocomercio.org.br

Fecomércio AL

Fundada em 29 de julho de 1948

Sindicatos filiados: 8

PRESIDENTE:

Adeildo Sotero da Silva



fecomercio-al.com.br

Fecomércio AP

Fundada em 14 de fevereiro de 1991

Sindicatos filiados: 12

PRESIDENTE:

Ladislao Pedroso Monte



fecomercio-ap.portaldocomercio.org.br

Fecomércio AM

Fundada em 15 de março de 1954

Sindicatos filiados: 6

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:

Aderson Santos da Frota



fecomercio-am.org.br

Fecomércio BA

Fundada em 9 de agosto de 1947

Sindicatos filiados: 34

PRESIDENTE:

Kelsor Gonçalves Fernandes



fecomercioba.com.br

Fecomércio CE

Fundada em 16 de março de 1948

Sindicatos filiados: 35

PRESIDENTE:

Luiz Gastão Bittencourt da Silva



fecomercio-ce.com.br

Fecomércio DF

Fundada em 28 de dezembro de 1970
Sindicatos filiados: 27

PRESIDENTE:
José Aparecido da Costa Freire



fecomerciodf.com.br

Fecomércio ES

Fundada em 28 de maio de 1954
Sindicatos filiados: 24

PRESIDENTE:
Idalberto Luiz Moro



fecomercio-es.com.br

Fecomércio GO

Fundada em 23 de março de 1948
Sindicatos filiados: 33

PRESIDENTE:
Marcelo Baiocchi Carneiro



fecomercio-go.portaldocomercio.org.br

Fecomércio MA

Fundada em 26 de agosto de 1953
Sindicatos filiados: 19

PRESIDENTE:
Maurício Aragão Feijó



fecomercio-ma.com.br

Fecomércio MT

Fundada em 9 de fevereiro de 1958
Sindicatos filiados: 16

PRESIDENTE:
José Wenceslau de Souza Júnior



fecomerciomi.org.br

Fecomércio MS

Fundada em 29 de agosto de 1979
Sindicatos filiados: 15

PRESIDENTE:
Edison Ferreira de Araújo



fecomercio-ms.com.br

Fecomércio MG

Fundada em 4 de dezembro de 1938
Sindicatos: 48 filiados e 8 conveniados

PRESIDENTE:
Nadim Elias Donato Filho



fecomerciog.org.br

Fecomércio PA

Fundada em 19 de novembro de 1949
Sindicatos filiados: 23

PRESIDENTE:
Sebastião de Oliveira Campos



fecomercio-pa.com.br

Fecomércio PB

Fundada em 18 de julho de 1949
Sindicatos filiados: 22

PRESIDENTE:
José Marconi Medeiros de Souza



fecomercio-pb.com.br

Fecomércio PE

Fundada em 12 de outubro de 1942
Sindicatos filiados: 22

PRESIDENTE:
Bernardo Peixoto dos Santos
Oliveira Sobrinho



fecomercio-pe.com.br

Fecomércio PI

Fundada em 7 de agosto de 1954
Sindicatos filiados: 24

PRESIDENTE:
Francisco Valdeci de
Sousa Cavalcante



fecomercio-pi.portaldocomercio.org.br

Fecomércio PR

Fundada em 19 de janeiro de 1948
Sindicatos filiados: 60

PRESIDENTE:
Darci Piana



fecomerciopr.com.br

Fecomércio RJ

Fundada em 21 de outubro de 1941
Sindicatos filiados: 59

PRESIDENTE:
Antonio Florencio de Queiroz Junior



fecomercio-rj.portaldocomercio.org.br

Fecomércio RN

Fundada em 10 de janeiro de 1949
Sindicatos filiados: 16

PRESIDENTE:
Marcelo Fernandes de Queiroz



fecomerciorn.com.br

Fecomércio RS

Fundada em 3 de agosto de 1945
Sindicatos filiados: 100

PRESIDENTE:
Luiz Carlos Bohn



fecomercio-rs.org.br

Fecomércio RO

Fundada em 28 de março de 1983
Sindicatos filiados: 11

PRESIDENTE:
Raniery Araújo Coelho



fecomercio-ro.com.br

Fecomércio RR

Fundada em 10 de abril de 1991
Sindicatos filiados: 13

PRESIDENTE:
Ademir dos Santos



fecomerciorr.com.br

Fecomércio SC

Fundada em 10 de agosto de 1948
Sindicatos filiados: 65

PRESIDENTE:
Hélio Dagnoni



fecomercio-sc.com.br

Fecomércio SP

Fundada em 30 de agosto de 1938
Sindicatos filiados: 130

PRESIDENTE
Abram Szajman



fecomercio.com.br

Fecomércio SE

Fundada em 28 de fevereiro de 1948
Sindicatos filiados: 11

PRESIDENTE:
José Marcos de Andrade



fecomercio-se.com.br

Fecomércio TO

Fundada em 4 de maio de 1992
Sindicatos filiados: 10

PRESIDENTE:
Itelvino Pisoni



fecomercioto.com.br



Escultura de Mercúrio, divindade que representa o comércio na mitologia romana

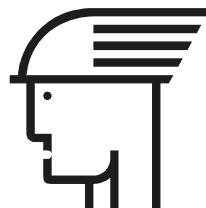
Uma marca: símbolo da unidade do Sistema

Mercúrio, o deus do comércio na mitologia romana, sempre foi uma representação importante para a CNC. A primeira marca utilizada pela entidade exibia o rosto de Mercúrio, com destaque para o capacete alado. Ela foi ganhando novas versões ao longo dos anos até 2012, quando foi completamente transformada. A nova marca, minimalista, passou a exibir as iniciais da entidade – CNC –

associada ao símbolo que remete às asas de Mercúrio. A intenção foi expressar a capacidade de a entidade alçar voos mais altos. Em 2020, associou as siglas Sesc e Senac, reforçando a unidade do Sistema CNC-Sesc-Senac. Para representar a integração do Sistema Comércio, uma nova versão foi desenvolvida para incluir as palavras Federações e Sindicatos ao conjunto, comunicando a coesão institucional. ☺



1960



1980



1990



2012



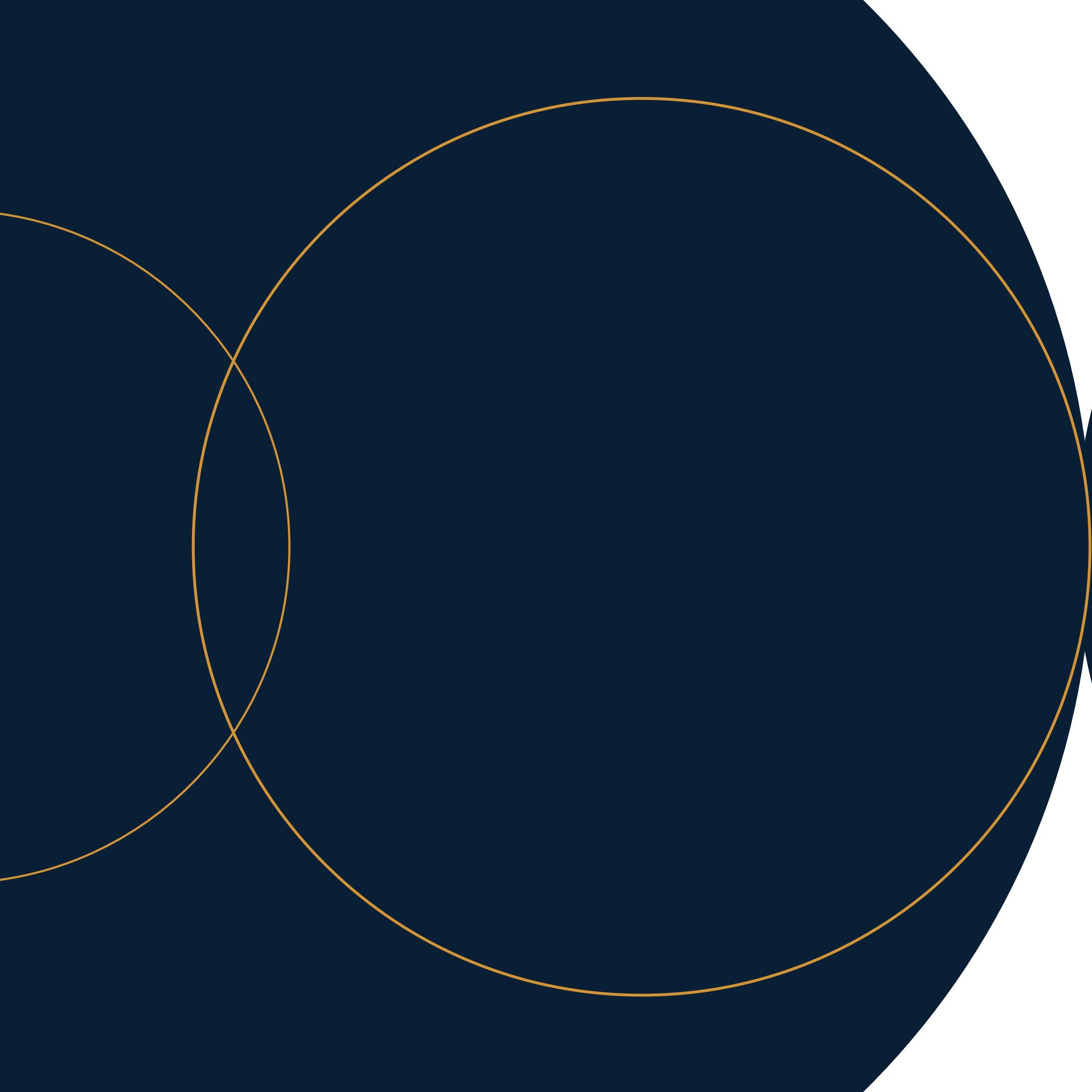
2020



Federações

Sindicatos Empresariais





CAPÍTULO 2



Impacto do Sistema CNC-Sesc-Senac no desenvolvimento do país

A trajetória da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a de suas instituições integradas - o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) - estão entrelaçadas com a história de crescimento e transformação do Brasil nas últimas oito décadas. Mais do que uma organização representativa, o Sistema CNC-Sesc-Senac consolidou-se como um catalisador de políticas públicas, desenvolvimento humano e progresso econômico, com presença marcante em todo o território nacional. Sua atuação integrada é reconhecida por impulsionar o fortalecimento do setor terciário e transformar realidades pela educação, cultura, saúde, inclusão e sustentabilidade.

O Sesc e o Senac são administrados pela CNC em uma estrutura que inclui os Departamentos Nacionais (DN) e os Regionais, sempre com gestão técnica e voltada ao interesse público. Os DNs são responsáveis pela elaboração, coordenação e monitoramento dos projetos desenvolvidos. Também respondem pela assistência sistemática aos Departamentos Regionais, vinculados às Federações Estaduais, com o objetivo de garantir a eficiência e a uniformidade das ações.

Os recursos que financiam as ações são oriundos da contribuição compulsória de empresas do setor - garantida pelo art. 240 da Constituição Federal de 1988. São recursos privados, geridos com total transparência e auditados com controles internos rigorosos e fiscalização pelo Poder Público por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), assim como as demais instituições que compõem o Sistema S: Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesi (Serviço Social da Indústria), Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Sest (Serviço Social do Transporte), Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

O impacto social é realmente indiscutível. O Sesc e o Senac, com suas capilaridades, abrangem localidades onde nem sempre o Estado consegue alcançar, oferecendo educação, saúde, assistência e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Promovem inclusão social com eficiência por meio do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) e do Programa Senac de Gratuidade (PSG), permitindo acesso gratuito às atividades a quem mais precisa.

O Sistema CNC-Sesc-Senac consolidou-se como um catalisador de políticas públicas, desenvolvimento humano e progresso econômico.



Do tamanho do Brasil

Casos concretos ilustram o impacto transformador do Sistema CNC-Sesc-Senac na vida das pessoas. Desde jovens aprendizes que se tornaram educadores e empreendedores até artistas que encontraram nas ações do Sesc a chance de se profissionalizar, os depoimentos colhidos nas cinco regiões do país pela campanha “Do tamanho do Brasil” reforçam a extensão e a relevância das ações promovidas.

Iniciada em 2022, a campanha foi desenvolvida em fases, iniciando com Sesc e Senac, passando pelas federações estaduais e pelos sindicatos filiados. Uma estratégia de comunicação ampla e abrangente torna públicos os cases e fortalece o Sistema ao revelar depoimentos reais em vídeos produzidos pela Confederação, exibidos no CNC Play, canal da CNC no YouTube, e em outras mídias.



Acesse a página
da websérie e assista a
todas as temporadas

Turismo: informação e conexão

“A Federação do Comércio e a CNC realmente fazem, para nós, um trabalho muito importante, porque é alguém pensando o Turismo estrategicamente, ligando políticas públicas e ligando também os grandes eventos. Eu recebo todos os dias informação de como ser uma melhor empreendedora por meio deles. Eles nos municiam de informações de natureza legal, tributária e mesmo de qualidade de serviços. Na nossa área do Turismo, sem informação, sem capacidade de comunicar informação, nós não somos nada.”

Laura Santi
Amparo (SP)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais



Saúde, cultura e lazer

A valorização do bem-estar e do acesso às atividades fora do ambiente de trabalho são os pilares do Sesc, que promove ações para oferecer mais qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras do comércio, seus dependentes e para a comunidade em geral. Suas atividades são organizadas em torno de cinco áreas principais: saúde, cultura, educação, lazer e assistência.

A Rede Sesc de Educação oferece Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – e projetos de Educação Complementar, como Criar Sesc, Sesc Ciências, cursos de idiomas e cursos pré-Enem e pré-vestibulares. Na área da saúde, o Sesc oferece serviços odontológicos, atendimentos preventivos e campanhas de promoção da saúde em todo o país, incluindo equipamentos itinerantes que vão até as comunidades mais distantes.

As atividades de lazer e esportes incentivam hábitos saudáveis, convivência e cidadania, com destaque para as colônias de férias, as aulas em diversas modalidades, promoção

de campeonatos, entre outras iniciativas para crianças, jovens, adultos, além dos programas voltados à terceira idade. Na cultura, a instituição realiza festivais, espetáculos, exposições e oficinas, promovendo também grupos de teatro, iniciativas de outras instituições e oferecendo cursos na área. Dessa forma, é realizada a democratização do acesso às artes, o que valoriza a diversidade cultural brasileira.

Com espaços culturais e centros de formação espalhados por todo o Brasil, o Sistema estimula a criatividade como ferramenta de transformação social, oferecendo estrutura, formação e visibilidade para artistas, empreendedores criativos e agentes culturais. No Sesc, programas como Palco Giratório, Mostra Sesc de Cinema, Sesc Orquestra Jovem e os Prêmios de Literatura e de Artes Cênicas são reconhecidos e referenciados em todo o Brasil. Destacam-se as unidades de referência no fomento à cultura no país: o Sesc Pompeia, em São Paulo, e o Polo Sociocultural Sesc Paraty, no Rio de Janeiro.



Acesse o portal
do Sesc Brasil

“O Sesc tem uma trajetória histórica de transformação social no Brasil, levando educação, cultura, saúde e lazer a milhões de brasileiros e reafirmando, ao longo das décadas, seu compromisso com o bem-estar e a cidadania.”

José Roberto Tadros

PRESIDENTE
DO SISTEMA
CNC-SESC-SENAC



“A história do Sesc está profundamente ligada à da CNC. Desde a sua criação, a Confederação foi a voz que garantiu a legitimidade e a sustentação dessa grande obra social do empresariado do comércio. Ao longo de oito décadas, caminhamos juntos na missão de transformar a vida dos trabalhadores e de suas famílias.”

José Carlos Cirilo

DIRETOR-GERAL
DO DEPARTAMENTO
NACIONAL DO SESC



Números do Sesc

**10,5
milhões**

de credenciados

**7,8
milhões**

de inscritos nas atividades

793

unidades fixas e móveis

+2mil

municípios
beneficiados

Sesc: Educação e Bolsa Social

“ Eu nunca teria condições de dar um futuro para os meus filhos como o Sesc está dando. Eu agradeço muito ao pessoal do Sesc. É uma realização que não tem como falar. ”

Cleber Gomes

Goiânia (GO)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais



Sesc Mesa Brasil

O Sesc Mesa Brasil é um dos programas mais reconhecidos do país no combate à fome e ao desperdício de alimentos, com representação nacional como membro do comitê gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos do Governo Federal. Trata-se da maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina, criada em 1994 para contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade no Brasil todo.

Na prática, o programa é a ponte entre empresas que doam os seus excedentes de produção – alimentos seguros para o consumo –, propriedades rurais, entrepostos de hortifrutí, supermercados, pequenas feiras e comércios e instituições assistenciais, como asilos, creches

e associações comunitárias. O Sesc Mesa Brasil organiza as doações e assume a logística de coleta, separação e entrega, e vem registrando recordes de arrecadação. Atua, ainda, no desenvolvimento de ações educativas nas áreas de nutrição e assistência social e, em caráter emergencial, no atendimento a pessoas atingidas por calamidades em todo o país.

Composta atualmente por mais de 100 bancos que atendem 743 municípios brasileiros, já distribuiu mais de 770 milhões de quilos de alimentos desde que foi criada. Referência internacional, o programa conta, desde 2013, com o reconhecimento da organização internacional The Global FoodBanking Network, que apoia soluções lideradas pelas comunidades para aliviar a fome em mais de 50 países.



Acesse o site do
Sesc Mesa Brasil

Os números

Resultados registrados
em 2024

57
milhões

de quilos de alimentos distribuídos e outras
doações (higiene, limpeza, vestuário etc)

2,3
milhões

de pessoas atendidas, em
média, todos os meses

3,4
mil

empresas doadoras

7,3
mil

entidades assistenciais
cadastradas

133
mil

participantes em 12,4
mil ações educativas

GIGANTE
COMO O BRASIL

64



Meio ambiente: preservação e educação

O compromisso com o meio ambiente é uma das marcas do Sistema CNC-Sesc-Senac. Para além da conscientização e do incentivo à sustentabilidade está a conservação do ecossistema e a preservação de espécies em extinção. O Sesc mantém a guarda de cinco reservas ecológicas, sendo duas delas certificadas pelo Governo Federal como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): o Sesc Pantanal, em Mato Grosso, e o Sesc Tepequé, em Roraima. As demais reservas, classificadas como áreas de conservação, são o Sesc Bertioga, em São Paulo, o Sesc Iparana, no Ceará, e o Serra Azul, também em Mato Grosso.

A reserva do Sesc Pantanal foi criada em 1997 e tornou-se referência em educação, conservação da natureza, pesquisa científica, ação social e turismo sustentável, sendo considerada a maior do país, com 108 mil hectares. Certificada como RPPN, possui relevante contribuição para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, o lobo-guará e o tamanduá-bandeira. Além das ações educativas, da conservação ambiental e do desenvolvimento de pesquisas, as equipes atuam no monitoramento, na prevenção e no combate a incêndios.

Na ocorrência de incêndios, a instituição mobiliza toda sua infraestrutura – incluindo hotel, alimentação, transporte, brigadas especializadas e aeronaves – para apoiar ações de combate ao fogo.

Além da RPPN, integram o Polo Socioambiental Sesc Pantanal o Hotel Sesc Porto Cerrado, com 142 unidades habitacionais, o Parque Sesc Baía das Pedras, com 4.200 hectares, o Sesc Poconé, com 4.350 metros quadrados, o Parque Sesc Serra Azul, com 5.700 hectares, e a Base Administrativa, em Várzea Grande, vizinha a Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

O Sesc Pantanal também responde pela maior estrutura educacional de Poconé. Inaugurado em setembro de 2023, o Complexo Educacional Sesc Pantanal Ministro Gilmar Mendes – assim denominado em homenagem ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), mato-grossense de Diamantino que esteve presente à solenidade de inauguração. Com três mil metros quadrados, a nova unidade ampliou a capacidade de atendimento da Escola Sesc Pantanal, criada em 2002, atendendo cerca de 300 alunos gratuitamente em um espaço inovador, referência em sustentabilidade.



Assista ao episódio
Sesc Pantanal produzido pelo
programa Vai Turismo



Educação e capacitação profissional

A atuação do Senac é decisiva para a qualificação da força de trabalho brasileira, especialmente no setor de comércio, serviços e turismo. Por meio de uma estrutura presente em todos os estados brasileiros, o Senac oferece cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação para jovens e adultos. Com metodologias inovadoras e currículos alinhados às exigências do mercado, a instituição forma, anualmente, centenas de milhares de profissionais prontos para ingressar ou se reposicionar no mercado de trabalho.

O Senac investe também na formação cidadã e no estímulo ao empreendedorismo, promovendo a autonomia dos alunos, que podem dar continuidade à aplicação do conhecimento adquirido. Essa é a fórmula para contribuir com a geração de emprego e renda. A atuação do Senac impacta jovens em situação de vulnerabilidade, assim como profissionais em transição de carreira e empreendedores em busca de atualização. Desde 2008, 4,7 milhões de alunos foram atendidos pelo Programa Senac de Gratuidade.



Acesse o portal
do Senac Brasil



“O Senac consolidou-se como referência na formação profissional no Brasil, preparando gerações de trabalhadores e contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do comércio e dos serviços.”

José Roberto Tadros

PRESIDENTE
DO SISTEMA
CNC-SESC-SENAC



“Foi pela visão e pelo compromisso da Confederação que nasceu a nossa missão de formar profissionais qualificados para os desafios do mercado. Caminhamos lado a lado, fortalecendo o comércio de bens, serviços e turismo, mas, sobretudo, ampliando oportunidades de inclusão social e desenvolvimento humano.”

Marcus Fernandes

DIRETOR-GERAL
DO DEPARTAMENTO
NACIONAL DO SENAC



Números do Senac

78
milhões

de atendimentos
desde 1946

278
milhões

de horas-aula
por ano

+1,1mil

títulos de cursos
em 28 segmentos

+2mil

municípios atendidos
em todos os estados

Senac: de Jovem Aprendiz a instrutora

“Apareceu uma oportunidade para Jovem Aprendiz no Senac. Essa decisão foi muito importante porque, até então, eu não tinha muita experiência profissional. Eu terminei o curso, ingressei na Faculdade de Engenharia e tive a oportunidade de dar aulas no curso técnico. E ali eu tive a certeza de que dar aulas era tudo o que eu queria fazer.”

Camila Oliveira Colares

Vitória (ES)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais





Desenvolvimento empresarial: a bússola do setor

A CNC sempre adotou postura proativa para se conectar aos empresários do setor, intensificando o diálogo, ampliando os canais de escuta e oferecendo soluções e canais de informação que orientam, guiam e contribuem para o direcionamento dos gestores nas tomadas de decisão.

As pesquisas econômicas realizadas pela CNC têm desempenhado um papel fundamental nesse sentido. Entre 2018 e 2024, foram realizados mais de 300 levantamentos, como a

Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), a Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), a Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) e o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC). Periodicamente, são produzidas projeções de vendas e análises econômicas. Esses conteúdos são amplamente divulgados na imprensa, atingindo os empresários de todo o país. Somente nesse período de cinco anos, foram mais de 94 mil reportagens em jornais, rádios, TVs e sites de notícias.

Acesse a página das
Pesquisas Econômicas e
confira todas as publicações



PEIC
Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PMC

ICF
Intenção de Consumo das Famílias

ICEC
Índice de Confiança do Empresário do Comércio

Soluções para empresas

Portfólio do Sistema

Plataforma on-line que apresenta os principais produtos e serviços oferecidos pelo Sistema Comércio para os empresários em cada estado do país.

Certificado de Origem

Documento exigido pelo Mercosul e pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) para comprovar a origem das mercadorias, garantindo reduções tarifárias nos acordos comerciais intrarregionais.

Programa CNC Hunting

Colaboração entre a CNC e a plataforma de investimentos Sai do Papel para identificar e priorizar oportunidades de negócios inovadoras que possam trazer disruptão e competitividade ao mercado e promover o crescimento do negócio.

Pesquisas e análises econômicas

Estudos, levantamentos, pesquisas e análises, com gráficos completos e séries históricas.

Atestado de Exclusividade

O Atestado de Comercialização Exclusiva justifica a inexigibilidade de licitação para compras governamentais quando o produto ou serviço só pode ser fornecido por um único produtor ou empresa.

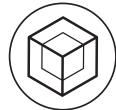
Programa Vai Turismo

Movimento nacional, formado por pessoas e organizações, que visa contribuir com propostas que impulsionem o setor de turismo.

Empreendedorismo e capacitação com apoio do Sistema

“ Eu comecei na área de TI, mas sentia vontade de me conectar com as pessoas. O start foi depois que fiz mestrado em Gestão de Empresas. Eu já tinha experiência com empreendedorismo, e era muito inquieta: queria aprender e aplicar. E me senti mais à vontade sendo empresária. Criei o restaurante e via que a cozinha profissional era uma caixinha preta. Pensei: ‘eu tenho que me capacitar’. Então, busquei o curso técnico do Senac. Quando os nossos três cozinheiros-chefes formaram suas equipes e eu senti que poderiam se afastar por seis meses, como eu fiz, liberamos eles e custeamos os três no Senac juntos. Eles são meus braços. Eu já posso até me aposentar. ”

Elisângela Aguiar do Vale
Manaus (AM)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais

Soluções para Federações e Sindicatos

A CNC também promove uma série de iniciativas de capacitação para o desenvolvimento das competências dos gestores, profissionais e líderes das entidades do Sistema Comércio, oferecendo soluções exclusivas para as Federações e Sindicatos.

UniCNC

A Universidade Corporativa do Sistema CNC para formação empresarial oferece acesso a seis escolas, com cursos sobre defesa de interesses, liderança, gestão, excelência no trabalho, atuação integrada e inovação, com certificação.

Sites para entidades

Plataforma personalizável WordPress disponibilizada pela CNC para que todas as entidades tenham um site gratuito, responsivo e integrado em um único portal.

Sistema Cobrança

Plataforma de gestão sindical gratuita com recursos de emissão de cobrança, cadastro de produtos/serviços, gestão de arrecadação e tarifas altamente competitivas.

Programa Atena

Programa de desenvolvimento sindical inovador que busca o fortalecimento da representatividade das entidades a partir de três pilares: pessoas, práticas e resultados.

Fecomércio: suporte para o desenvolvimento

“A Câmara Estadual da Mulher Empresária surge de uma necessidade da própria mulher de se sentir representada nos espaços de poder. A Federação do Comércio do Estado da Bahia apoia e acolhe, ela disponibiliza toda a sua infraestrutura para apoiar, inclusive, a interiorização do nosso movimento. E o apoio da Fecomércio às mulheres empreendedoras significa mais desenvolvimento, pois somos força de trabalho e força de consumo.”

Rosemma Maluf

Salvador (BA)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais

PDR

Programa de Desenvolvimento de Representatividade

Oferece suporte aos representantes, promovendo gestão estratégica, representatividade ampliada, excelência na gestão interna e desenvolvimento de lideranças.

Renalegis

Rede Nacional de Assessorias Legislativas

Monitora proposições legislativas de interesse do comércio nas esferas federal, estadual e municipal, facilitando o acompanhamento e a coordenação de ações para a defesa de interesses.

Renar

Rede Nacional de Representações do Sistema Confederativo do Comércio

Promove a representatividade do setor comercial, disponibilizando informações sobre os representantes da CNC e facilitando o alinhamento e a capacitação das entidades para uma atuação proativa e eficaz em defesa dos interesses do comércio.

SNCC

Sistema de Negociação Coletiva do Comércio

Software que gerencia acordos e convenções coletivas no comércio, oferecendo acesso a diversas cláusulas e facilitando a negociação por meio de filtros específicos.

Programa Ecos

Iniciativas na temática sustentável realizadas de forma conjunta aos Departamentos Nacionais de Sesc e Senac, além de sinergia na implantação do Programa Ecos nas Federações filiadas à CNC e nos Departamentos Regionais do Sesc e do Senac.

Sindilojas: fortalecimento sindical

“A CNC e a Fecomércio são entidades fundamentais no desenvolvimento do nosso sindicato. Estar associada ao sindicato tem inúmeras vantagens. Nós elencamos três itens essenciais em diferentes eixos de atuação: a representatividade, o setor jurídico e o de serviços. A CNC e a Fecomércio nos proporcionam programas de capacitação, atuação institucional, atuação legislativa, programa de desenvolvimento sindical e informação jurídica que nos fortalece na ponta como representados. Estamos em constante contato e evolução.”

Rosemari Tomazoni
Balneário Camboriú (SC)



Acesse o conteúdo extra
em Realidade Aumentada
e saiba mais





Canais de comunicação



Portal do Comércio

Portal do Sistema Comércio com informações sobre as instituições CNC, Federações, Sindicatos, Sesc e Senac, notícias, publicações, pesquisas econômicas e soluções oferecidas.

 portaldocomercio.org.br



Revista CNC Notícias

Publicação lançada no ano 2000 com notícias, análises econômicas, tendências e um panorama da atuação do Sistema Comércio em todo o país.

 portaldocomercio.org.br/publicacoes/cnc-noticias



CNC Play

Plataforma com programas exclusivos produzidos pela CNC para informar, atualizar e inspirar.

 portaldocomercio.org.br/cncplay



CNC Informa

Lista de transmissão no WhatsApp sobre as ações do Sistema Comércio.

 portaldocomercio.org.br/cnc-informa

Na mídia

Há 80 anos, a CNC é reconhecida pela imprensa como intérprete do setor e como farol para o desenvolvimento do país.

Brilhantemente empossada a Diretoria da Confederação Nacional do Comércio

Presentes o mundo oficial e figuras representativas do comércio — Como falou o Dr. João Daudt d'Óliverira — A "Carta da Paz Social"

Reuniram-se, ontem, no Teatro Municipal, a solenidade da posse da Diretoria da Confederação Nacional do Comércio, entre os mais ilustres representantes do comércio brasileiro. O ato contou com a presença do Ministro da Fazenda e figuras representativas do comércio. A mesa magnificamente ornamentada, sentaram-se na au-

toridade, principamente rural, populada, para aumentar a produção desse artigo e mel-

orar a alimentação do povo, é de abastecimento ou reequipamento

— Com o objetivo de atender as necessidades sociais urgentes

do interior, a fábrica, a agricultura e a

indústria, que, assim, possam obter

o aumento da renda do trabalhador

— e, por conseguinte, a melhoria das

condições de vida das famílias, que

apresentam, de fato, um grande

desemprego, que, aliás, é ainda

JORNAL DO BRASIL | 11 JANEIRO DE 1946

CMM prejudica exportações, diz o comércio

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, sr. Charles Edgard Moritz, enviou ao almirante Paulo Antônio Telles Barby, presidente da Comissão de Marinha Mercante, o seguinte telegrama:

CORREIO DA MANHÃ | 26 DE JANEIRO DE 1962

Governo procura melhorar comercialização no País

SÃO PAULO, 26 (Sulpress) — "A comercialização é o principal problema a ser solucionado pelo governo, que deve adotar das classes mercantilistas, especialmente do comércio, para tornar efetivo o processo de desenvolvimento econômico", a declaração é do ministro Fábio Yassuda, da Indústria e do Comércio, ao agradecer hoje a homenagem que lhe foi prestada

nos dias mercantilistas em alusão

seu discurso agradecendo a homenagem

que lhe era prestada por comunitários,

empresários e dirigentes que com

o desenvolvimento de apoio que sempre lhe

rebia, por intermédio do deputado

José Pinto Freire, presidente da CNC,

que o saudou em nome do empresariado

nacional.

O ministro disse que sempre devo-

DIÁRIO DE SÃO PAULO | 27 NOVEMBRO DE 1969

Lei complementar do ICM gera protestos entre empresários

Os empresários do Norte e Nordeste manifestaram-se contrários à lei complementar que restringe a liberdade dos Estados de conceder isenções de ICM isoladamente, em estudos apresentados na última reunião da Confederação Nacional do Comércio.

Argumentaram os empresários que "a liberdade

de não pagar impostos é de direito natural, e os estados devem respeitar a independência que têm dentro do sistema de tributação federal. A lei complementar que está sendo elaborada é de natureza federal, e não pode ser alterada por estados, que só podem legislar sobre questões de interesse local.

Argumentaram os empresários que "a liberdade

O GLOBO | 16 DEZEMBRO DE 1973

CNC prevê mudanças na base econômica

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, no encontro com o ministro de Fazenda, acreditou que seu setor, previu mudanças na estrutura da economia como consequência da política até agora adotada. Ele também propôs que o empreendedor comece a pensar no que virá depois de superada a inflação e a questão do balanço de pagamentos. Oliveira Santos viu ainda "o ano da

crise, a crise na agricultura não só representa um desastre, mas também ameaça o crescimento das empresas a baixo custo. Além disso, expande o mercado interno.

— Indústria e comércio vão ter de tomar

conhecimento das mudanças que estão sendo

feitas na zona rural. Terão que orientar suas

atividades para atendê-las — disse.

O presidente da CNC disse a crescente con-

JORNAL DO COMÉRCIO | 30 DE DEZEMBRO DE 1980

CORREIO BRAZILIENSE

CNC defende reforma administrativa antes da tributária

Confederação cria grupo de trabalho para contribuir com as discussões e calcula que reestruturação do Estado pode gerar economia de mais de R\$ 700 bilhões em 15 anos

Por Correio Braziliense
26/08/2020 09:55 - Atualizado em 01/09/2020 10:51



CORREIO BRAZILIENSE | 1º DE SETEMBRO DE 2020



infobae



AMÉRICA LATINA >

José Roberto Tadros, presidente de la Confederación de Comercio de Brasil: "El Mercosur necesita ser fortalecido para que nuestros países se beneficien"

En conversación con Infobae, hizo un balance del impacto del COVID-19, la creciente inflación a nivel mundial, la relación con Argentina y las expectativas antes de las elecciones

INFOBAE | 17 DE JULHO DE 2022

Poder 360

CNC estima aumento de até 188% nos tributos com reforma

Brasília (Folhapress) - O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, apresentou ao presidente da Fazenda, Fernando Haddad, a proposta de um pacote de impostos que deve ser enviado ao Congresso. O projeto prevê a criação de uma nova taxa de 18% sobre a folha de pagamento, que deve ser destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Economia (Fidec).

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Roberto Tadros

Poder 360 | 16 DE FEVEREIRO DE 2023

Capital S/A

CNC reúne Alckmin, Lira e Pacheco para propostas de desenvolvimento econômico

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, apresentou oficialmente a sua proposta de reforma tributária ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao presidente da Câmara, Arthur Lira, e ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. A proposta prevê a criação de uma nova taxa de 18% sobre a folha de pagamento, que deve ser destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Economia (Fidec).

Presidentes: José Roberto Tadros, Arthur Lira, Davi Alcolumbre, Rodrigo Pacheco

CORREIO BRAZILIENSE | 13 DE MARÇO DE 2023

CNN

REFORMA TRIBUTÁRIA É DISCUTIDA EM EVENTO DA CNC

Com presença de ministros, evento da CNC discute reforma tributária | NOVO DIA

ATIVIDADE ECONÔMICA

CNN | 15 DE MARÇO DE 2023

BAND

O aceno do presidente de Portugal a Lula e empresário brasileiro

Instituição brasileira pode auxiliar em defasagem na mão de obra portuguesa

VEJA | 29 DE ABRIL DE 2023

ENTREVISTA | José Roberto Tadros, presidente da CNC

“O juro do cartão de crédito é uma agiotagem institucionalizada”

Para o executivo que comanda a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), é abusivo cobrar 400% ao ano de taxa, mas o parcelamento precisa ser mantido para que o consumidor teria condições de adquirir bens de valor mais alto

Sérgio VIEIRA

Istoé Dinheiro

ISTOÉ DINHEIRO | 18 DE OUTUBRO DE 2023

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Sem reforma administrativa, carga tributária aumentará

ARTIGO

José Roberto Tadros
Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Ao contrário de opiniões que circulam em alguns corredores, não são as exceções da recém-aprovada reforma tributária o maior entrave para a redução da carga tributária. Os impostos existem para custear o funcionamento da máquina pública, que fica mais caro 4,8% ao ano. Quanto maiores as despesas públicas e menos eficiente a aplicação dos recursos, maiores impostos são necessários. O Portal da Transparência revela um gasto público anual de R\$ 4,3 trilhões, evidenciando a necessidade premente de reformas administrativas para otimizar a distribuição dos recursos públicos.

A trajetória ascendente dessas despesas impõe uma crescente pressão para ampliar a arrecadação de impostos. Por esse ângulo, a atitude do governo é compreensível, mas a alíquota geral já atinge preponentes 33,7% do PIB. As exceções aprovadas pelo Congresso Nacional contribuiriam, sim, para o descolamento da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Contudo, pouco se discute sobre o peso do Estado. O alto custo das contas públicas demanda niveis de tributação de países de

gativos dos últimos dez anos evidenciam que o Brasil tem sérias dificuldades de fechar as contas, mesmo com uma carga tributária de um terço do PIB. Desse modo, a reforma tributária nasce sem atender à necessidade de diminuição da carga de impostos.

No contexto internacional, o Brasil poderá estar no topo da lista de tributação mundial por IVA, que hoje pertence à Hungria (cuja alíquota é de 27%). Em comparação com a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que o IVA é de 19%, o Brasil chega a 257%.

Isso compromete, sobretudo, a competitividade do País. O aumento de impostos contribui significativamente para o chamado “custo Brasil”: o ônus fiscal representa uma perda de competitividade de até R\$ 280 bilhões anuais.

A abordagem precisa ser mais abrangente. A reforma administrativa é imprescindível para promover uma estrutura tributária equitativa. Sem isso, o futuro é de aumento contínuo da carga tributária, comprometendo o ambiente de negócios e a qualidade de vida da população brasileira. ■

TERÇA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2024
ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO | 16 DE JANEIRO DE 2024



Atuação parlamentar e jurídica: vigilância e diálogo permanentes

A presença da CNC no Congresso Nacional, no acompanhamento do Judiciário e junto ao Governo Federal tem se consolidado como um dos pilares da sua atuação estratégica em favor do setor terciário. A instituição monitora constantemente as proposições que impactam os setores do comércio, serviços e turismo, atua com articulação política institucional, participa de audiências públicas e de frentes parlamentares e constrói redes de diálogo com deputados, senadores e assessores legislativos. Como resultado, produz notas técnicas, pareceres e posicionamentos para influenciar positivamente o processo legislativo em defesa dos interesses do setor.

Ainda que a atuação junto ao Poder Público tenha sido uma realidade desde a fundação da CNC, em 1945, foi a partir dos anos 1980 que ela se intensificou, sendo formalizada com a criação do Departamento de Relações Governamentais (DRG) pelo presidente Antonio Oliveira Santos em seu primeiro ano de mandato. Mais tarde, conforme a Resolução CNC 242/91, o DRG foi transformado em duas assessorias, respectivamente, para Assuntos do Legislativo (APEL) e para Assuntos do Executivo (APEX), cujas funções estão hoje sob a responsabilidade da Diretoria de Relações Institucionais (DRI). A coordenação da Assessoria Parlamentar foi entregue a Roberto Velloso, que havia atuado como consultor legislativo do Senado Federal

desde 1961. “Eu almoçava com senadores, conhecia todos pelo nome e era amigo de muitos. Eu era o número 320 do quadro de pessoal. Hoje, são mais de 15 mil”, afirma.

Depois de se aposentar do Senado, Velloso encontrou na CNC uma continuidade natural da sua missão pública. Seu papel era técnico e também institucional, para garantir que a Confederação estivesse sempre presente, com voz ativa e fundamentada, nos debates de interesse do setor produtivo. Com a visão ampliada, identificou oportunidades para além da legislação que tramitava na Casa: conquistou parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) do Senado para suporte técnico e infraestrutura digital à CNC, em 1986, que se tornou a primeira confederação do Brasil a ter um sistema de informática estruturado.

Além disso, abriu espaço para o Senac assumir os restaurantes da Câmara dos Deputados e do Senado e, mais tarde, do Ministério da Justiça. “Estando no lugar certo, na hora certa, às vezes as coisas simplesmente acontecem”, destaca o ex-assessor de relações institucionais da CNC. Seu maior orgulho, porém, foi participar da comissão criada pela Confederação que atuou nos bastidores de um dos marcos do Sistema S: o artigo 240 da Constituição Federal de 1988, aprovado com apoio decisivo do relator Bernardo Cabral.

Na página anterior, projeção no Palácio do Congresso Nacional, em março de 2025, marcou a celebração dos 40 anos da redemocratização do país



Restaurante-escola Senac na Câmara dos Deputados, inaugurado em 2009 por Antonio Oliveira Santos, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, e por Michel Temer, presidente da Câmara à época.

No espaço, foi realizada a exposição "A Formação da Culinária Brasileira", com curadoria do antropólogo e museólogo Raul Lody e baseada no acervo fotográfico e documental da série de mesmo nome editada pelo Senac Nacional



Sistema Renalegis

A CNC ampliou e facilitou o acompanhamento da tramitação das proposições de interesse do setor no Poder Legislativo em âmbito federal, estadual e municipal, a partir de 2008, com o desenvolvimento do Sistema Renalegis (Rede Nacional de Assessorias Legislativas) – plataforma digital disponibilizada para consulta dos departamentos da CNC e das Federações e Sindicatos do Sistema Comércio.

O Sistema monitora diariamente a pauta das comissões e dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e sinaliza os projetos de interesse para o Sistema Comércio que estarão em votação nos dias seguintes,

classificando-os por setores impactados e destacando os mais relevantes. A plataforma também apresenta as análises de proposições e as ações de defesa de interesse.

Além da apresentação de propostas legislativas, a CNC também firma parcerias com ministérios e órgãos públicos para fomentar ações de qualificação profissional, inclusão digital, modernização das empresas e ampliação do acesso ao crédito. Essas iniciativas fortalecem a capacidade do setor de se adaptar às transformações da economia contemporânea, potencializando sua contribuição para o crescimento do país.

A Renalegis mantém reuniões ordinárias periódicas, realizadas, desde 2009, na sede da CNC em Brasília





Semana S

Mobilização nacional transformadora

No ano de celebração das suas oito décadas de história, a CNC reafirmou a força e a representatividade do Sistema Comércio com um evento que mobilizou o país. A Semana S do Comércio, realizada de 11 a 18 de maio de 2025, promoveu ações simultâneas em todas as unidades federativas, integrando Sesc, Senac, federações nacionais, federações estaduais e sindicatos em uma iniciativa pioneira e impactante.

Em torno de 1,2 milhão de pessoas foram atendidas nessa primeira edição da Semana S, que contou com uma extensa programação nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e cidadania. O Senac registrou 250 mil atendimentos em serviços, cursos, oficinas e experiências, e cerca de um milhão de pessoas envolveram-se nas diversas atividades recreativas, esportivas e educacionais, além das programações culturais realizadas pelo Sesc. Ao todo, 42.550 serviços foram ofertados de forma totalmente gratuita aos participantes.

Shows nacionais envolveram o grande público, com artistas como Raça Negra, Samuel Rosa, Michel Teló, Daniel, Zélia Duncan, Vanessa da Mata, entre outros. Palestras, workshops e capacitações mobilizaram empresários de todo o país, com destaque para o CNC Innovation Day, que teve edições locais para tratar de empreendedorismo e inovação. A Semana S ainda registrou a arrecadação de 120 toneladas de alimentos para o Sesc Mesa Brasil.

“A Semana S rompeu barreiras, unificou nossa atuação e provou que, juntos, podemos transformar vidas; agora, vamos elevar esse patamar em 2026”, afirma Elienai Câmara, chefe de Gabinete e coordenador de Comunicação Integrada do Sistema CNC-Sesc-Senac, já anunciando a continuidade da Semana S. A expectativa de superação dos excelentes números registrados na primeira edição do evento é amparada pela grande repercussão institucional. Cerca de 580 autoridades, entre prefeitos, governadores e parlamentares, prestigiaram as ações.

Na página anterior, algumas das ações realizadas que impactaram 1,2 milhão de pessoas, do Norte ao Sul do país



Acesse o conteúdo extra em Realidade Aumentada e saiba mais



Dia S no calendário nacional

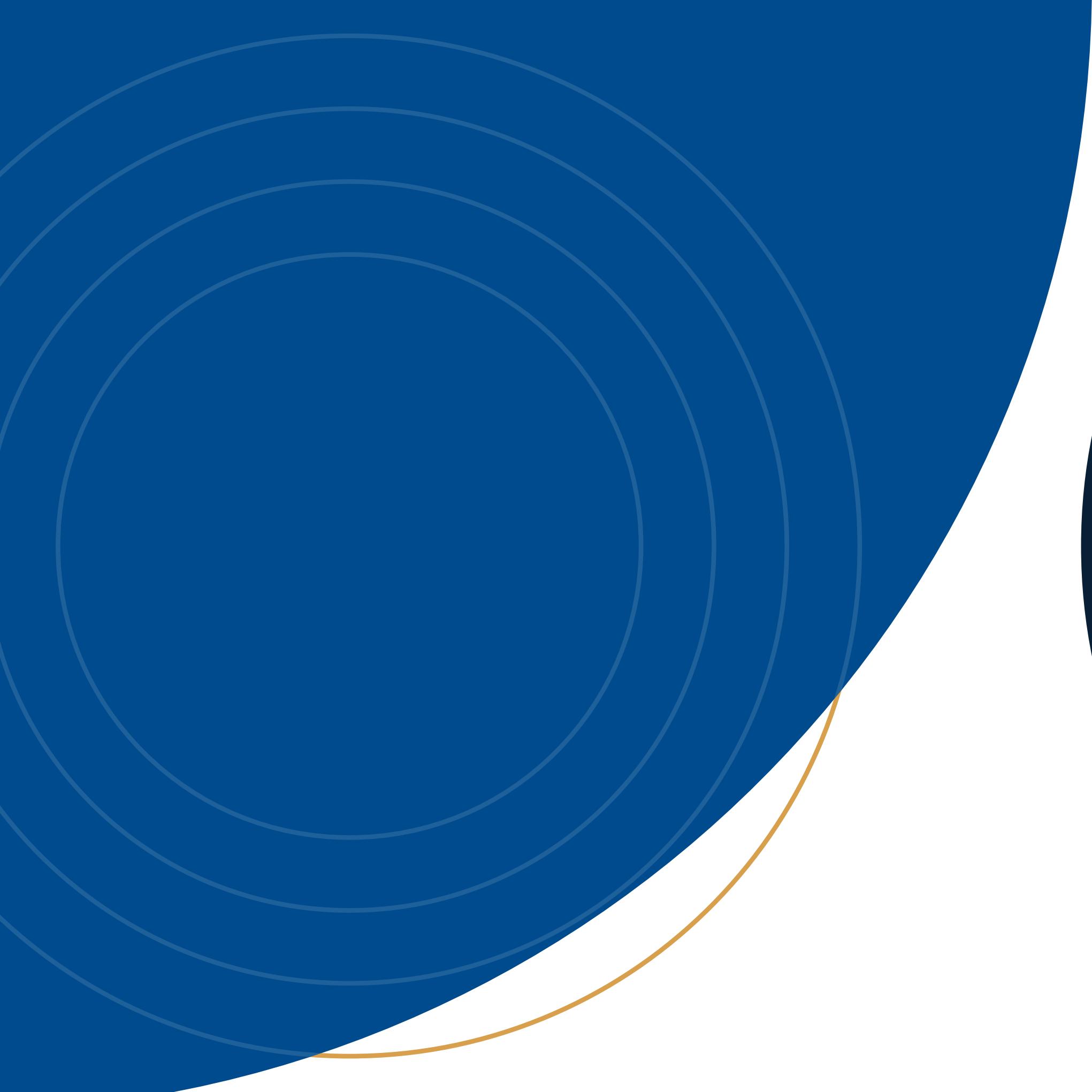
A repercussão culminou com a instituição do Dia S – a ser celebrado em 16 de maio – no calendário oficial de 29 cidades e estados brasileiros, além do Distrito Federal, e mais de uma dezena de outros locais também encaminharam Projeto de Lei para criação da data. No Senado Federal, o PL n. 1799/2025, em tramitação, propõe

a instituição do Dia Nacional de Valorização e Reconhecimento do Sesc e do Senac, enaltecendo a importância dessas instituições no desenvolvimento do Brasil. A expectativa é a ampliação e o fortalecimento da Semana S, aumentando a sua capilaridade para alcançar todos os municípios brasileiros. ◎



Os números da Semana S do Comércio 2025





CAPÍTULO 3



O legado da CNC e o compromisso com o progresso

Em 1945, o Brasil vivia um momento de profundas transformações: o fim do Estado Novo, o início da democratização, o surgimento de novos partidos políticos e uma nova Constituição, promulgada no ano seguinte. O mundo celebrava o fim da Segunda Guerra Mundial, e um novo ciclo político e institucional nascia no país.

As lideranças empresariais brasileiras estavam atentas e atuantes na defesa da livre iniciativa. Entre elas, João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro – capital da República à época – e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, que, no ano anterior, havia chefiado a delegação brasileira participante da Conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos, ao lado de Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A conferência reuniu representantes de 44 países para tratar do sistema econômico internacional pós-guerra, visando à estabilidade monetária, ao desenvolvimento econômico e à promoção do comércio internacional. Esse movimento deu origem, mais tarde, à formação do

Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Econômico (Bird).

A exemplo da iniciativa global, João Daudt liderou uma articulação nacional. Em 1943, coordenou o I Congresso Brasileiro de Economia, realizado nas dependências da Associação Comercial do Rio de Janeiro. A integração dos empresários em torno de uma pauta comum foi fortalecida no ano seguinte com a realização do primeiro I Congresso Brasileiro da Indústria. A hegemonia dos setores foi consolidada em 1945, com a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), organizada e presidida por João Daudt – evento embrião da CNC. Segundo o neto Armando Daudt d'Oliveira e o bisneto Rodrigo Daudt do líder que construiu a base institucional do comércio no Brasil, João Daudt foi, antes de tudo, um visionário obstinado. Lutou durante seis anos para concretizar seu projeto de unificação do setor, enfrentando com firmeza e paciência as resistências do presidente Getúlio Vargas – seu amigo desde a juventude, mas com quem não compartilhava afinidades políticas.

João Daudt d'Oliveira, que construiu a base institucional do comércio no Brasil, foi, antes de tudo, um visionário obstinado.

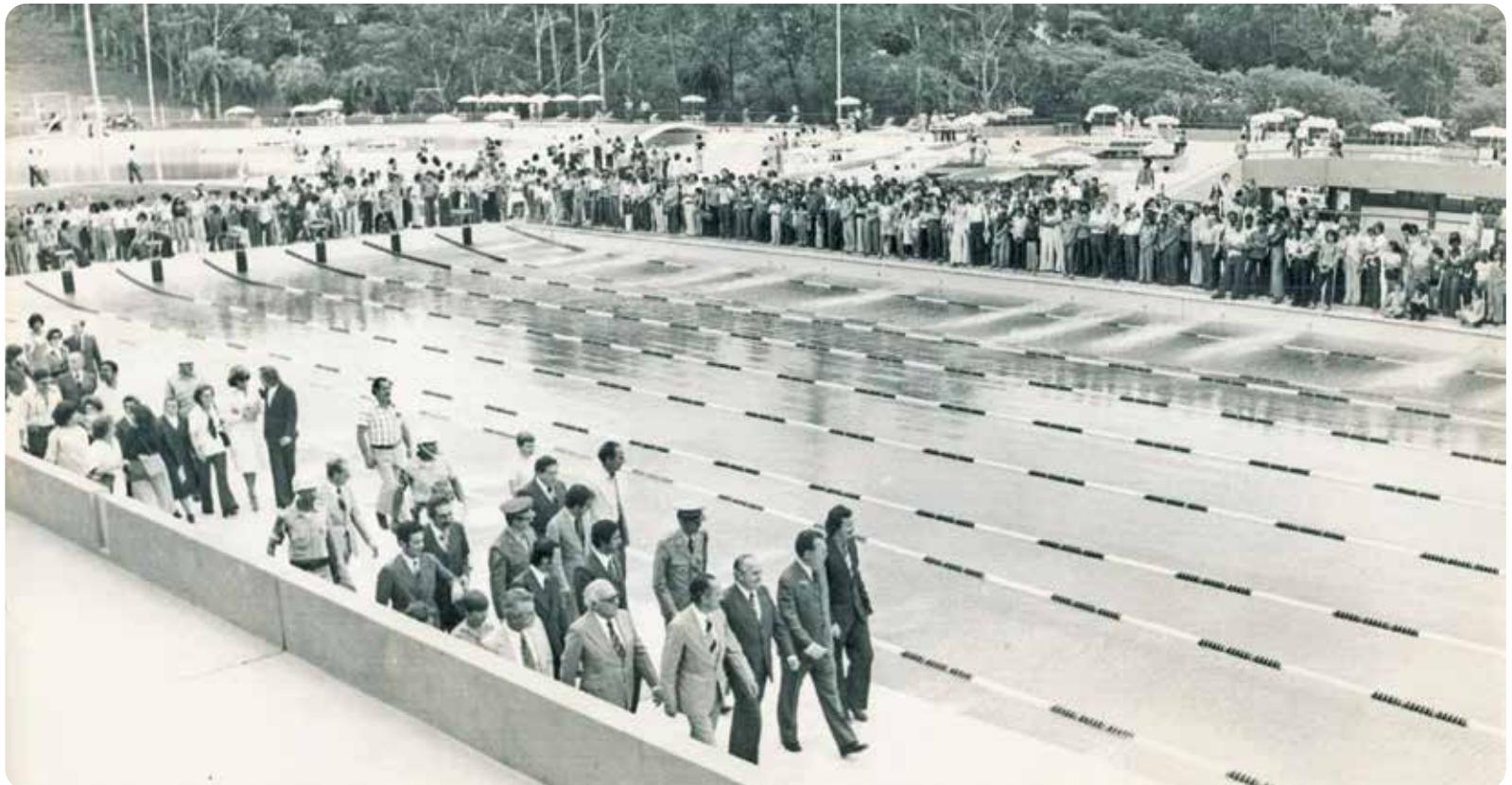
Com a bagagem trazida de experiências internacionais, especialmente nos Estados Unidos, João Daudt defendia o capital social das empresas brasileiras, isto é, além do capital financeiro, era preciso ter um compromisso com a formação profissional e com o bem-estar dos trabalhadores. “Desde cedo ele enxergou que não adiantava apenas acumular riqueza. Era preciso formar, ensinar, dar oportunidades”, relembra o bisneto. Essa visão moderna e inclusiva foi a semente do que geraria o Sesc e o Senac a partir de 1946.

A vocação empreendedora e o idealismo social de João Daudt somaram-se a um profundo sentimento de brasiliidade. “Ele tinha uma visão

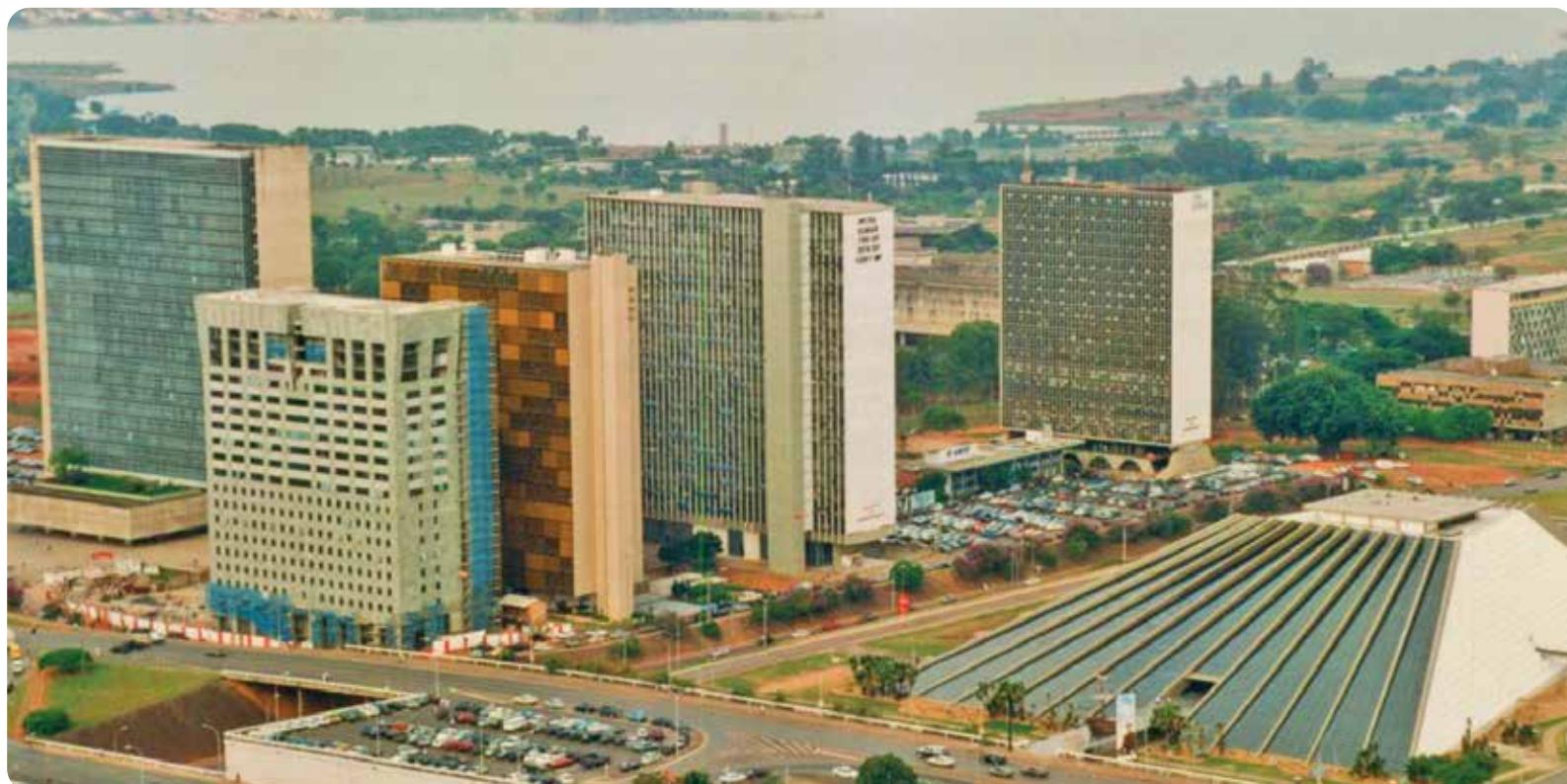
nacional, queria construir algo novo para o país e com foco nas pessoas, na qualidade de vida de cada um”, reforça Rodrigo Daudt, autor do livro “João Daudt d’Oliveira: um homem à frente do seu tempo”, lançado em 2016. Segundo ele, o bisavô foi um líder que colocou os interesses do Brasil acima de projetos pessoais. Rejeitou alianças internacionais lucrativas, como o convite do empresário e filantropo norte-americano Nelson Rockefeller para representá-lo no Brasil, e dedicou sua vida à criação de uma estrutura institucional capaz de transformar a realidade dos empresários e dos trabalhadores do comércio, dos serviços, do turismo e de milhares de outros brasileiros.

João Daudt prestigia a inauguração da primeira escola-modelo do Senac Pernambuco, em 1949, em Recife





Reconhecimento nacional:
solenidade de inauguração do
Parque Aquático do Sesc RS, em
1976, pelo presidente da CNC
Jessé Pinto Freire. Ao lado, a
inauguração de uma unidade do
Senac, em 1970, com a presença do
ministro do Trabalho e Previdência
Social, Júlio Barata



Sede da CNC no Rio de Janeiro em obras, em 1958. Acima, a construção do atual edifício da Confederação em Brasília



Integração pelo desenvolvimento

A fundação da CNC ocorreu logo após a I CONCLAP, realizada em Teresópolis, no Rio de Janeiro, que reuniu lideranças empresariais de todo o país para discutir um novo modelo de organização sindical, baseado na unidade e na representatividade. O evento consolidou o apoio ao projeto de Daudt – originando a Carta Econômica de Teresópolis e, no ano seguinte, a Carta da Paz Social – e pavimentou o caminho para a criação da entidade que, nas décadas seguintes, se tornaria uma das mais relevantes instituições do setor produtivo nacional.

A CNC assumiu um papel ativo nos grandes debates nacionais desde a sua origem. Em 1946, durante a Assembleia Constituinte, convocou os presidentes das Federações Estaduais para elaborar uma proposta conjunta que incluía as bases para a criação de instituições fundamentais, como o Banco Central, o Banco Industrial e o Banco Rural. Já em 1953, foi criado o Conselho Técnico da CNC, reunindo especialistas de notório saber para discutir os desafios do Brasil. Em 1955, a CNC deu mais um passo à frente com a criação do Conselho de Turismo, antecipando o potencial estratégico desse setor para a economia brasileira.

Os anos 1960 foram marcados pela nova sede no Rio de Janeiro e pela expansão do Sesc e do Senac, com a criação do primeiro restaurante-escola e do primeiro hotel-escola do país. E, nos 1970, houve a conquista da sede em Brasília e o fortalecimento institucional: a CNC liderou o XXIV Congresso da Câmara de Comércio Internacional, realizado em 1974 no Rio de Janeiro.

A década de 1980 foi marcada por mais um processo de redemocratização do país, depois de quase vinte anos de regime militar. Na retomada dos processos institucionais, marcando o início da gestão de Antonio Oliveira Santos, a CNC fortaleceu a sua presença junto aos Poderes Executivo e Legislativo, participando de comitivas oficiais internacionais e de debates acerca dos projetos em tramitação no Congresso Nacional a partir da criação da Apel. A participação ativa na Assembleia Constituinte reforçou a integração dos setores, resultando na conquista do artigo 240 da nova Constituição, em 1988, a chamada Constituição Cidadã. A emenda popular que originou o artigo reuniu mais de 1 milhão de assinaturas, numa demonstração da abrangência e do poder de mobilização da CNC junto a outras entidades para a preservação e o fortalecimento do Sistema S.



Solenidade de entrega do Prêmio Atena, premiação anual do programa de valorização das Federações e Sindicatos. Ao lado, a abertura da primeira edição da Convenção Nacional do Sicomércio, realizada em 1991 pela CNC no Ministério da Fazenda



Modernização e consolidação

Nos anos 1990, a entidade assumiu a tarefa de organizar a representação sindical do comércio, dando origem ao Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), reforçando a unidade e a legitimidade do sistema sindical empresarial. Com participação ativa de sindicatos e federações, os Congressos do Sicomércio reforçavam a importância da negociação coletiva, da redução de custos e da criação de um ambiente favorável aos negócios. O Sicomércio reafirmou-se, assim, como a voz unificada do comércio no plano nacional, promovendo o fortalecimento da atuação sindical alinhada aos interesses das empresas e ao desenvolvimento sustentável do país.

Na gestão de Antonio Oliveira Santos, que permaneceu 38 anos à frente da entidade, foram estruturados programas e ferramentas que ajudaram a modernizar a atuação da CNC, como o Sistema de Excelência em Gestão

Sindical (Segs), o Programa ECOS de Sustentabilidade e as pesquisas econômicas que seguem como referências para a análise do consumo e da confiança no setor terciário. Foram criadas as Câmaras Brasileiras do Comércio, a Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), a Rede Nacional de Assessorias Legislativas (Renalegis) e a Rede Nacional de Representações do Sistema Confederativo (Renar), fortalecendo a atuação em rede da CNC em todo o país.

José Roberto Tadros tem sua gestão marcada pelo investimento em inovação, em capacitação, com a criação da UniCNC e a implantação do Programa Atena, pelo fortalecimento do Sesc e do Senac, pela consolidação da representatividade institucional, no país e no exterior, e pelas alianças internacionais. Enfrentou a desafiadora crise da pandemia de covid-19 e criou o maior projeto de inovação aberta do setor terciário, o CNC Transforma.



Durante a crise, a força do setor

O ano de 2020 marcou profundamente o setor terciário brasileiro. Com o início da pandemia da covid-19, o país enfrentou a maior crise sanitária, econômica e social das últimas décadas. As restrições ao funcionamento de empresas em função da necessidade de distanciamento, a queda drástica do consumo em diversos segmentos e, especialmente, das atividades do setor de eventos, fora a paralisação do turismo, afetaram diretamente milhares de negócios e de trabalhadores.

Frente a esse cenário desafiador, o setor terciário demonstrou sua resiliência – e a CNC,

mais uma vez, teve um papel fundamental na articulação de respostas rápidas e eficazes, reforçando o seu protagonismo como voz ativa e referência técnica em meio à crise. Muito além de ações para o enfrentamento, a CNC intensificou sua atuação na capacitação digital, no apoio ao empreendedorismo e na defesa da modernização das relações trabalhistas para atender a novos modelos de negócios que surgiram. A experiência reafirmou este princípio: em tempos de crise ou de crescimento, é no setor terciário que a economia brasileira encontra sua base mais sólida.

Acesse a playlist “A favor do Brasil” no canal da CNC e assista aos vídeos da campanha



A CNC mobilizou o Sistema Comércio em todo o Brasil para atuar em três frentes principais:

1. Apoio ao empresário

- ▶ Produção e distribuição de cartilhas com orientações práticas para manter atividades essenciais em funcionamento.
- ▶ Divulgação de medidas sanitárias e protocolos de segurança para diferentes setores.
- ▶ Interlocução com os governos estaduais e o governo federal para defender a continuidade das atividades essenciais, como supermercados, farmácias e serviços logísticos.



Assista ao vídeo da campanha que marcou o lançamento da Agenda Institucional



2. Defesa institucional

- ▶ Lançamento da campanha nacional “Trabalho a Favor do Brasil”, em 2020, veiculada em rádio, TV e redes sociais, reforçando a importância do setor terciário para o funcionamento do país.
- ▶ Criação de um hotsite exclusivo com notícias, orientações legais, boas práticas e informações sobre ações das Federações Estaduais.
- ▶ Participação ativa em fóruns governamentais e apresentação de propostas para preservar empregos e reduzir os impactos econômicos, como a prorrogação de tributos e linhas de crédito emergenciais.
- ▶ Campanha “O Seu Trabalho Fortalece o Brasil. A CNC Fortalece Você”, em 2022, marcando o lançamento da Agenda Institucional do Sistema Comércio, com propostas e recomendações de políticas públicas, entregue aos candidatos à Presidência da República. A campanha foi veiculada em canais de televisão abertos e fechados, jornais impressos e redes sociais para levar informação a toda a população brasileira.

3. Ações sociais e solidárias

- ▶ Atuação do Sesc e Senac em todos os estados, com produção de máscaras e equipamentos de proteção, além da produção de conteúdos on-line de capacitação e cultura.
- ▶ Destaque para o programa Sesc Mesa Brasil, que, com a rede presente em vários estados, intensificou a distribuição de alimentos para as comunidades vulneráveis em plena crise, alcançando milhões de brasileiros.

CNC Transforma: estímulo à cultura da inovação

Em resposta às adversidades impostas pela pandemia de covid-19, a CNC lançou, em 2020, por meio de uma parceria com a eMotion Studios, o movimento “CNC Transforma”. Esse projeto de inovação aberta envolveu a Confederação, as Federações e os Sindicatos do Sistema Comércio, junto a startups e outros parceiros, para o desenvolvimento de soluções inovadoras a fim de aumentar a produtividade e a eficiência na prestação de serviços, buscando a ampliação da receita e a redução dos gastos do Sistema, da Confederação até o empresário na ponta.

Dividido em quatro pilares – CNC Comunica, CNC Multiplica, CNC Inova e CNC Conecta – o CNC Transforma representou mais um salto na trajetória da instituição, sempre marcada por pioneirismo, modernidade e vanguarda quando o assunto é zelar pelo desenvolvimento das pessoas dentro do ambiente de negócios. Foram cerca de três anos promovendo essas ferramentas que permitiram às empresas terem mais independência na busca de soluções em tecnologia e processos ágeis. O CNC Transforma foi reconhecido como o maior projeto de inovação aberta do setor terciário.

Acesse o site
e saiba mais





Sistema CNC - Sesc - Senac
um brasil que cuida, educa,
capacita, empreende

O Sistema CNC - Sesc - Senac é um marco na história do comércio no Brasil. Milhões de brasileiros atendidos desde 1946 pelos serviços social e de

aprendizagem mantidos pelo comércio. Atributos foram previstos ainda no Constituição Nacional dos Cais e Portos (Conclap), em 1945, e ratificados pela Carta da Paz Social, no ano seguinte, quando a CNC criou e organizou as duas instituições.

Desde então, o compromisso histórico dos dois serviços permanece: a mesma promover educação, capacitação profissional, saúde, cultura, esporte e lazer aos brasileiros, sempre agregando novas ações, como a de sustentabilidade.

conheça nossa história

SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) foi a primeira instituição criada para unir educação técnica ao comércio como resultado do manifesto em favor da educação. Sua fundação ocorreu em 10 de fevereiro de 1946, com o lançamento da Carta da Paz Social à nação, na mesma ocasião em que o Senac foi criado nos estados, garantindo a



Acesse o site e faça um tour virtual
pelo Memorial do Comércio



Raízes que fortalecem asas

Ao completar 80 anos, a CNC reafirma seu compromisso com os princípios que nortearam sua fundação: representar com legitimidade, construir pontes com o Poder Público, valorizar o trabalho e promover o desenvolvimento sustentável. A trajetória é sempre resgatada, mas permitindo renovação a cada geração, com os olhos voltados para o futuro e com raízes fincadas na história de contribuição a um país em constante transformação.

Ao assumir a presidência da CNC, em 2018, consciente da potência das asas para voar alto, José Roberto Tadros lançou-se a cultivar as raízes da instituição. Criou o Memorial do Comércio, inaugurado no dia 12 de agosto de 2021 em prestigiosa solenidade, reforçando a importância de zelar pelo passado do Sistema CNC-Sesc-Senac, valorizando e promovendo suas lideranças e conquistas. O acervo físico funciona na sede administrativa da CNC, no Centro do Rio de Janeiro, mas a visita pode ser feita de qualquer lugar do mundo. Um tour virtual permite a imersão dos visitantes em 360 graus, mostrando a riqueza de detalhes: documentos, fotografias, vídeos, áudios e diversos materiais de interesse.

O Memorial é um instrumento de afirmação institucional que articula história, identidade e projeção de futuro, conectando as novas

gerações de lideranças sindicais e empresariais às origens da CNC, evidenciando todo o caminho percorrido até se transformar na potência transformadora que é hoje. “Sou testemunha ocular de todo o crescimento da entidade. Com muito orgulho, vi a entidade crescer, se fortalecer e, de coadjuvante, passar a ser protagonista”, afirma Lenoura Schmidt, que soma uma trajetória de 30 anos de dedicação à CNC. Ela ingressou na CNC em 1992, como assessora de gabinete, assumindo a chefia do Gabinete da Presidência em 2008, onde permaneceu até a aposentadoria, em 2022. Lenoura faz questão de exaltar os “mestres extraordinários” com os quais pode contar: “O meu antecessor, Sylvio Pedrosa, era uma pessoa de competência extraordinária”, cita. Lenoura referencia ainda o economista Ernane Galvêas, ex-Ministro da Fazenda e presidente do Banco Central, que atuava como consultor econômico da entidade, e Bernardo Cabral, ex-ministro, senador e deputado, consultor da Presidência da CNC. “A minha trajetória foi toda protegida por muita sorte, porque ter mestres deste nível é uma sorte muito grande”, reforça. Em relação às características, habilidades e competências de liderança, Lenoura igualmente contou com bons exemplos. “Nisso o presidente Tadros é craque, e o presidente Antonio também era”, afirma.

Na página anterior, a inauguração do Memorial do Comércio, um importante espaço que articula história, identidade e projeção de futuro

Entre os desafios enfrentados, ela cita a organização dos Congressos do Sicomércio, que reuniam em torno de 800 pessoas, a construção da sede em Brasília, a pandemia de covid-19 e as diversas tentativas de enfraquecimento do Sistema S. “Eu vi inúmeras manifestações tentando acabar ou pelo menos diminuir a força do Sistema, mas nenhuma foi adiante porque o Sistema tem apoio da base”, pontua. Por sua dedicação e comprometimento, Lenoura Schmidt foi agraciada, em dezembro de 2024, com a Ordem Nacional do Mérito Comercial, honraria criada em 1975 pela CNC para homenagear personalidades e instituições nacionais

ou estrangeiras que tenham se destacado por efetiva contribuição ao progresso e ao bem-estar social. “A Confederação sempre foi presidida por homens, mas feita por mulheres”, enfatizou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, na solenidade, ao citar que 55% do quadro de colaboradores é composto por mulheres. Ao lado de Lenoura, outras duas profissionais tornaram-se as primeiras mulheres a compor a Ordem: Cléa Berangér Maceió, secretária-geral da CNC entre 1988 e 2011, e Simone de Souza Guimarães, atual diretora-geral executiva da CNC, com duas décadas de Sistema Comércio.

Entrega da Ordem Nacional do Mérito Comercial, pelo presidente José Roberto Tadros e por Leandro Domingos Teixeira Pinto, vice-presidente Financeiro da CNC, a Lenoura Schmidt, Cléa Berangér Maceió e Simone de Souza Guimarães







Em todo o país, colaboradores e usuários do Sistema CNC-Sesc-Senac realizaram atos públicos no dia 16 de maio de 2023, o “Dia S”, para protestar contra a proposta de desvio de 5% dos recursos do Sesc e Senac em favorecimento da Embratur. As manifestações fortaleceram a articulação institucional da CNC, que resultou na conquista do veto presidencial à proposta, preservando integralmente os recursos das duas instituições.







Diálogo global, ação nacional

Nos últimos anos, a CNC tem reafirmado sua relevância ao participar ativamente das principais pautas econômicas, sociais e políticas do país e do mundo. Em um contexto de profundas transformações – tecnológicas, institucionais e pós-pandemia –, a entidade tem

atuado de forma estratégica e abrangente, fortalecendo o setor terciário e contribuindo diretamente para o desenvolvimento do Brasil de forma alinhada aos movimentos globais. A seguir, conheça algumas ações significativas do período recente.

Reforma Tributária: avanços e conquistas

A CNC exerceu papel vigilante e propositivo na tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 68/2024 para a regulamentação da Reforma Tributária, aprovada no dia 20 de dezembro de 2023 pelo Congresso Nacional, em uma sessão histórica. O interesse da CNC é garantir um sistema mais equilibrado e favorável ao desenvolvimento econômico. A Confederação elaborou pareceres, análises, estudos, propostas de emendas e manteve diálogo constante no Congresso Nacional e junto ao Governo Federal.

Destaque para o documento “Reforma Tributária: Premissas e Sugestões”, elaborado pelos 19 grupos de trabalho criados pela CNC, cada um dedicado exclusivamente a debater as pautas dos respectivos GTs que foram instituídos pelo Ministério da Fazenda para elaboração dos projetos para a regulamentação. O documento foi entregue ao secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em evento realizado em março de 2024 na sede da entidade.

Acesse o site e confira todo o histórico de atuação da CNC pela Reforma Tributária



O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, com o relator da Reforma Tributária no Senado Federal, Eduardo Braga. A Confederação teve protagonismo nos debates sobre essa importante pauta

Acordos internacionais: conexão com o comércio global

A Confederação teve participação ativa nas tratativas que culminaram no acordo histórico entre o Mercosul e a União Europeia, defendendo os interesses do setor comercial de bens, serviços e turismo brasileiro. Anunciado em dezembro de 2024, após 25 anos de negociações, o acordo representa um avanço significativo na integração econômica entre dois dos maiores blocos comerciais do mundo. Em 2020, o tema foi pauta da reunião virtual realizada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCEX) da CNC com o embaixador Ignácio Ibáñez, da delegação da União Europeia no Brasil.

Em 2021, ano em que assumiu a presidência *pro tempore* do Conselho das Câmaras de Comércio do Mercosul (CCCM), a CNC assinou um documento junto à Associação das Câmaras de Comércio e Indústria Europeias (Eurochambres) em apoio à ratificação do acordo. No mesmo ano, durante a Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI21), promovida pela CNC, os principais líderes do setor na América Latina destacaram a sua importância para a modernização das economias sul-americanas e o fortalecimento das relações comerciais com a União Europeia. Em 2023, a CNC voltou a sediar a Conferência.



Global Voices: economia, política e inovação

A CNC inovou com a realização do Global Voices, em 2024, um evento exclusivo para 350 convidados com importantes personalidades globais, explorando insights sobre política, economia, negócios e inovação. Participaram do encontro lideranças nacionais dos setores do comércio, serviços e turismo. No debate “Segu-

rança jurídica, perspectivas nacionais e internacionais – Como a política interfere no desenvolvimento econômico?”, estavam o ex-presidente do Brasil Michel Temer e o ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido Tony Blair. “Os países devem deixar a bipolaridade de lado e focar o que de fato funciona”, destacou Blair.



“Os países devem deixar a bipolaridade de lado e focar o que de fato funciona.”

Tony Blair

EX-PRIMEIRO
MINISTRO BRITÂNICO



Acesse o
conteúdo extra
em Realidade
Aumentada e
saiba mais

O futuro que vem aí

A trajetória da Confederação sempre foi paupizada em desafios e conquistas que fortaleceram os empresários que ela representa e, principalmente, que impactaram a vida de milhares de pessoas. Como afirma o ex-ministro Bernardo Cabral, consultor da presidência da CNC, a Confederação conquistou uma sustentabilidade que nenhuma outra organização a sua semelhança tem na América do Sul. “Ela é independente, política e financeiramente. A Confederação está preparada para o futuro que vem aí”, afirma categórico. “E esse futuro se chama tempo e dono do tempo ninguém é”, reforça.

Com muita sabedoria, Bernardo Cabral enfatiza a importância do aprendizado constante nessa preparação para o futuro. “Eu sempre digo que ficava estudando, estudando, estudando, e estou com 93 anos de idade e continuo na véspera do dia do conhecimento. Estou sempre aprendendo como pessoa”, complementa. Enaltecedo a condução da CNC de “nunca ter estacionado na omisão”, procurando constantemente dar um passo à frente, frisa: “o ser humano que vestiu a camisa da CNC é um ser humano premeditado para o seu próprio futuro”. ◎



Momento institucional de celebração dos 80 anos da CNC durante o Sicomércio 2025



O LEGADO DA CNC

80 ANOS

115







GALERIA DE PRESIDENTES

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vem construindo história pelo compromisso institucional e visão de futuro de seus líderes. Empresários de notável conhecimento sobre o mercado e sobre os desafios econômicos e sociais do país, de admirável responsabilidade coletiva e de elevada capacidade de articulação, que souberam criar oportunidades e fortalecer potencialidades. Na consolidação do papel protagonista da CNC no desenvolvimento do país, está a certeza de que cada presidente prestou relevante contribuição para a construção de um legado, tanto para os empresários que a entidade representa como para todos os brasileiros.



JOÃO DAUDT D 'OLIVEIRA

1946 – 1952

Um dos fundadores e primeiro presidente da CNC, responsável pela implantação das duas entidades de desenvolvimento social do Sistema CNC: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc).

Nascido em Santa Maria (RS), onde se formou em Direito, João Daudt d'Oliveira desenvolveu trajetória profissional marcante no segmento comercial na cidade do Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1924 em companhia do tio e do irmão, Felippe d'Oliveira, farmacêutico, escritor e poeta. Na capital do país à época, participou da criação da Daudt, Oliveira e Cia., dedicada ao setor farmacêutico e, mais tarde, também à área gráfica. Em 1942, assumiu a presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, estando à frente da organização da I CONCLAP, da qual foi eleito presidente – conferência realizada em 1945 e considerada o embrião da CNC. Presidiu, ainda, o Conselho Interamericano de Comércio e Produção, em 1947, e a II CONCLAP, realizada em Araxá (MG) em 1949. Faleceu em 1965, aos 79 anos.



BRASÍLIO MACHADO NETO

1952 – 1954 | 1956 – 1958

Participou da fundação da CNC, criou o Conselho Técnico da entidade e liderou a expansão dos ginásios desportivos e colônias de férias do Sesc e dos centros de aprendizagem do Senac pelo país. Durante seus mandatos à frente da CNC, adquiriu o prédio em construção que seria a sede da Confederação no Rio de Janeiro e o terreno que viria a abrigar a sede de Brasília, estabelecida como capital federal em 1960.

Nascido em São Paulo, Brasílio Machado Neto formou-se em Direito. Foi presidente do Sindicato Varejista de Material Elétrico e da Associação Comercial de São Paulo. Em 1944, tomou posse na presidência da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Em paralelo, exerceu carreira política, tendo sido deputado estadual, entre 1947 e 1951, e deputado federal entre 1955 e 1959. À frente da CNC, foi reeleito para um terceiro mandato, em 17 de outubro de 1958, mas não concluiu a gestão, renunciando ao cargo. Faleceu em novembro de 1968, aos 68 anos de idade.



JOÃO DE SOUZA VASCONCELLOS

1954 – 1956

Na presidência da CNC, instituiu o Dia Nacional do Comércio (16 de setembro) e criou o Conselho de Turismo, tendo sido responsável pela assinatura do acordo de assistência técnica ao turismo entre os governos brasileiro e norte-americano. Na sua gestão, requereu a licença para a construção do prédio da entidade no Rio de Janeiro.

Natural de Campina Grande (PB), João de Souza Vasconcellos formou-se em Contabilidade e trabalhou na empresa Araújo Rique e Cia. Em 1926, fundou a Associação Comercial de Campina Grande. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1943 e participou do I Congresso Brasileiro de Economia organizado pela Associação Comercial do então Distrito Federal. Após seu mandato na CNC, em 1957, representou o Brasil, como delegado dos empregadores, na reunião de formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1966, tornou-se membro do Conselho Técnico da CNC, do qual veio a ser presidente. Faleceu em 1972, aos 74 anos.



CHARLES EDGAR MORITZ

1959 – 1964

Vice-presidente na gestão 1956 – 1958, assumiu a presidência da CNC diante da renúncia de Brasílio Machado Neto, tendo sido reeleito para o mandato seguinte. Em 1960, conduziu a primeira reunião da diretoria na sede própria do Rio de Janeiro, localizada na Avenida General Justo, 307, a partir da conquista do “habite-se” do prédio.

Natural de Florianópolis (SC), Charles Edgar Moritz concluiu o curso de Contabilidade e passou a trabalhar na empresa fundada em 1865 por seu avô e dirigida por seu pai desde 1908, a João Moritz Indústria e Comércio, da qual veio a ser presidente. Foi fundador do Sindicato do Comércio Atacadista e do de Representantes Comerciais de Florianópolis, da Federação das Associações Comerciais, da Federação do Comércio de Santa Catarina (e dos serviços regionais do Sesc e Senac) e da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC). Foi, ainda, vice-presidente da Organização Internacional dos Empregados do Comércio, vice-presidente do Conselho Internacional do Comércio e ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Faleceu em 1998, aos 85 anos.



JESSÉ PINTO FREIRE

1964 – 1980

Presidente da CNC por 16 anos, reeleito em gestões consecutivas. Durante esse período, ampliou os serviços oferecidos pelo Sesc e pelo Senac, liderou missões comerciais a diversos países e representou o Brasil na OIT. Presidiu a terceira e a quarta edições da CONCLAP. Essa última, em 1974, durante o regime militar então comandado por Ernesto Geisel, gerou a Carta do Rio, documento histórico das classes empresariais brasileiras com pedido de limites à presença do Estado na economia.

Natural de Macaíba (RN), formou-se em Direito. Trabalhou na Companhia de Eletricidade de Natal, onde desenvolveu atividades comerciais com as empresas Jessé Freire Cinemas Reunidos, Casa Régio, Farmácia Barbosa e a Galvão e Freire. Assumiu, na década de 1950, a presidência da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, do Sindicato Varejista local e, pouco tempo depois, da Federação de Comércio do Estado. Em 1954, iniciou participação na diretoria da CNC como primeiro vice-presidente. Quatro anos depois, assumiu como diretor-secretário – mesmo período em que iniciou o primeiro dos seus três mandatos como deputado federal. Foi senador da República entre 1972 e 1980. Jessé Pinto Freire foi reeleito à presidência da CNC para a gestão 1980-1982, mas veio a falecer, aos 61 anos de idade, antes de assumir o mandato.



ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

1980 - 2018

Vice-presidente da CNC na Gestão 1980-1982, assumiu a presidência da entidade em virtude do falecimento de Jessé Pinto Freire. Permaneceu à frente da CNC por 38 anos, sendo reeleito em sucessivas gestões. Sua trajetória foi marcada por importantes conquistas, como a reorganização do Sistema Confederativo por meio do Sicomércio, a inauguração da sede da CNC em Brasília e pela implantação da Estância Ecológica Sesc Pantanal, da Escola Sesc de Ensino Médio e do programa Mesa Brasil, além da participação em diversas missões oficiais brasileiras a países como França, Portugal, Bolívia, Colômbia, Alemanha e no Oriente Médio. Destaque para a liderança à frente da União Brasileira de Empresários (UBE), grupo que reunia entidades sindicais empresariais, criado para colaborar com o governo na elaboração da nova Constituição Federal, promovendo suas reuniões na sede da CNC em Brasília.

Natural de Vitória (ES), Antonio Oliveira Santos formou-se em Engenharia Civil e Elétrica. Atuou na Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras empresas. Em 1956, ingressou no comércio varejista de materiais de construção, assumindo, em 1968, a presidência da Federação do Comércio do Espírito Santo e dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac. Foi eleito vice-presidente da CNC em 1972 e permaneceu no cargo até 1980, quando assumiu a presidência da entidade. Em 2018, transmitiu o cargo a José Roberto Tadros e tornou-se presidente de honra da Confederação. Faleceu em 2023, aos 97 anos.

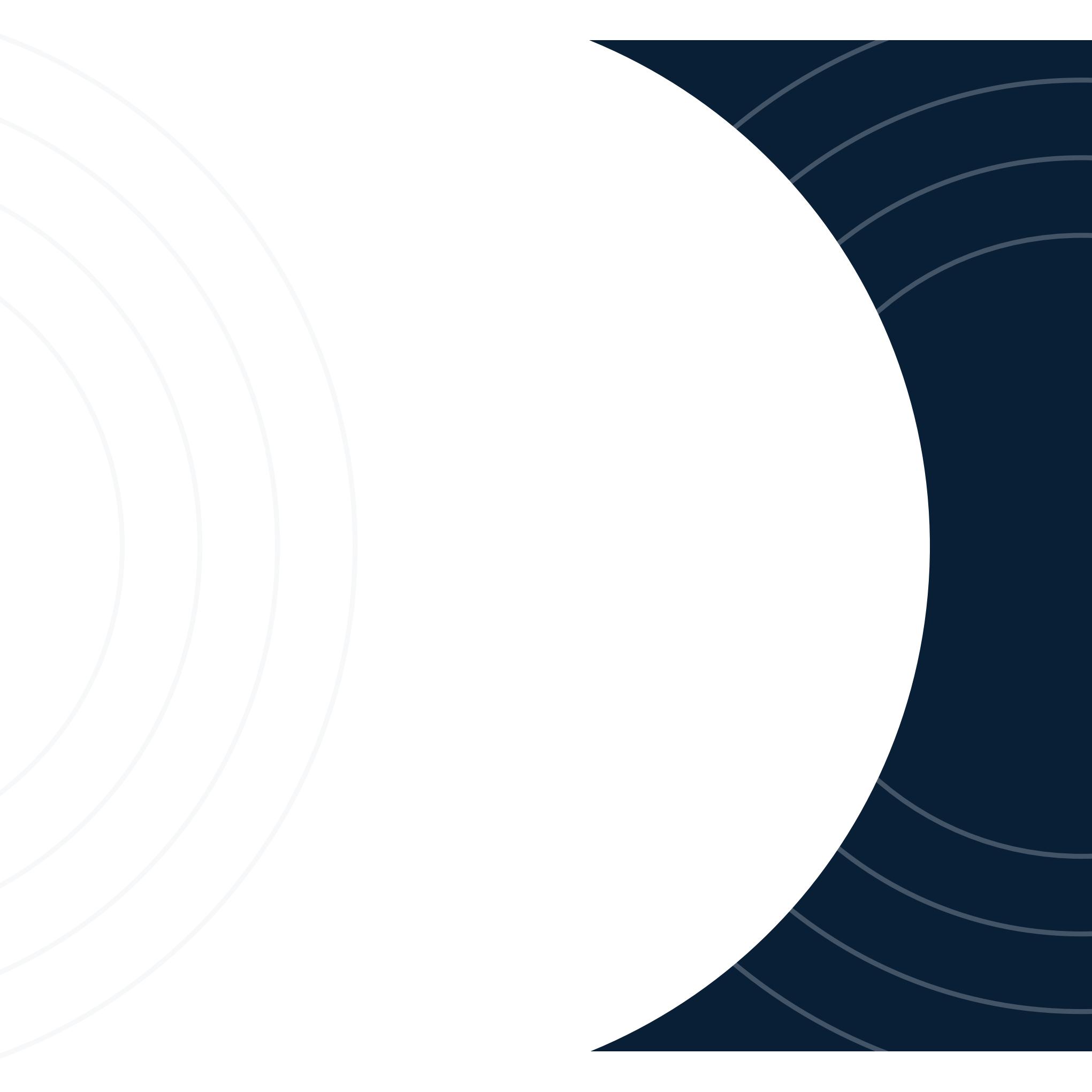


JOSÉ ROBERTO TADROS

2018 - DIAS ATUAIS

José Roberto Tadros assumiu a presidência da CNC em 2018, liderando a chapa vencedora eleita por unanimidade e sendo reeleito em 2022. À frente da CNC, vem ampliando a agenda positiva em defesa dos empresários, fortalecendo o Sesc e o Senac, liderando o processo de transformação digital de todo o Sistema Comércio, aproximando a entidade das lideranças empresariais e políticas nacionais e internacionais e fortalecendo o papel protagonista da Confederação no desenvolvimento do Brasil.

Natural de Manaus (AM), Tadros formou-se em Direito e construiu carreira de destaque como empresário, advogado, professor de Filosofia, Sociologia e História, escritor, sindicalista e dirigente de entidades de classe. Iniciou sua trajetória na mais antiga empresa do Amazonas, a José Tadros & Cia, fundada por seu bisavô em 1874. Ainda durante a faculdade, foi convidado a assumir a vice-presidência do Sindicato do Comércio do Amazonas, do qual veio a ser presidente. Em 1972, passou a integrar o Conselho do Sesc, e se tornou administrador do Sesc, em 1982, por indicação de Antonio Oliveira Santos. Em 1986, assumiu a presidência do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-AM - atualmente licenciado.





LINHA DO TEMPO



Momentos marcantes de uma trajetória de oito décadas de conquistas no fortalecimento do comércio de bens, serviços e turismo e de contribuições para o futuro do país.

I CONCLAP: o embrião da CNC

Abertura da Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), em Teresópolis (RJ), reunindo 183 delegações de empresários e representantes de sindicatos dos setores do Comércio, Indústria e Agricultura do país.



1945

6 DE MAIO

Carta de Teresópolis: os princípios

Publicado o documento resultante da I CONCLAP, com objetivos básicos e aspirações fundamentais: uma carta econômica para o Brasil, que se tornou um documento histórico das classes empresariais brasileiras.

4 DE SETEMBRO

Nasce a CNC

Realização da Assembleia Constituinte da Confederação Nacional do Comércio (CNC), com a presença dos líderes de oito federações do comércio, sob a condução de João Daudt d'Oliveira, na Rua da Alfândega, nº 107, 1º andar, Rio de Janeiro (RJ).

30 DE NOVEMBRO

Reconhecimento oficial

A CNC foi reconhecida pela Presidência da República no Decreto-Lei n. 20.068, firmando-se, assim, como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro.

Escola José Gomes da Silva

Inauguração da primeira escola Senac, em Ribeirão Preto (SP), batizada de José Gomes da Silva, com o curso Praticante de Comércio e Praticante de Escritório, capacitando os trabalhadores da região que estava deixando de ter uma economia agrícola cafeicultora, em decorrência da crise de 1929, e apresentava uma indústria emergente.



Universidade do Ar

Pioneiro em ensino à distância, Senac São Paulo lança um inovador programa radiofônico para atender alunos que não podiam frequentar os cursos de forma presencial.

Turismo social: colônia de férias

Sesc inaugura a Colônia de Férias Ruy Fonseca, atual Centro de Férias Sesc Bertioga, no litoral norte de São Paulo. O projeto foi pioneiro em associar o bem-estar e o desenvolvimento sociocultural dos trabalhadores.

1946

1947

1948

10 DE JANEIRO

Posse João Daudt d'Oliveira

Em solenidade realizada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, João Daudt d'Oliveira toma posse na presidência da CNC.

João Daudt
d'Oliveira,
primeiro
presidente
da CNC



Fundação do Senac

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.621. O Senac foi a primeira instituição criada pela CNC como resultado do manifesto em favor da justiça social, marcando o lançamento da "Carta da Paz Social" à nação.

13 DE SETEMBRO

Fundação do Sesc

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.853, instituição voltada aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus familiares, a quem destina prioritariamente suas ações nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência.



11 DE AGOSTO

Conselho de Turismo

Criação do Conselho de Turismo da CNC, reconhecendo a atividade com um dos caminhos mais efetivos para o desenvolvimento social e econômico do País. O Conselho foi formado por autoridades e personalidades importantes para o segmento no país.

Posse de Brasílio Machado Neto

Brasílio Machado Neto assume a presidência da CNC, permanecendo até 1954. A entidade passa a funcionar na Rua da Candelária, n. 9, 9º andar, no Rio de Janeiro (RJ).

Posse de João de Souza Vasconcelos

João de Souza Vasconcelos assume a presidência da CNC, para uma gestão que se encerrou em 1956.

1951

1952

1953

1954

1955

1956

Profissionalização e pioneirismo

Senac São Paulo lança o primeiro curso de especialização para garçons do país, que incluía aulas de conversação em português, francês e inglês.

Conselho Técnico

Criação do Conselho Técnico para assessoramento da CNC, composto por personalidades da vida cultural, política e intelectual brasileira, atualmente denominado Conselho de Notáveis.

Posse de Brasílio Machado Neto

Brasílio Machado Neto é eleito para o seu segundo mandato à frente da CNC, sendo reeleito em 1958.





Posse de Charles Moritz

Após renúncia de Brasílio Machado Neto, Charles Moritz, então segundo vice-presidente da entidade, assume o cargo. Em 1960, a Diretoria da CNC elege Moritz para um novo mandato.

7 DE OUTUBRO

Nova sede CNC

A CNC muda sua sede no Rio de Janeiro para a Av. General Justo, 307.

Hotel Senac Grogotó

Inaugurado o Hotel Senac Grogotó, em Barbacena (MG) pela Hidrominas, órgão do Governo do Estado. A partir de um convênio com o Senac, passou a ser o primeiro hotel-escola da América Latina - um marco na história da hotelaria brasileira.

1958

1959

1960

1962

1964

Novo estatuto

Um novo estatuto define o turismo como uma das prioridades da CNC.

Em 2008, entrega do Troféu O Mascate a Jair Coser, Presidente do Grupo Unicafé, maior exportador de café do Brasil e do mundo

Restaurante-escola

Inauguração do Restaurante Senac Curitiba, o primeiro restaurante-escola do país.

Posse de Jessé Pinto Freire

Jessé Pinto Freire assume a presidência da CNC. Ele permaneceu à frente da entidade até 1980, ano de seu falecimento.

16 DE JULHO

Troféu O Mascate: Giulite Coutinho

No Dia do Comerciante, é realizada a primeira edição do Troféu "O Mascate", honraria criada pela CNC para premiar profissionais de destaque no comércio. O primeiro a receber o troféu foi Giulite Coutinho, presidente da Associação de Exportadores Brasileiros à época. Desde então, 36 pessoas já foram agraciadas com o troféu.





Conferência da OIT

A CNC participa da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

Congresso Mundial da Câmara de Comércio

O presidente da CNC, Jessé Pinto Freire, lidera o XXIV Congresso Mundial da Câmara de Comércio Internacional do Rio de Janeiro.

Posse de Antonio Oliveira Santos

Em virtude do falecimento do presidente Jessé Pinto Freire, o vice-presidente Antonio Oliveira Santos assumiu o comando da CNC. Ele foi reeleito sucessivas vezes e permaneceu na presidência da entidade até 2018, aos 92 anos, quando decidiu deixar o cargo.

1968

1973

1974

1975

1980

1981

Sede: edifício Presidente Dutra

A sede da CNC em Brasília (DF) passa a funcionar em imóvel próprio no Setor Comercial Sul, quadra 2, bloco C, no 227, Edifício Presidente Dutra.

Ordem Nacional do Mérito Comercial

A CNC lança prêmio para estimular e reconhecer a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção: a Ordem Nacional do Mérito Comercial, concedida a personalidades e instituições, nacionais ou estrangeiras.

Entrega da Ordem do Mérito por Antonio Oliveira Santos a Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, durante o seu primeiro mandato como Presidente da República



Comitiva Presidente Figueiredo

Antonio Oliveira Santos integra a comitiva do presidente da República, João Batista Figueiredo, a países europeus. No mesmo ano, representa a CNC na missão econômica do Brasil ao sudeste asiático e ao Oriente Médio, ao lado do economista Ernane Galvães, Ministro da Fazenda à época.

Assessoria Parlamentar

Criação da assessoria da CNC junto ao Poder Legislativo (futura APEL), participando de audiências públicas e contribuindo com pareceres técnicos.

GIGANTE
COMO O BRASIL

130

LINHA DO TEMPO



AGOSTO

I Convenção do Sicomércio

Com a presença do corpo diretivo da CNC, dos presidentes de todas as federações (40) e de 456 dos 700 sindicatos patronais do comércio brasileiro à época, foi debatido o destino do sindicalismo no setor. Emitida resolução da CNC que criava a Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio (Cersc).

Turismo Social

O Sesc São Paulo é nomeado membro do Bureau International du Tourisme Social (Bits) - tornando-se a primeira organização das Américas a integrar a entidade.

24 DE JANEIRO

Fundação do Sicomércio

Expedida a resolução CNC-CR n. 01, regulamentado o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio).

1986

1987

1989

1991

1993

05 DE NOVEMBRO

União dos Empresários Brasileiros

Antonio Oliveira Santos preside a cerimônia de posse do Conselho Consultivo da UBE, criado para colaborar na composição da Carta Magna.

Curso superior

Senac inaugura o seu primeiro curso superior: Tecnologia em Hotelaria.

16 DE OUTUBRO

II Convenção do Sicomércio

Criação da Carta de Princípios do Sicomércio, que estabelece a natureza das atividades representadas pela CNC ao definir que o termo "comércio" abrange todas as atividades mercantis relacionadas a bens e serviços de qualquer natureza.



Coletânea Turística

O Conselho de Turismo da CNC lança a Coletânea Turística, publicação que apresenta um mosaico de ideias, opiniões e estudos sobre o mundo do turismo.

Sesc Pantanal

Inauguração da Estância Ecológica Sesc Pantanal, situada nos municípios matogrossenses de Poconé e Barão de Melgaço - maior projeto privado de conservação do Brasil.



1994

1995

1996

1997

Câmaras de Comércio da CNC

Os Grupos Empresariais de Assessoramento (GEA) passam a ser denominados Câmaras de Comércio. As primeiras criadas são a Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI) e a Câmara Empresarial de Turismo (CET), que substitui o Conselho do Turismo da CNC e passa a reunir as associações nacionais que representam a cadeia produtiva do setor.



Educação na TV

Criação da TV Senac, posteriormente Rede Sesc-Senac de Televisão e, hoje, Sesc TV, com programação voltada para assuntos de cultura e lazer.

Inauguração do edifício da CNC

Com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi inaugurado o Edifício da CNC em Brasília (DF). Na ocasião, aconteceu a posse da Diretoria e do Conselho Fiscal da CNC para o triênio 1998-2001.



1998

1999

2000

2001

Website

CNC lança endereço oficial na internet, atual portaldocomercio.org.br.

Rede Sesc-Senac de Teleconferência

Criação da rede para a promoção de debates sobre assuntos relevantes entre especialistas e o público, em tempo real, por e-mail, fax e telefone. Atualmente, a Rede está presente em todos os estados, com cerca de 400 salas e auditórios equipados com infraestrutura de ponta.

Turismo pelo Brasil

O Conselho de Turismo da CNC lança o livro *Turismo pelo Brasil*, em comemoração dos 46 anos de sua fundação.



Acesse para ler o
livro na íntegra





Rede EAD Senac

Ministério da Educação concede credenciamento para o Senac oferecer cursos de pós-graduação lato sensu à distância. Para atender à demanda, foi criada a Rede EAD Senac.

Orquestras Jovens

Sesc cria projeto pioneiro no país de orquestra para adolescentes com cursos de instrumentos e prática de conjuntos, unindo educação musical e inclusão social. Atualmente, o projeto Orquestras Jovens está presente em 11 estados brasileiros.

Turismo e Hotelaria

Lançamento do livro Breve História do Turismo e da Hotelaria em comemoração aos 60 anos da CNC e aos 50 anos do Conselho de Turismo.

2003

2004

2005

Sesc Mesa Brasil

Criação do projeto Mesa Brasil pelo Sesc, rede nacional de arrecadação e distribuição de alimentos, com o objetivo de combater a fome e a desnutrição no país.



24 DE ABRIL

Estatuto revisado

O Estatuto revisado da CNC estabelece mandatos de seis anos para a Diretoria e para o Conselho Fiscal. Em 2010, após nova revisão do estatuto, os mandatos passam a ser de quatro anos.

Câmara Empresarial do Turismo

A CNC instala a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo para representar e defender os interesses do setor, reunindo as associações nacionais que representam a cadeia produtiva do setor.



19 DE FEVEREIRO

Escola Sesc de Ensino Médio

Início do primeiro ano letivo da Escola Sesc de Ensino Médio, no Rio de Janeiro (RJ). A escola foi fundada por iniciativa de Antônio Oliveira Santos.

14 DE MAIO

Mudança do nome CNC

O Ministério do Trabalho e Emprego autoriza a mudança do nome da CNC, que passa a se chamar Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

5 DE NOVEMBRO

Programa Senac de Gratuidade

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assina o Decreto que determina a destinação de recursos do Senac para a criação de cursos gratuitos. É o início do Programa Senac de Gratuidade (PSG).

2007

2008

2009

5 DE NOVEMBRO

VIII Congresso do Sicomércio

Lançamento do Plano Estratégico do Sistema CNC 2007-2020, com o objetivo de desenvolver o setor terciário de forma convergente, focada e cooperativa.

15 DE OUTUBRO

Renalegis

Primeira reunião ordinária da Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Sistema CNC-Sesc-Senac (Renalegis). Início do funcionamento oficial da Rede nas ações no Poder Legislativo.

Registro de reunião da Renalegis realizada em 2011





Turismo em pauta

A CNC lança a revista Turismo em Pauta.

23/09/2010

Desenvolvimento Associativo

Lançado o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). Previsto no Plano Estratégico 2007-2020, o PDA promove ações de desenvolvimento das entidades sindicais para o fomento ao associativismo.

19/11/2010

Posse Antonio Oliveira Santos

No ano em que completou 30 anos na presidência da CNC, Antonio Oliveira Santos toma posse de mais um mandato, para o quadriênio 2011-2014.

2010

2011

1º DE FEVEREIRO

Programa ECOS

Lançamento do ECOS, Programa de Sustentabilidade CNC-Sesc-Senac, que promove ações sustentáveis nos pilares econômico, social e ambiental, tendo por base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), integrando CNC, Federações, Sesc e Senac.



Ecōs

PROGRAMA DE
SUSTENTABILIDADE
por Sistema Comércio



Acesse e
saiba mais

4 DE ABRIL

Educação Profissional na Copa

Lançamento do Programa Nacional de Educação Profissional Senac na Copa, com mais de um milhão de vagas em cursos profissionalizantes em todo o país com vistas à Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil.

28 DE ABRIL

Pronatec

A Presidente da República Dilma Rousseff lança o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem o Senac como um dos principais parceiros na oferta de cursos técnicos gratuitos.

MAIO

ICEC

Lançamento do Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), pesquisa mensal realizada pela CNC para avaliar as expectativas dos empresários quanto à economia e ao setor.

19 DE SETEMBRO

Sites Institucionais

Projeto da CNC oferece sites institucionais a todos os sindicatos filiados ao Sicomércio, numa iniciativa do Programa de Desenvolvimento Associativo.

Cetur

A Câmara Empresarial do Turismo (CET) passa a ser denominada Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), integrando todas as áreas de turismo existentes na Confederação.

NOVEMBRO

BDCS

Implementação do Banco de Dados da Contribuição Sindical (BDCS), ferramenta estratégica para as entidades do sindicalismo patronal do comércio de bens, serviços e turismo, que facilita o gerenciamento da arrecadação sindical, bem como de outras contribuições.



Acesse e
saiba mais



2012

2013

2014

13/06/2012

Rio+20

O Sistema CNC-Sesc-Senac participa da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, por meio de palestras, atividades e apresentação de um documento com as contribuições do comércio de bens, serviços e turismo.

12/09/2012

CNCC

Primeira reunião da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC).

12/12/2012

Qualidade FNQ

Filiação da CNC à Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), garantindo o selo de qualidade FNQ ao Sistema de Excelência em Gestão Sindical (Segs).

30/12/2013

Prêmio Hugo Werneck

O Sesc Pantanal é premiado na categoria Destaque Nacional na quarta edição do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza, considerado o “Oscar da Ecologia”.





27 DE ABRIL

Comércio e Turismo

Lançamento da campanha Comércio e Turismo Viajam Juntos para evidenciar a importância do turismo à economia.



Acesse e
saiba mais

23 DE NOVEMBRO

Seminário Jurídico do Turismo

Realização da primeira edição do Seminário Jurídico do Turismo, na sede da CNC em Brasília, para discutir questões tributárias e trabalhistas que impactam o ambiente de negócios da atividade turística.

2016

2017

2018

Eleições: propostas para o turismo

As principais entidades do setor de turismo, membros do Cetur/CNC, lançam o documento “Turismo: +desenvolvimento +emprego +sustentabilidade”, entregue aos candidatos à presidência da República, com propostas e sugestões para colaborar na construção e consolidação de “uma política pública que possa efetivamente promover o desenvolvimento do turismo no Brasil”.

18 DE ABRIL

Acordo Argentina

Assinatura de acordo de cooperação entre a CNC e a Câmara Argentina de Comércio e Serviços para troca de informações.

1º DE MAIO

MovIN

Realização do Movimento para Inovação em Comércio e Serviços (MovIN), promovido pela CNC em parceria com o Sebrae, em Brasília (DF), para debater os desafios estruturais que influenciam na produtividade dos negócios do comércio e dos serviços.

27 DE SETEMBRO

Posse de José Roberto Tadros

Eleição da Diretoria da CNC para o mandato 2018-2022. A chapa, liderada por José Roberto Tadros, recebeu 24 dos 28 votos válidos. Em 2022, Tadros foi reeleito, por unanimidade dos votos apurados, para o mandato que se estende até novembro de 2026.



6 DE FEVEREIRO

Carta Aberta em Defesa do Turismo

Entidades de classe do setor produtivo do turismo divulgam a Carta Aberta em Defesa do Turismo – documento capitaneado pelo Cetur/CNC e assinado por 28 associações e a maior agência de viagens do país endereçado aos ministérios do Turismo, da Fazenda e do Planejamento e à Casa Civil.

Empregabilidade no Turismo

Realização de estudo inédito sobre empregabilidade no turismo. Cetur passa a discutir a regularização de serviços de economia compartilhada.



Acesse e
saiba mais

MARÇO

Luta contra a pandemia

O Sistema CNC-Sesc-Senac propõe diversas ações para a defesa dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus.

ABRIL

Trabalho a favor do Brasil

Lançamento da campanha em rede nacional com orientações aos empresários para a superação da crise provocada pela pandemia e, também, com as ações e as entregas realizadas pelo Sistema.

JULHO

Energy Globe Award

O Programa Mesa Brasil Sesc-RS é reconhecido com o Energy Globe Award pela sua atuação em prol das pessoas e da sustentabilidade. Pelo segundo ano consecutivo, a unidade Sesc Comunidade, localizada em Porto Alegre, foi eleita a vencedora nacional do prêmio ambiental mais importante do mundo.

2019



#euValorizo

Lançamento da campanha #euvalorizo, que resultou na adesão de mais de 1 milhão de pessoas ao abaixo-assinado pelo fortalecimento do Sistema Sistema CNC-Sesc-Senac.



Acesse e
saiba mais

2 DE JULHO

CBCC e CRCTrab

Criação da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC) e da Câmara de Resolução de Conflitos Trabalhistas (CRC-Trab), no âmbito da Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio.

11 DE OUTUBRO

Conferência Mercosul

CNC sedia a Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI19). Neste ano, o Brasil estava na presidência temporária do Conselho de Câmaras de Comércio do Mercosul (CCCM).



Acesse e
saiba mais

Assista
ao vídeo e
saiba mais



LINHA DO TEMPO

80 ANOS

139



4 DE AGOSTO

CNC Transforma

Lançamento do CNC Transforma – movimento para impulsionar o crescimento do comércio de bens, serviços e turismo no Brasil por meio da transformação digital, com o desenvolvimento e a apresentação de dezenas de soluções inovadoras para empresas de todo o país.

31 DE JULHO

Fórum Nacional das Federações

1ª edição do Fórum Nacional de Superintendentes das Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. O evento, on-line, contou com a participação de mais de 100 representantes de todo o país para debater o alinhamento de pautas do sistema no contexto da crise da pandemia da Covid-19. O fórum tornou-se anual, consolidando-se como um importante momento de realinhamento do planejamento estratégico institucional das entidades.

NOVEMBRO

CNC 75 anos

Lançamento do livro comemorativo dos 75 anos da CNC, destacando a trajetória da entidade, que se confunde com o desenvolvimento do Brasil.

2020

NOVEMBRO

Do Tamanho do Brasil

Lançamento da campanha do Tamanho do Brasil que apresenta as boas práticas do setor em todo o país por meio de webséries exibidas no canal da CNC no YouTube.



Conheça o
canal da CNC
no YouTube



MARÇO

UniCNC

Lançamento da Universidade Corporativa do Sistema CNC, plataforma virtual de aprendizagem para desenvolver as competências dos profissionais e líderes que compõem as entidades sindicais do Sistema Comércio.



JUNHO

Vai Turismo

Lançamento do projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro pela CNC, por meio do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), com o objetivo de integrar propostas para a recomendação de políticas públicas.

Acesse e
saiba mais

OUTUBRO

Great Place to Work

A CNC é certificada pela consultoria global Great Place to Work (GPTW) como uma das melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro. A certificação foi repetida nos anos seguintes, até 2025, quando a CNC buscou novo reconhecimento junto à Fundação Instituto de Administração (FIA), instituição renomada internacionalmente, cooperada com a Universidade de São Paulo (USP), o Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar.

2021

JUNHO

Diversidade

CNC realiza o workshop on-line Diversidade é Legal pela Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), com a participação de juristas e de empresários, como Luiza Helena Trajano, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza.

Acesse e
saiba mais

AGOSTO

Memorial do Comércio

Inauguração do Memorial do Comércio, na sede do Rio de Janeiro (RJ), um espaço dedicado à valorização da história da CNC, com exposições e painéis interativos. É possível realizar um tour virtual pelo espaço acesando memorial.portaldocomercio.org.br

Acesse e
saiba mais

NOVEMBRO

Mercosul

A Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI21), é realizada na sede da CNC, no Rio de Janeiro (RJ).



Óptica

Senac lança o Curso de Técnico em Óptica em formato EAD, uma iniciativa da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica).

LINHA DO TEMPO

80 ANOS

141

No evento de lançamento, formalização da entrega da Agenda Institucional ao Presidente da República, Jair Bolsonaro

22 DE JUNHO

Agenda Institucional

Lançamento da Agenda Institucional do Sistema Comércio - instrumento estratégico de gestão de iniciativas, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, que estimulem o crescimento e o fortalecimento dos setores representados pelo Comércio de Bens, Serviços e Turismo sobre os temas prioritários para a modernização e o desenvolvimento do Brasil. A Agenda Institucional tornou-se uma ferramenta permanente e colaborativa.



SETEMBRO

CBMEC

Realização da reunião inaugural da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC) da CNC, que contou com empresárias de todas as Federações do Comércio, além das sete federações nacionais.

2022

ABRIL

Homenagem

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, foi homenageado na sexta edição do World Company Award (Woca). O evento, que condecora empresas e entidades por meio do principal gestor, foi realizado em Monte Carlo e contou com a participação do príncipe de Mônaco, Albert II.



JUNHO

Conferência da OIT

A CNC participa da 110ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. O presidente José Roberto Tadros esteve acompanhado de presidentes das federações e da equipe técnica da CNC, e reuniu-se com o presidente da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, em debate sobre as ações do Sistema Comércio para a recuperação do setor durante a pandemia.



NOVEMBRO

Conecta 2022

CNC realiza a 1ª edição do Conecta, no Rio de Janeiro, evento dedicado ao compartilhamento de boas práticas do Sistema Comércio. O evento tornou-se anual, com palestras, oficinas temáticas e premiações.

1º DE FEVEREIRO

UniCNC premiada

Conquista do Brandon Hall Awards, do Brandon Hall Group, primeiro prêmio internacional da UniCNC, a única organização brasileira entre as 196 empresas reconhecidas, com a Medalha de Prata em Melhor Avanço na Implementação de Plataforma de Aprendizagem 2022, na categoria Treinamento e Desenvolvimento.

27 DE JULHO

Lei do Bem

A CNC lança o Guia Prático da Lei do Bem, detalhando as possibilidades de utilização dos benefícios fiscais oferecidos pela Lei n. 11.196/05 para as empresas que investem em inovação, tecnologia e pesquisa básica aplicada (P&D). O lançamento aconteceu durante a reunião da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN), órgão consultivo e cerne da construção do guia.

2022

2023

8 DE DEZEMBRO

Personalidade do Ano

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, foi um dos homenageados do prêmio Personalidades do Ano realizado pelo Conselho Global de Sustentabilidade e Marketing (GCSM) em parceria com o Fórum das Américas.

24 DE ABRIL

CNC em Portugal

Inauguração do escritório comercial da CNC em Portugal com foco na ampliação das oportunidades de negócios do setor terciário e de intercâmbio com a Europa e com o mundo. Esta era uma demanda da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEx). A inauguração do escritório internacional no World Trade Center (WTC) Lisboa rendeu à entidade o Jacaré de Bronze do Prêmio Caio, na categoria Evento Corporativo Cliente. A premiação é reconhecida nacionalmente como o Oscar dos Eventos.





Acesse e
saiba mais

Programa Atena

Implantação do Programa Atena, desenvolvido de forma colaborativa pelas entidades do Sistema desde 2020. E lançamento do Prêmio Atena, para valorizar as federações e sindicatos destaques do ano na busca por melhores resultados e melhoria contínua a partir da participação no programa.



Acesse e
saiba mais

AGOSTO

Conecta + Sicomércio

Momento histórico para o fortalecimento do Sistema Comércio, os participantes conheceram as melhores práticas para a atuação de CNC, Sesc, Senac, sindicatos e federações.



JUNHO

Conferência da OIT

A CNC lidera a bancada de empregadores brasileiros na 111ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, na Suíça.



8 DE NOVEMBRO

Conferência Mercosul

A 4ª edição da Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI23) foi realizada na sede da CNC no Rio de Janeiro. O encontro reuniu as principais representações empresariais de Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil para discutir a integração dos setores do Mercosul e marcou o ingresso oficial da CNC na Federação Sul-americana de Turismo (Fedesud).

GIGANTE
COMO O BRASIL

144

JUNHO

Unidos pelo Rio Grande do Sul

O Sistema CNC-Sesc- Senac une forças em auxílio às vítimas das enchentes que atingiram 440 municípios gaúchos. O Sesc Mesa Brasil atua na distribuição de doações, e as unidades do Sesc e do Senac funcionam como pontos de coleta de doações e abrigo às famílias atingidas. Em conjunto com outras confederações empresariais, lança o site Juntos fazemos a diferença: Unidos pelo Rio Grande do Sul, para divulgar as ações realizadas em favor da reconstrução do estado, promovendo a recuperação econômica e social.



JUNHO

Casa de Chá

Senac-DF assume a Casa de Chá na Praça dos Três Poderes, em Brasília, em parceria com a Secretaria de Turismo do DF. Projeta-dada por Oscar Niemeyer e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a edificação abriga a cafeteria-escola do Senac e o Centro de Atendimento ao Turista.

9 DE JULHO

Índice da Carta Mensal

Lançamento da publicação histórica que reúne o conteúdo das cartas mensais produzidas pelo Conselho de Notáveis desde 1955, em seus encontros semanais, abrangendo questões de economia, história, política e temas afins à entidade, com análises e reflexões preciosas sobre a sociedade e a cultura contemporânea.

2024

JULHO

CNC na China

Comitiva da CNC vai a Shenzhen para conhecer o centro empresarial da Huawei, o maior da China e um dos maiores do mundo. O complexo reúne institutos de capacitação, pes-

quisa, engenharia, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias. A comitiva também esteve no Instituto de Tecnologia e Informação de Shenzhen (SZIIT).



25 DE NOVEMBRO

CNC Global Voices

Realização de evento com personalidades globais para explorar insights sobre política e economia. Entre os convidados, o ex-Presidente do Brasil Michel Temer e o ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido Tony Blair.



26 DE MARÇO

Agenda Institucional 2025

Cerimônia de entrega da Agenda Institucional realizada em Brasília, com a participação de mais de 100 autoridades do Executivo e Legislativo e representantes do setor empresarial. O documento foi entregue ao presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, contendo a agenda prioritária do setor terciário para o ano, que inclui a regulamentação da reforma tributária, medidas de desburocratização e de incentivo ao setor, legislação trabalhista, empresarial e ambiental, entre outras ações.



2025

MAIO

Semana S: a força da mobilização nacional

Realização da primeira edição da Semana S, megaevento simultâneo que mobilizou todo o país entre os dias 11 e 18 de maio com uma extensa programação de serviços à população que levou educação, saúde, cultura,

lazer e cidadania aos brasileiros. Maior evento do setor terciário no país, com mais de 1,2 milhão de pessoas impactadas pelas ações, a Semana S abriu a celebração dos 80 anos da CNC.

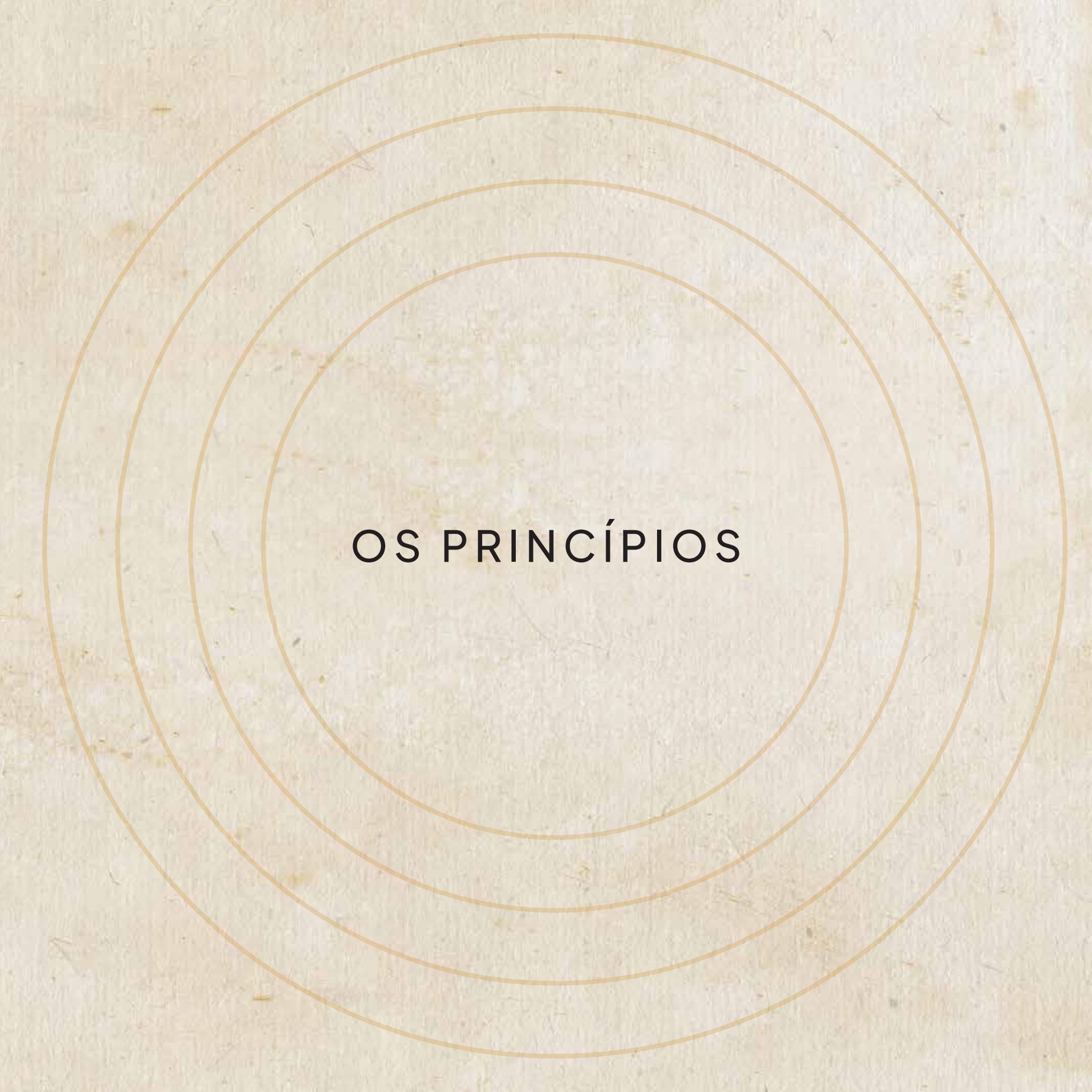


19 DE MAIO

CNC: Um Lugar Incrível para Trabalhar

Conquista do Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar, concedido pela FIA, instituição cooperada com a USP. Superando as expectativas, 97% dos colaboradores responderam à pesquisa, e a CNC obteve nota 91, recorde para a Confederação em suas certificações. O destaque foi para o item Liderança, que recebeu uma excelente avaliação, alcançando 92 pontos, acima da média das 150 empresas "Incríveis para Trabalhar", que ficou em 89 pontos. ☺





OS PRINCÍPIOS



A relevância histórica da **Carta Econômica de Teresópolis** e da **Carta da Paz Social**, documentos precursores do Sistema CNC-Sesc-Senac e marcos institucionais que consolidaram o compromisso dos setores produtivos com o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Em maio de 1945, a cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, foi cenário de um momento histórico para o país. Reunidos na I CONCLAP – Conferência Nacional das Classes Produtoras -, 700 empresários e líderes sindicais do comércio, da indústria e da agricultura de todos os estados brasileiros definiram os princípios que balizariam a formulação de políticas econômicas e sociais no processo de redemocratização do Brasil após a Segunda Guerra Mundial. A urgência era garantir que os interesses produtivos fossem considerados na nova agenda de desenvolvimento social e econômico que passava a ser estruturada no país.

Durante cinco dias, os empresários das 183 delegações participantes debateram sobre: o Estado e a ordem econômica; a elevação do nível de vida da população; a política

de produção agrícola; a política de produção industrial e mineral; a política de investimentos; energia e transportes; a política comercial; a política monetária, bancária e fiscal; a política social e trabalhista; e a política migratória. Na coordenação dos trabalhos, estava João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), entidade organizadora da I CONCLAP, e da Federação do Comércio do Rio de Janeiro. A mesa diretora foi composta também por outras reconhecidas lideranças empresariais do país: Brasílio Machado Neto, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Iris Meinberg, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, e por Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo.

Na página anterior, a solenidade de encerramento da I CONCLAP, em 6 de maio de 1945, quando João Daudt d'Oliveira apresenta a Carta Econômica de Teresópolis



João Daudt d'Oliveira e parte dos representantes das delegações participantes da I CONCLAP

O principal legado da I CONCLAP, encontro inédito entre tantas lideranças comprometidas com o futuro do país, foi a elaboração de dois documentos que expressaram o pacto nacional, amplo e intersetorial estabelecido: a Carta Econômica de Teresópolis e a Carta da Paz Social. O primeiro significou uma "Carta Econômica para o Brasil", com objetivos e princípios abrangentes que foram incorporados aos estatutos da Confederação Nacional do Comércio (CNC), fundada quatro meses depois, a partir da necessidade de criação de um órgão para ser o porta-voz oficial do comércio perante o governo e a sociedade. O segundo documento representou um marco significativo a favor da justiça social, do desenvolvimento humano, do bem-estar e da me-

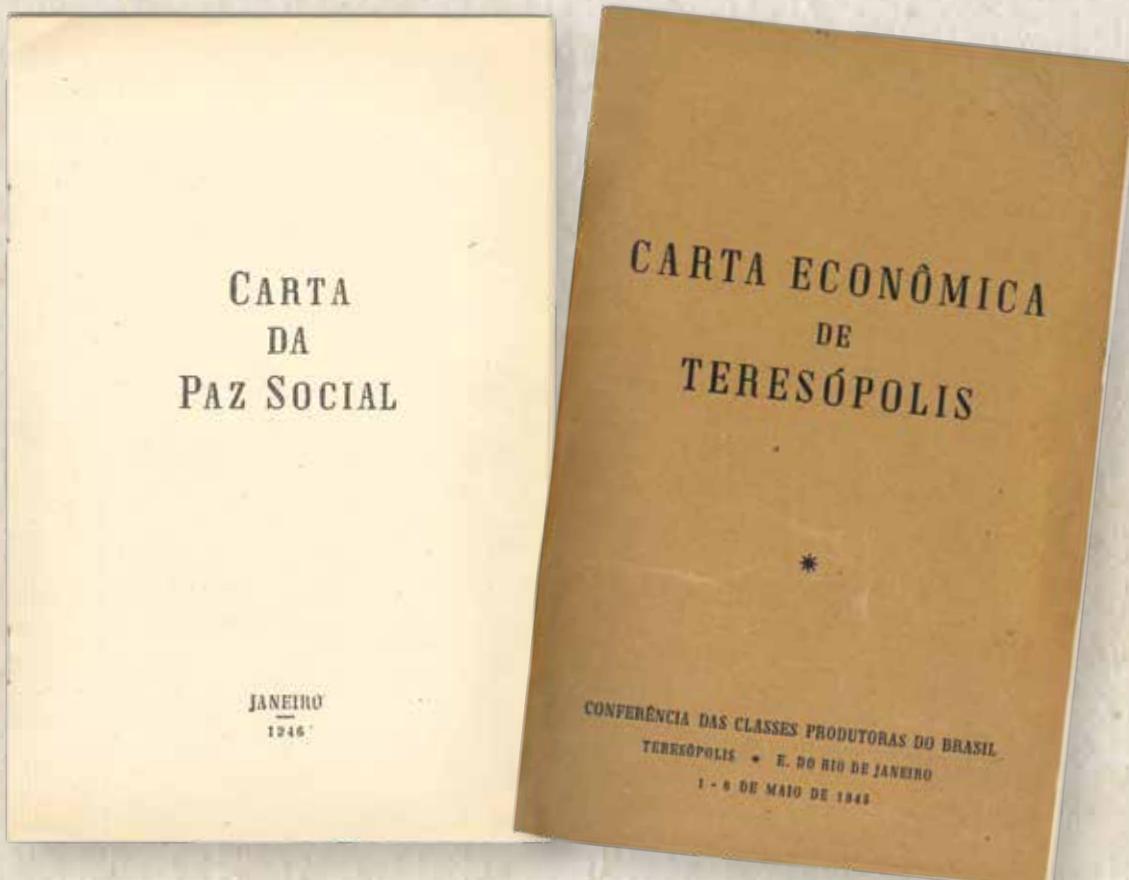
lhoria da qualidade de vida dos trabalhadores – pilares do Sesc e do Senac.

A Carta Econômica de Teresópolis foi apresentada no dia 6 de maio de 1945, no encerramento da I CONCLAP. O documento foi formalizado e entregue ao governo federal, na época liderado por Getúlio Vargas, em seus meses finais de mandato. Como resultados imediatos, houve o reconhecimento da CNC como "entidade sindical de grau superior coordenadora dos interesses econômicos do comércio em todo o território nacional", pelo Decreto n. 20.068, de 30 de novembro de 1945, e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Commercial (Senac), pelo Decreto n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, atribuindo à CNC "o encargo de organizar e administrar, no território nacional,

escolas de aprendizagem comercial". Ambos foram assinados por José Linhares, que, como presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência durante o período de transição política. No ano seguinte, com Eurico Gaspar Dutra conduzindo o processo de redemocratização do Brasil, novas conquistas: a promulgação do Decreto n. 9.853, em 13 de setembro de 1946, que atribuiu à CNC o "encargo de criar o Serviço Social do Comércio (Sesc), com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade".

A Carta da Paz Social foi divulgada no dia 10 de janeiro de 1946, durante a posse da pri-

meira diretoria da CNC, quando foi formalizada também a criação do Senac. "É um documento altamente expressivo do espírito de solidariedade e do realismo amadurecido dos homens de empresa brasileiros desta geração. Ela deverá contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho em nosso país, num plano superior de entendimento recíproco. Com ela nos apresentamos ante aos empregados, convidando-os a fundar, sobre base sólida, uma política de mútua compreensão e de respeito recíproco", disse João Daudt d'Oliveira, no lançamento da "Carta da Paz Social" à nação, ao tomar posse como primeiro presidente da CNC. Nas próximas páginas, conheça a Carta Econômica de Teresópolis e a Carta da Paz, reproduzidas na íntegra, conforme a grafia original, em respeito aos documentos históricos.



Capas das edições originais dos documentos que se tornaram a "pedra fundamental" do Sistema CNC-Sesc-Senac

CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS

No momento em que, num clima de profundas transformações mundiais de ordem econômica, social e política, o Brasil se prepara para reestruturar suas instituições de governo, entenderam a Agricultura, a Indústria e o Comércio nacionais constituir seu dever trazer a contribuição de sua experiência e do seu patriotismo para que, nos rumos a serem traçados à vida do país nos setores de suas atividades, sejam adotadas soluções que atendam aos justos anseios e interesse da coletividade da qual são parte integrante.

Com este alto propósito, reuniram-se em Conferência na cidade de Teresópolis, delegações dos três ramos das atividades produtoras, provindas de todas as regiões do país, representando a totalidade das forças econômicas nacionais.

Assistidos pelos órgãos técnicos de estudo e pesquisa de suas associações de classe, sem outras preocupações que não as do bem geral e colocados acima das competições de partidos, grupos ou pessoas, os agricultores, industriais e comerciantes dedicaram-se em conjunto ao exame minucioso de todos os problemas da economia brasileira, quer em seus aspectos internos, quer em suas relações internacionais.

Na consideração dêsses problemas, destacaram-se desde logo objetivos básicos ou aspirações fundamentais, constitutivos de uma consciência coletiva predominante na orientação de todas as atividades da Conferência, e, em complemento a êsses objetivos básicos, os princípios de política econômica que formam com êles um corpo de declarações, capaz de constituir, neste momento histórico, uma Carta Econômica para o Brasil.

OBJETIVOS BÁSICOS

I - COMBATE AO PAUPERISMO - O combate ao pauperismo é uma cruzada que se impõe à ação conjunta do Estado e da iniciativa privada, não apenas por princípios de solidariedade humana e de sentimento patriótico, mas ainda pelos compromissos e responsabilidades que decorrem dos Convênios Internacionais firmados pelo Brasil. São dois os instrumentos de que deve lançar mão êsse empreendimento nacional, que consiste em essência no levantamento do nível de vida da população: a valorização do homem e a criação de condições econômicas mais propícias ao desenvolvimento geral do país.

II - AUMENTO DA RENDA NACIONAL - A forma capaz de conduzir à realização do primeiro objetivo é favorecer o aumento da renda nacional, o que permitirá sua mais ampla e melhor distribuição. O meio adequado para obtê-lo é o planejamento da ação nacional para melhor aproveitamento das fontes de produção agrícola e industrial, e nos setores dos transportes, da energia e do crédito.

III - DESENVOLVIMENTO DAS FÔRÇAS ECONÔMICAS - O princípio norteador das atividades produtoras do país para que realizem o objetivo do aumento da renda nacional é que êste aumento se baseia no desenvolvimento harmônico das fôrças econômicas, o que atribue, no quadro da política nacional, relevante posição à política econômica, sólido alicerce das realizações de todos os setores empenhados no progresso do Brasil. Para isso, será necessário obter, por todos os modos, o fortalecimento dos meios de produção, e realizar por processos seguros e adequados a industrialização do país.

IV - DEMOCRACIA ECONÔMICA - À democracia política, que é a vocação dos brasileiros, deve corresponder uma verdadeira democracia econômica. Esta, só se completa com o desenvolvimento paralelo de todos os setores da produção, de todas as regiões e de todas as atividades. Deve ser organizada com o preparo das leis, das instituições, do aparelhamento administrativo, e com a cooperação dos capitais e da técnica das nações amigas, notadamente de nossos aliados norte-americanos.

V - JUSTIÇA SOCIAL - As classes produtoras aspiram a um regime de justiça social, que, eliminando incompREENsões e malentendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmônico, a recíproca troca de responsabilidade, a justa divisão de direitos e deveres, e uma crescente participação de todos na riqueza comum.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Na convicção de que êsses objetivos básicos correspondem às aspirações fundamentais dos brasileiros, e no propósito de fazer convergir os esforços de todos, Povo e Governo, para que seja alcançada sua realização no mais curto prazo, em bem da segurança, do progresso e da felicidade nacionais, afirmam e proclamam as Classes Produtoras os seguintes princípios:

I – ORDEM ECONÔMICA

1 – Fiéis à sua formação histórica e aos compromissos de política internacional a que a Nação tem dado seu apoio, reconhecem que a ordem econômica brasileira se funda no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, dentro dos preceitos de justiça, atendidas as inelutáveis limitações impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional, de modo a garantir a possibilidade de uma existência compatível com a felicidade e com a dignidade humana.

2 – Esse pensamento não exclui a admissão de um certo grau de interferência do Estado, imposto por necessidade comprovada em certos casos limitados, prudentemente contida nos moldes de um largo planejamento de articulação racional das forças produtoras, e sob a forma de um eficaz estímulo às atividades econômicas, auxiliando-as, facilitando sua organização e prestando-lhes assistência técnica. Ao Estado caberá uma adequada ação supletiva, extensiva ao campo social, sempre que os empreendimentos necessários ultrapassem o poder, a capacidade, ou a conveniência da iniciativa privada.

3 – Fóra desses casos, a intervenção do Estado na economia nacional apenas se justifica nos que se relacionem com a segurança, interna ou externa, ou com o bem comum.

4 – Pensam ser preferível a forma indireta da ação do Estado, visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades privadas. Nos casos de ação direta, o Estado ouvirá préviamente as classes interessadas, atenderá à situação dos consumidores e, sempre que possível, dará ao capital particular participação no investimento e na direção.

5 – Com o fim de fortalecer a unidade nacional e preservar-se a paz, recomendam: o desenvolvimento harmônico de todas as regiões e iguais oportunidades para todos os indivíduos; o progresso quantitativo e qualitativo da produção, com o aproveitamento racional e a defesa dos recursos naturais do país; a estabilidade econômica; a simplificação da administração pública; e a garantia, ao homem do campo e ao da cidade, de um salário real que lhes permita viver com dignidade.

6 – É sua opinião que o Brasil, necessitando urgentemente recuperar o tempo perdido para atingir a renda nacional necessária a permitir a seu povo um melhor nível de vida, procure acelerar a evolução de sua economia por meio de técnicas que lhe assegurem rápida expansão. Para isso, reconhecem a necessidade de um planejamento econômico que vise aumentar a produtividade e desenvolver as riquezas naturais. Assim também consideram condição básica um ambiente de confiança, evitando o agravamento da inflação monetária, garantindo a todos os seus direitos, bem como protegendo o poder aquisitivo do trabalhador.

7 – Recomendam, ainda, o levantamento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos Índices de renda nacional e de padrão de vida regionais. Para esse fim lhe devem prestar colaboração os Poderes Públicos e as entidades produtoras. Esses índices, que poderão ser os aprovados pelos Congressos Brasileiros de Economia e de Indústria, servirão para a comparação periódica do desenvolvimento alcançado pelo país e suas várias regiões. Para a fixação do plano, entendem seja ele preferentemente

estudado, projetado e supervisionado por um órgão de política econômica, de modo a poder ser encarado sob um prisma de maior amplitu-

de, do que seria o da exclusiva segurança nacional, e de acordo com o que deliberou o Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria.

II – PRODUÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL

1 – Os rumos da política agrária brasileira deverão ser traçados pelas próprias classes rurais, dentro das diretrizes de um plano geral. Para isso devem elas organizar-se associativamente, de acordo com os princípios democráticos.

2 – Reconhecem que o desenvolvimento agrícola depende de transportes eficientes, que visem o barateamento da distribuição dos produtos. Reconhecem, ainda, que a simples existência de transportes não assegura a livre circulação dos produtos, a qual exige a abolição de qualquer imposto ou taxa sobre a exportação, assim como a de barreiras fiscais entre os Estados e os Municípios, a qualquer título e forma.

3 – Recomendam sejam promovidos meios para o aproveitamento das terras economicamente favoráveis e vantajosamente situadas para a produção agrícola, visando em particular o fomento do cultivo de gêneros alimentícios. Essas providências devem ser acompanhadas de medidas de crédito adequado e de um serviço de máquinas convenientemente equipado e dirigido, em estações apropriadas. Reconhecendo que, em certos casos, as organizações mais amplas apresentam maior rendimento, mas, tendo em vista que a exploração agrícola é feita entre nós em grande parte sob o regime de pequena propriedade, proclamam as vantagens da instalação de cooperativas, sem caráter obrigatório.

4 – Com o fim de valorizar os produtos agrícolas, recomendam a descentralização das in-

dústrias que os utilizam, instalando-as nas proximidades das fontes de produção.

5 – Diante da continuada e alarmante erosão do solo, é mister que o Estado proporcione aos agricultores os meios de uma eficiente defesa. Como medida de proteção à fertilidade do solo e garantia à nutrição dos rebanhos, sugerem seja proibida a exportação dos subprodutos necessários à adubagem das terras e ao alimento dos animais, facilitando-se, além disso, a sua distribuição. Reclamam a defesa das matas e o fomento à silvicultura, bem como a isenção de impostos sobre terrenos reflorestados, tendo em vista tanto o combate à erosão como a reserva de combustíveis. Aspiram sejam proporcionados recursos aos agricultores para a recuperação da fertilidade da terra exaurida pelo cultivo prolongado por processos rotineiros. Recomendam seja elaborado um plano nacional de combate às pragas, especialmente à saúva, incluindo o fornecimento gratuito de formicida em quantidade suficiente.

6 – São indispensáveis medidas de assistência técnica e de crédito, por meio de órgãos ao alcance dos produtores, instituídas em conjunto pela União, Estados e Municípios, ficando de preferência com estes últimos a administração dos recursos comuns.

7 – Solicitam promova o Governo meios capazes de facilitar o reagrupamento das populações marginais dispersas, afim de incorporá-las ao quadro econômico do país; que seja

proporcionada à população rural assistência gratuita, social e sanitária, bem como ensino em geral, especialmente técnico-agrícola. Para solução dos problemas rurais recomendam, além disto, a coléta e a interpretação dos elementos estatísticos sobre a produção agrícola, em especial, e as condições econômicas a elas relacionadas, em geral.

8 – Aconselham, em vista da sua interdependência cada dia mais estreita, seja corrigida a disparidade dos preços dos produtos agrícolas e dos industriais, afim de que a agricultura possa ter maior compensação sem prejuízo dos consumidores.

9 – O sentido nacional da igualdade de acesso, pelos outros países, às matérias primas e gêneros alimentícios, necessita ser definido

como referindo-se aos excedentes das necessidades nacionais, garantido um justo preço, protegidas as reservas de materiais escassos, e, dadas, pelos países importadores altamente industrializados, compensações de ordem econômica. Impõe-se, ainda, sejam tomadas medidas para inventariar as reservas de matérias primas afim de regular seu emprêgo e evitar os desperdícios tanto em sua exploração como em sua exportação. Devem ser ativadas as pesquisas agronômicas e tecnológicas de nossas matérias primas e a industrialização dos produtos agrícolas, afim de valorizar o trabalho rural e evitar as crises periódicas.

10 – O Brasil deve tomar parte na redistribuição internacional de suas matérias primas e gêneros alimentícios.

III – ENERGIA, COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES

1 – Consideram as Classes Produtoras de extrema necessidade o aproveitamento de nossas fontes naturais de energia elétrica e seu fornecimento a baixo preço à população e às indústrias do país. Recomendam, para isso, seja modificado na legislação o dispositivo que impede a criação ou o aumento do suprimento de energia elétrica com a aplicação de capitais estrangeiros, e permitidas as instalações com potência reduzida, independentemente de autorização.

2 – Encarecem a necessidade de estimular prospecções e perfurações de poços para a descoberta de petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais. Aconselham o amparo à iniciativa participar, bem como se admita a cooperação de técnicos e de capitais estrangeiros para a

realização desse objetivo. Que se intensifiquem, tanto quanto possível, as explorações já realizadas, no país, de petróleo, gases e óleos combustíveis, e que se auxilie a importação pelo vale do Amazonas do petróleo peruano. Que se estimule a exploração do carvão nacional industrializável, proporcionando-lhe meios de transporte e facilitando-lhe a obtenção do aparelhamento para extração e beneficiamento. Recomendam ainda seja estimulado o desenvolvimento da produção do álcool-motor, com base nas culturas vegetais, e sejam financiadas as instalações nacionais nas zonas produtoras onde os carburantes cheguem a alto preço. Julgam aconselhável, também, o incremento da exploração e industrialização dos xistos betuminosos, turfas e linhitos.

3 – Recomendam seja proibida a derrubada de matas, nas regiões onde haja extensões de terras já desbravadas e suficientes às culturas anuais, salvo quando se aproveitem as respectivas madeiras. Que a formação de florestas de essência de crescimento lento é dever precípuo do Estado, pois não é possível contar com a iniciativa particular em empreendimentos dêsse gênero devido à elevada inversão de capital em período que ultrapassará uma geração. Mas convém que êsse florestamento seja feito em locais próximos aos centros consumidores e em quantidade suficiente às necessidades futuras. Quanto ao reflorestamento com essências de crescimento rápido e aplicáveis especialmente em combustíveis, deve ficar a cargo da iniciativa privada, especialmente das estradas de ferro, com o auxílio dos Poderes Públicos, se em zonas próximas dos centros consumidores.

4 – Sendo a falta de transportes em geral um dos problemas cruciais do nosso país, pensam devem ser êles estimulados de todos os modos e, bem assim, promovida a uniformização das condições técnicas e do material rodante das ferrovias. Havendo no Brasil carência de combustíveis, e prestando-se admiravelmente a energia hidro-elétrica à tração ferroviária, julgam da maior conveniência que, onde fôr possível, obter-se eletricidade a baixo custo e onde as condições de tráfego o justifiquem, seja promovida, facilitada e auxiliada a eletrificação das vias férreas. Para alcancarem o objetivo primordial da circulação da riqueza, as emprêsas de transporte de propriedade dos Poderes Públicos devem fixar as tarifas de modo que seus rendimentos correspondam aos gastos de manutenção, melhora-

mento, renovação e exploração, não visando, portanto, lucros comerciais e sendo-lhes dada autonomia administrativa.

5 – Julgam que os prolongamentos, desmembramentos e anexações devem ser feitos com exclusão do conceito de geografia política regional e obedeçam tão sómente às conveniências geográficas, físicas e econômicas do país. Bem assim, não seja permitida a retirada de trechos de estradas em tráfego sem consulta prévia às zonas afetadas, para que sejam atendidos os seus interesses econômicos.

6 – O imposto único cobrado sobre combustíveis e lubrificantes deve ser totalmente destinado à construção e conservação de rodovias, em maior proporção para os Estados e Municípios do que para a União. Quaisquer taxas de serviço de transporte rodoviário devem ser do mesmo modo aplicadas exclusivamente naquele objetivo.

7 – Sendo incontestável a necessidade de uma perfeita coordenação dos transportes através dos diversos sistemas, julgam aconselhável o melhor entendimento entre os atuais departamentos oficiais para a organização de um plano geral, em bases racionais e econômicas. Dentro dêsse plano, deverão ser feitos o desenvolvimento e o reaparelhamento de todos os transportes coletivos civis, sejam públicos ou privados.

8 – Sendo o transporte fluvial reconhecidamente de baixo custo, impõe-se promover a intensificação do tráfego dos rios navegáveis. A navegação nos rios da Amazônia e nos demais rios do país exige um regulamento especial ajustado às condições peculiares de cada um. A navegação de cabotagem é indispensável à ligação das regiões ao longo da costa e deve ser desenvolvida. Desde que as condições

econômicas o justifiquem e as geográficas o permitam, deve ser promovida, com o auxílio do Governo Federal, a construção ou o reequipamento dos portos marítimos existentes, condicionada à mais absoluta necessidade de que haja pelo menos um porto aparelhado em cada Estado litorâneo. Recomendam a criação, nos grandes portos, de Bolsas de Fretes, por ser uma das condições do barateamento dos fretes marítimos internacionais.

9 – Sendo, para o Brasil, em vista de sua vasta extensão territorial e condições orográficas, de incontestável interesse desenvolver o transporte aéreo, e, em virtude dos progressos da aviação, – apoiam o prosseguimento do programa de construção de novos aeroportos, disseminados em todas as regiões do país, e que seja facilitada e auxiliada a intensificação do tráfego aéreo, tanto das empresas nacionais como das estrangeiras.

IV – PRODUÇÃO INDUSTRIAL E MINERAL

1 – Declaram as Classes Produtoras sua convicção de estarem o progresso e a estabilidade da economia nacional intimamente ligados à industrialização do país, pois esta, além de permitir o aumento da renda nacional, assegura a diversificação da produção, elemento indispensável a essa estabilidade e progresso. Que o desenvolvimento industrial do país, processado harmonicamente com o das demais atividades produtoras, e equilibradamente em todo o território nacional, deve concorrer para a implantação de uma economia de abundância, que produza muito, bem, e a baixo custo. Recomendam, pois, que o Estado estimule e oriente a industrialização do país, baseado em estudos dos fatores fundamentais – mercados, mão de obra, matéria prima, transporte e energia.

2 – Sugerem para critério orientador da ação do Estado, a distinção preliminar entre as indústrias-chave e estratégicas de um lado, e as demais de outro. As primeiras deverão ficar mais diretamente sujeitas à atuação estatal, – fiscalizadora, auxiliadora, e mesmo criadora onde a iniciativa particular se mostre omissa ou incapaz. As demais indústrias, fóra desse primeiro grupo, preconizam a concessão de

assistência especial, mas somente quando solicitada, limitando-se, de resto, a ingerência estatal ao resguardo do bem comum.

3 – Para favorecer, entretanto, a implantação, a consolidação e o aperfeiçoamento de todas as indústrias, – sem distinções – de acordo com nossas condições peculiares e com o mínimo gravame para a coletividade, sugerem que o Estado ofereça, dentro de sua esfera de ação, amplo apoio à iniciativa privada. Esse apoio se traduzirá no fomento das pesquisas para o aperfeiçoamento técnico, na elaboração de normas técnicas nacionais, na padronização dimensional das máquinas, ferramentas e peças de máquinas em geral e, bem assim, na padronização das matérias primas e dos produtos acabados.

4 – Para melhor realização desse objetivo, recomendam o amparo e sistematização das pesquisas científicas e tecnológicas, o ensino técnico superior e médio, e o ensino profissional, bem como o auxílio para a obtenção e formação de pessoal especializado. Neste sentido, recomendam o aumento do número, a ampliação da capacidade e o melhoramento das instalações das escolas de engenharia, a or-

ganização de cursos de especialização para engenheiros, e a fundação de escolas técnicas e profissionais, em larga escala.

5 – Consideram, de grande alcance a instituição de bolsas de aperfeiçoamento no país e no estrangeiro para engenheiros, condutores de trabalhos, mestres e operários especializados, e a incentivação da imigração de técnicos e operários especializados. Assim também, a permissão, até que seja suficiente o número dos formados pelas escolas nacionais, do exercício da profissão aos engenheiros formados por países estrangeiros que nos concedam idêntico tratamento, condicionada sua admissão à fixação de seu número, por meio de entendimento prévio entre a Confederação Nacional da Indústria e o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

6 – Encarecem a vantagem do fomento do uso de matérias primas nacionais. Para isso, será necessário conhecer suas características e potencial de produção, padronizá-las, estimular com prêmios a exploração das ainda não produzidas no país mas que aqui possam ser vantajosamente exploradas, contribuir para a difusão de seu conhecimento, e para que sejam negociadas em larga escala e admitidas à cotação nas Bolsas especializadas.

7 – Afirmam sua convicção da necessidade da instituição de um sistema orgânico e racional de defesa das indústrias, que, dentro de nossas condições peculiares, apresentem maior grau de vantagem relativa, de forma a propiciar, com o menor gravame para a coletividade, sua implantação e consolidação. Tal sistema de defesa deve prever, não só uma política aduaneira capaz de pôr nossas indústrias, enquanto necessário, em condições de enfrentar a concorrência normal das estabelecidas no estrangei-

ro e melhor dotadas, por já estarem senhoras do campo, – mas também uma legislação que ponha o país em condições de enfrentar situações emergentes da concorrência desleal, da concorrência de esmagamento e de “dumpings”, promovidos por países estrangeiros. Essa proteção terá de se estender às empresas de pequeno e médio porte quando ameaçadas, nas mesmas condições, por congêneres estabelecidas no país. No sentido da exportação de nossos produtos industrializados, assinalam a necessidade de tornar exequível a prática do “drawback”, através de regulamentação adequada, livre de exigências burocráticas excessivas.

8 – Concordam em que, para o funcionamento efetivo do regime de livre concorrência, faz-se mistério impedir o estabelecimento de cartéis ou outras formas de combinação de produtores que se proponham restringir a oferta ou embaraçar a produção e o comércio exercidos por outrem, salvo as que visem melhor aproveitamento da capacidade produtora das empresas, evitando que parte dessas permaneça sem utilização. Pensam que para isso será necessário evitar que se implantem em nosso meio monopólios e oligopólios, salvo quando as condições técnicas imponham em certas indústrias que as dimensões econômicas da empresa sejam de tal ordem de grandeza que uma ou pequeno número delas sature o mercado. Nesse caso, devem essas indústrias subordinar-se ao regime de serviços de utilidade pública, ou ter seus lucros monopolísticos limitados ou taxados, de modo a revertem em benefício da coletividade.

9 – Recomendam ainda particular atenção às indústrias basilares, afim de obter melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e de garantir estabilidade à estrutura industrial do

país. Metalurgia de primeira fusão e atividades de transformação dela decorrentes merecem ser fomentadas com interesse.

10 – O incremento da indústria de transformação deve ser orientado e o seu aperfeiçoamento estimulado, visando, de preferência, atender do modo mais eficiente às necessidades nacionais de alimentação, vestuário, habitação e higiene, e procurando ajustar-se à capacidade de absorção dos centros consumidores. A implantação e a preservação das indústrias secundárias serão condicionadas à satisfação das necessidades básicas ou à existência de vantagens naturais que lhes permitam concorrer com as estrangeiras, em tempo razoável e em igualdade de condições

11 – Consideram que se impõe estimular, com recursos nacionais e estrangeiros, a exploração racional das riquezas naturais do país, devendo ser adotada uma política de fomento à produção mineral que proporcione amplo e melhor aproveitamento de nossas possibilidades.

12 – Recomendam a criação do Ministério das Minas e da Energia, que ampare eficientemente a prospecção das minas, o aproveitamento

da energia e a distribuição da eletricidade, utilizando pessoal de outros Ministérios existentes e ampliando os departamentos especializados incumbidos do levantamento da carga geológica do país.

13 – O reequipamento dos transportes, da agricultura e das indústrias constitui problema relevante, principalmente agora que se aproxima o fim do conflito mundial. Recomendam, pois, a prioridade da aplicação dos saldos brasileiros em moedas estrangeiras no reaparelhamento destas atividades. Dever-se-á ter em vista garantir a primazia às essenciais e àquelas que, dentro de nossas condições peculiares, apresentam maior grau de vantagens relativas. Na liberação dos certificados de equipamentos, seja dada preferência para os que se destinarem à compra de máquinas nacionais de melhores requisitos técnicos.

14 – Sugerem sejam, pelos Poderes Públicos, inventariadas e classificadas com objetividade as indústrias criadas durante a guerra, afim de que sómente sejam amparadas as necessárias e as que apresentem condições de viabilidade.

V – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1 – Consideram as Classes Produtoras, em vista da carência de capitais necessários ao desenvolvimento do país, que deve ser respeitada e estimulada a formação de capitais particulares, e orientado o seu encaminhamento para os empreendimentos produtivos. O capital privado poderá ser canalizado para êsses investimentos mediante uma política de crédito seletivo, que os oriente em tal sentido.

2 – É ainda aconselhável em proveito da economia nacional o encaminhamento, para investimentos de natureza produtiva, dos recursos que estão confiados à guarda das caixas econômicas, institutos de previdência e companhias de seguros, atendendo quanto possível às necessidades locais respectivas. Preconizam o estímulo ao reinvestimento dos lucros na modernização e expansão das instalações industriais, vedada a aquisição de máquinaria obsoleta.

3 – Deve, ainda, o Estado prestigiar a concessão de crédito a longo prazo, permitir a emissão de debentures até o total do capital e reservas, reformar a legislação no sentido de dar aos debenturistas – ressalvado o direito dos acionistas – preferencia na subscrição de aumento de capital, e favorecer o estabelecimento de um mercado nacional de valores, fomentando a difusão de Bolsas, com a colaboração dos governos estaduais.

4 – Recomendam facilidades e estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros com objetivos econômicos e sociais, dando-se-lhes para isso as necessárias garantias e tratamento equitativo, ressalvados os interesses fundamentais do país. O capital estrangeiro já incorporado à vida brasileira merece ter tratamento idêntico ao dispensado ao nacional. Deve, ainda, ser facilitada a entrada de equipamentos e de técnicos, destinados a assegurar o êxito dos investimentos de real interesse para nossa economia, e permitida a participação, sem preponderância, dos capitais estrangeiros – inclusive nas indústrias de mineração e emprêsas de eletricidade. Entre outras facilidades, deverá ser considerada, dentro das nossas possibilidades financeiras, a da transferência de juros e dividendos para o estrangeiro, e evitada a dupla tributação internacional, por meio de acordos bilaterais.

5 – A aplicação de capitais estrangeiros deve ser feita pelos investidores com espírito não apenas de lucro, mas de colaboração para a melhoria da situação econômica do país e em proveito das condições sociais da população. Deverão, assim, considerar a segurança desses investimentos como intimamente ligada aos benefícios econômicos e sociais que proporcionarão. É necessário que o Governo Brasileiro, nos

tratados internacionais, procure conseguir das nações exportadoras de capitais que cooperem conosco no sentido de serem desenvolvidas nossas exportações. Deste modo poderemos obter, na balança comercial, saldos credores que nos permitam cobrir os saldos devedores que tivermos em nossa balança de pagamentos. Assim também, as nações exportadoras de capitais deverão cooperar conosco no sentido de evitar a exploração ruinosa de nossos recursos naturais e preferir investimentos a prazo, vinculando ao meio, não sómente seus capitais, como também seus equipamentos e técnicos. Seria de conveniência orientar os investimentos de capitais estrangeiros para os ramos comerciais, agrícolas e industriais ainda não explorados no Brasil, e recomendar-lhes se empreguem na produção de gêneros alimentícios e colaborem na industrialização do país. Sugiram, ainda, sejam regulamentados os investimentos que visem estabelecer monopólios.

6 – É aconselhável, no interesse recíproco, que nos investimentos de capitais estrangeiros seja participante o capital nacional, com a cooperação ativa dos brasileiros na administração superior das emprêsas. Quanto às emprêsas nacionais, quando houver a cooperação do Estado, é preferível seja adotada a forma de sociedade de economia mixta, com a participação do capital particular nos investimentos e de seus representantes na administração.

7 – É conveniente reformar a legislação que regula o regime financeiro das emprêsas concessionárias de serviços publicos, de modo a encorajar os investimentos nesse setor, sem sacrifício dos interesses da população.

8 – Os investimentos feitos pelo nosso governo com a participação de governo estrangeiro,

bem como os empréstimos públicos lançados no exterior, são recomendáveis quando, pelo vulto dos empreendimentos ou excessivos riscos, não estejam ao alcance do capital particular. Dentro do espírito de cooperação que criou a modalidade de empréstimo do "lend and lea-

se", é aconselhável subordinar-se a liquidação dos empréstimos e investimentos à capacidade financeira do Brasil e, bem assim, a substituição do pagamento de juros, ao menos inicialmente, pela participação dos credores no resultado dos empreendimentos.

VI – POLÍTICA COMERCIAL

1 – As Classes Produtoras proclamam o princípio da liberdade de comércio como norma geral mais adequada ao fortalecimento dos nossos mercados internos e para proporcionar o soerguimento da renda nacional, pela mais expedita e intensiva circulação das utilidades produzidas. Consideram, pois, que o Estado deverá estimular a circulação da riqueza, ampliando e melhorando os meios de transporte, criando facilidades de crédito, fiscalizando os produtos destinados ao consumo interno e à exportação, de modo a identificá-los quanto à composição e ao tipo, por meio de normas e padrões estabelecidos, promovendo a difusão de armazens gerais, frigoríficos, bolsas, feiras de produtos e exposições.

2 – Reconhecendo que formas monopolísticas de fato podem contribuir para o melhor aparelhamento técnico, embora muitas vezes se tornem nocivas ao equilíbrio social, recomendam que o Estado exerça ação fiscalizadora, afim de evitar que tais organizações limitem o comércio, eliminem totalmente a concorrência, elevem os preços, retardem o desenvolvimento econômico e prejudiquem a segurança nacional. Quanto aos institutos ou autarquias que interferem oficialmente na economia, recomendam a nomeação de comissão técnica destinada a investigar as ati-

vidades desses órgãos, afim de verificar a conveniência ou não de extinguí-los ou transformá-los, revendo a respectiva legislação. As atividades desses órgãos deverão restringir-se às órbitas da política econômica e da técnica, sendo-lhes proibido o exercício direto ou indireto de função produtora ou comercial. Às classes interessadas deverá ser transferida a responsabilidade de sua direção, ficando reservada ao Estado a função supervisora.

3 – A política comercial do Brasil no campo internacional, deverá harmonizar-se com os interesses da economia nacional, dentro do princípio da liberdade de comércio. Cumpre que o Estado crie as condições de incentivo, por meio de tratados e convenções, que favoreçam a exportação dos produtos básicos da lavoura, especialmente do café e do algodão, que têm contribuído com maior contingente para a formação dos nossos créditos no estrangeiro. Neste sentido, recomendam ainda que a política comercial estimule decisivamente a exportação de matérias primas beneficiadas. Pensam que novos mercados devem ser procurados para os produtos nacionais, sendo criados nos diversos países novas câmaras de comércio e escritórios de propaganda. Deve ser cuidadosamente zelado o bom nome de nossos produtos no exterior, e para isso indicam a criação de um órgão fis-

calizador em que estejam representadas as classes produtoras. As leis, as normas burocráticas de comércio exterior e as guias de exportação precisam ser simplificadas.

4 – Para a ampliação não só das exportações como das importações, tolhidas ultimamente pelos acontecimentos mundiais, mas necessárias ambas ao equilíbrio de nossa economia, sugerem sejam tomadas todas as providências convenientes, devendo ficar livres de quaisquer taxas de exportação, de vendas mercantis ou outras, as mercadorias vendidas para fóra do país. Aconselham o estabelecimento de portos frances não só no país, mas também no exterior, nos pontos mais convenientes ao intercâmbio com as demais nações. As relações de governo a governo, por intermédio de tratados, serão baseadas em princípios de reciprocidade, que assegurem efetiva compensação quantitativa e qualitativa das vantagens entre as partes contratantes. Os países possuidores de capital e técnica deverão, como justa compensação, prestar-nos sua colaboração.

5 – Atentam em que a existência de saldo substancial em divisas estrangeiras, oriundo dos anos de redução das nossas importações, não venha, quando de sua utilização futura, afetar o equilíbrio interno por motivo de uma deflação violenta, que se produziria na ausência de medidas adequadas de disciplina. Pensam, assim, que deve ser admitido, em caráter transitório, o controle das importações, mas que se recomende também seja ele gradativamente eliminado, de acordo com a evolução nacional e internacional. Na organização dos planos de concessão de licenças para importação, procurar-se-á evitar, entretanto, que redundem em privilégios, perigosos ao estímulo das ativida-

des produtoras e comerciais internas. Sendo objeto de especial consideração as necessidades do reequipamento da indústria e dos transportes, e do desenvolvimento das atividades rurais e minerais, contudo não deverão ser esquecidas as necessidades imediatas de artigos de utilidade corrente e indispensáveis, não sujeitos a transformações internas. Nesse caso, cabe inteira isenção de licença prévia. Também merecem ser isentas dessa licença, ressalvados os interesses nacionais, as importações de materiais ou produtos que possam ser financiadas por novos capitais estrangeiros, que queiram imigrar para o nosso país.

6 – Como complemento necessário, sugerem a criação de um organismo de crédito especializado que, utilizando as cambiais e os fundos provenientes da venda do saldo das moedas estrangeiras, financie a importação e a exportação dentro de limites normais, compatíveis com a política geral do Banco Central ou órgão de finalidade idêntica. Crêem será tal providencia fator valioso para a reconquista de mercados perdidos em virtude da guerra, e para a expansão de nosso comércio exterior e financiamento das exportações para as regiões que foram devastadas e com isso perderam parte substancial de seu anterior poder aquisitivo. Subordinado à política monetária e de crédito mais ampla do Banco Central, o organismo de crédito especializado a instituir constituirá um dique contra a deflação violenta que poderia ser acarretada pela absorção, sem compensação, dos saldos acumulados no exterior.

7 – A complexidade crescente das funções especializadas, que competem a técnicos em economia, finanças e administração, sugere seja objeto de cuidados especiais a intensificação e

aperfeiçoamento do ensino médio e superior de comércio, de economia e administração, e que se favoreça a criação de institutos de pesquisas econômicas. Encarecem ainda a necessidade da

promulgação, com audiência das classes produtoras, de um novo Código Comercial, que traduza a evolução econômica e social do país e atenda às contingências da vida nacional.

VII – POLÍTICA MONETÁRIA E BANCÁRIA

1 – É pensamento das Classes Produtoras que, sem moeda estável, sem uma organização bancária capaz de criar ambiente propício à regulamentação, difusão e ampliação do crédito interno, e sem uma sadia política tributária, não pôde haver economia desenvolvida. Assim, admitem a interferência do Estado em matéria bancária, o que não colide com os princípios do primado da iniciativa privada e da ação supletiva do Estado na ordem econômica, de vez que a ele cabe disciplinar o mercado monetário e de crédito.

2 – Recomendam a adoção de medidas de emergência, para o combate à inflação, que consideram essenciais à política monetária. Entre elas, enumeram especificamente: – o controle da expansão do meio circulante, afim de evitar que se agrave o desequilíbrio entre ele e o volume físico dos bens produzidos; o estímulo da produção para efeito de corrigir a deficiência de bens, provocando, assim, a absorção do excesso do poder aquisitivo existente e correndo, também, para a redução do custo de vida; o adiamento de todas as obras e empreendimentos públicos economicamente não produtivos, que não sejam de imediata necessidade; a suspensão imediata da compra, pelo Governo, de ouro no mercado interno, sem prejudicar os produtores desse metal; a redução dos encargos do Banco do Brasil na compra de cambais de exportação, pela cessão, por parte desse, de créditos em moeda estrangeira a pessoas

e entidade privadas, sob a garantia de aplicá-los na compra de produtos estrangeiros, sujeita ao devido controle. As inversões de capital devem ser sujeitas ao controle seletivo de crédito, de modo que não concorram para agravar a inflação, sendo ampliadas convenientemente as operações normais de crédito sob essa orientação.

3 – Recomendam como providencia fundamental entre as medidas definitivas de política monetária, a criação de um Banco Central. Este, sem fito de lucro, será a suprema e única autoridade para superintender a moeda, o crédito e o câmbio, dentro de determinadas bases, como: a autonomia de direção e exclusividade de ação nos assuntos de sua competência, garantidas por lei; a participação, na sua direção, de representantes das classes produtoras, do Banco do Brasil e dos bancos particulares; a garantia de liquidez aos bancos solventes, e a manutenção em nível adequado da procura monetária dos bens agrícolas e industriais correntemente produzidos.

4 – É princípio reconhecido pelas classes produtoras a subordinação da política monetária à política econômica geral de fomento das atividades produtivas, e à ampliação do capital nacional.

5 – Recomendam a criação de bancos hipotecários e de crédito rural, que atendam às necessidades de crédito a longo prazo e juros moderados das atividades agro-pecuárias. Assim, tam-

bem, a de bancos de crédito industrial especializado, de forma a atender às necessidades de expansão das instalações e das atividades industriais. Pensam que, para suprir a deficiência da estrutura bancária atual, convém seja permitido aos bancos particulares de depósito a constituição de carteiras de crédito industrial e agro-pecuário, a prazo longo e médio, por meio de legislação bancária adequada, contanto que fique vedada a ampliação dessas operações além do limite do capital realizado. Impõe-se a cria-

ção de bancos de investimento, que tomem a si o encargo do lançamento de debentures ou ações, e canalizem a poupança popular para o mercado de valores mobiliários, concorrendo com o seu nome e prestígio para a formação de um ambiente de confiança. Recomendam, assim, seja elaborada para esses bancos uma legislação, que proporcione aos capitais privados os proventos que lhes cabem, visando não sejam êstes absorvidos por monopólios ou oligopólios formados à sua sombra.

VIII – POLÍTICA TRIBUTÁRIA

1 – Para que possa o Estado obter os meios necessários à consecução dos seus fins, com o mínimo possível de perturbações na economia do país, recomendam as Classes Produtoras: que o sistema tributário sobreponha ao interesse puramente fiscal o interesse econômico do país, como norma fundamental de política tributária; que elimine os tributos criados sem fundamento econômico; que estabeleça imunidade fiscal até o suficiente para facultar um padrão mínimo de existência digna; que regulamente os tributos, de maneira a poder o contribuinte satisfazê-los com o mínimo indispensável de formalidades, correspondendo a essa simplificação um máximo de responsabilidade.

2 – Consideram de inadiável necessidade seja revista a competência das diversas entidades públicas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – sob o critério da descentralização administrativa, com o objetivo de ampliar as atividades do município. A este devem ser atribuídos maiores recursos financeiros, através de uma discriminação das rendas públicas mais consentânea com o regime federativo.

3 – Tendo em vista a disparidade dos níveis de desenvolvimento dos Estados, e considerando a diferenciação dos aspectos econômicos predominantes nas diversas regiões, deve o sistema de receita pública, aplicado ou preconizado, qualquer que seja, atender a essa circunstância. Deste modo, buscar-se-á permitir o livre desenvolvimento das regiões economicamente mais prósperas, proporcionando às demais, de preferência através de subsídios ou outras formas indiretas, a proteção que lhes é devida, afim de assegurar seu ajustamento à economia nacional.

4 – A política tributária a ser adotada uniformizará, tanto quanto possível, a legislação fiscal dos Estados e dos Municípios, sem prejuízo dos princípios federativos, atendendo às peculiaridades econômicas regionais: não permitirá que o lançamento dos tributos fique dependendo de arbítrio da autoridade fiscal; e impedirá que as alíquotas de tributação cresçam além de 20% em cada exercício, tendo em vista a base adotada para o tributo no exercício anterior, sempre que a mesma dependa de avaliação.

5 – Procurar-se-á evitar a tributação excessiva pelos impostos diretos, por desestimular a criação de novos capitais e afugentar os capitais estrangeiros; e, bem assim, coibir, definitivamente, a existência de tributos de barreira entre Municípios e Estados, quaisquer que sejam as formas, modalidades ou denominações sob que se apresentem.

6 – O Estado manterá por sua conta exclusiva as despesas de órgãos burocráticos de controle, fiscalização e estatística, vedada a cobrança de quaisquer emolumentos ou taxas para esses serviços.

7 – Recomendam, com respeito à arrecadação e fiscalização de impostos: atribuir à fiscalização uma função antes orientadora do que punitiva, instituindo-se o critério da dupla visita; restringir, ao mínimo indispensável para atender aos interesses coletivos, a devassa das escritas comerciais e documentos dos contribuintes, respeitando-se o seu valor como elemento legal de defesa; abolir, a bem do prestígio do fisco e da conservação das boas relações entre este e os contribuintes, a participação dos fiscais nas multas.

8 – Deverão ser criados Conselhos Regionais de Contribuintes para rápido julgamento de questões fiscais da União, dos Estados e dos Municípios, e bem assim um Conselho Nacional. Esses serão órgãos consultivos do Poder Legislativo em matéria tributária, com atribuição de interpretar a lei, de maneira a uniformizar a sua aplicação, instituindo-se o pré-julgado fiscal. Os acórdãos dos Conselhos Regionais poderão ser anulados pelos Prefeitos e Secretários de Fazenda, e os do Conselho Nacional pelo Ministro da Fazenda, sómente quando, em ambos os casos, tenha votado vencido, pelo menos, um terço dos Conselheiros.

9 – Recomendam sejam suprimidos os postos de fiscalização nas fronteiras estaduais, principalmente quando acumulem competência exatora, para melhor ser facilitada a circulação interna das riquezas, que é o objetivo da extinção dos tributos inter-estaduais.

10 – Recomendam, com relação a tributos específicos: reduzir, paulatinamente, o imposto de consumo, até sua extinção total para os artigos de necessidade fundamental; estudar e pôr em prática uma redistribuição da incidência do imposto de renda, tendo em vista elevar os limites mínimos de rendimento tributado e as deduções para encargos de família; e isentar de impostos as parcelas de lucros destinadas a criar, ampliar ou manter obras de assistência social.

11 – Recomendam, com relação à matéria orçamentária, adotar como medida essencial o regime de ampla publicidade. Os orçamentos serão previamente discutidos e aprovados pelos órgãos de representação popular, aos quais deve ficar reservado também o julgamento último das contas de cada exercício financeiro; sejam publicados simultaneamente com o orçamento da União, os orçamentos dos institutos autárquicos; e limitada, por taxa preeterminada, a parte da renda nacional, que o Estado retira por intermédio de impostos e aplique em despesas improdutivas.

12 – A política orçamentária deverá procurar afastar as causas financeiras provocadoras de flutuações econômicas e atenuar os efeitos destas. Para isso conterá o crescimento da despesa pública dentro de limites compatíveis com o aumento vegetativo da receita ordinária, realizando as obras públicas e os empreendimentos extraordinários de preferência nas épocas de depressão econômica.

IX – POLÍTICA SOCIAL

1 – As Classes Produtoras proclamam a identidade de seus pontos de vista no sentido de que a todos devem ser garantidas as mesmas oportunidades para atingir a posição que lhes compete, sendo assegurado ao homem do campo e ao da cidade um salário real que lhes permita existência digna, sã e eficiente.

2 – Recomendam, quanto à saúde da população, um conjunto de medidas no campo da higiene e da assistência médico-hospitalar, que vigorem nos centros urbanos e no interior, respeitadas as características respectivas. O meio rural, por sua maior importância e mais acentuado abandono, está a exigir uma organização completa que poderá consistir na criação, em cada Estado, de um Departamento de Assistência Médica Rural, funcionando por meio de hospitais regionais e municipais. Além de dar todo o amparo necessário ao homem rural, esse Departamento lhe ensinará os preceitos de higiene corporal, de alimentação, habitação e vestuário, as medidas de prevenção de doenças, além de fornecer-lhe assistência médica e meios de tratamento. A engenharia sanitária, anexa a esse órgão, cuidará da drenagem dos fócos de mosquitos, dos serviços de abastecimento d'água, e de outros da mesma natureza. O impaludismo constitui o problema mais urgente da defesa sanitária e em sua solução devem colaborar a engenharia e a medicina, num conjunto de esforços dos governos federal, estaduais e municipais, com os proprietários das terras saneadas.

3 – Recomendam sejam proporcionados à população rural todos os recursos necessários à manutenção da educação e ensino, especial-

mente primário e secundário, atendidas as conveniências de cada caso. Seria aconselhável a obrigatoriedade da frequência escolar até a idade aproximada de catorze anos, conforme as peculiaridades de classe e região, e bem assim a gratuidade do ensino. Deve ser dado à escola rural o sentido ativo, visando a orientação escolar um sistema que atenda às condições da zona em que está situada. Conviria a obrigatoriedade da instalação de clubes e parques infantis nas sedes municipais, com pequenas bibliotecas escolhidas, e o aprimoramento das publicações destinadas à infância. A ação do Estado se estenderia no sentido de incentivar o mais possível a iniciativa particular, individual ou coletiva. A União, os Estados e os Municípios, por adequadas e suficientes dotações orçamentárias, propiciariam remuneração condigna ao professorado e promoveriam o aumento da quantidade de escolas, na medida do possível. Conviria aumentar o número, diversificar as especializações e melhorar a qualidade das escolas profissionais e técnicas de indústria, bem como, no setor agrícola, criar e difundir profusamente escolas práticas de agricultura.

4 – Recomendam a organização da Assistência Social e a criação de cursos intensivos de visitadores sociais em todos os Estados, visando a reintegração no seu próprio meio dos elementos humanos desajustados, segregados ou revoltados. Julgam de conveniência recomendar, ainda, dentro da legislação social, o combate à desintegração moral e física do homem, por medidas diretas e indiretas, que evitem seja arrastado a vícios nocivos a si próprio e à sociedade.

5 – Reconhecem que um dos meios convenientes de conseguir o imediato aumento dos salários reais é o fomento da produção de gêneros, com a isenção de impostos sobre as utilidades essenciais, como – alimentos, medicamentos, materiais de construção de habitação popular, vestuário, maquinária e instrumental agrícola; e pleiteiam que a parte de lucros das empresas destinadas à melhoria das condições de vida dos trabalhadores fique isenta de impostos e outros gravames.

6 – Recomendam, também, a necessidade de um amplo estudo para o melhor aproveitamento das terras que circundam os centros produtores industriais, orientando um programa de medidas que induzam os proprietários a um racional e mais imediato aproveitamento de tais terras, seja pelo estabelecimento do regime de “home stead” ou pelo retalhamento das propriedades latifundiárias incultas que são mal aproveitadas. Julgam aconselhável mesmo a formação de sociedades agrícolas, reunidas em cooperativas, para o aproveitamento das terras devolutas, tendo preferência os proprietários na formação dessas sociedades.

7 – Quanto à política dos salários, acham necessário restringir a intervenção do Estado à fixação do mínimo vital, baseado no estudo objetivo do padrão de vida, de modo a permitir sofram os limites legais as oscilações periódicas consequentes à variação do poder aquisitivo da moeda, abstendo-se o Estado de intervir na formação de outros níveis de salário.

8 – São de opinião que deve o Estado atender, na promulgação das leis do trabalho, às contingências do estágio econômico das regiões incluídas no âmbito das referidas leis. Para isso, promoverá os mais acurados estudos sobre as

zonas rurais e o desenvolvimento do trabalho nas propriedades agrárias. As entidades representativas das classes dos empregadores e empregados, em cooperação com os órgãos especializados dos Estados, promoverão a verificação das repercussões da legislação do trabalho e do seguro social sobre a expansão das atividades, servindo tal inquérito à justa conciliação entre a política social e a econômica. Deve o Governo da República interessar-se junto aos governos dos demais países pela promulgação de um código internacional, que uniformize, tanto quanto possível, as normas relativas ao trabalho e ao seguro social, afim de incidir o ônus dêles decorrente de maneira aproximadamente igual sobre o custo da produção em cada país.

9 – Recomendam a extensão à toda a população do seguro social, observadas as condições adequadas, bem como a unificação das instituições vigentes: uniformizando-lhes os regimes; revendo-lhes as taxas de contribuição, tendo em vista a justiça social e dentro de seguras bases atuariais; descentralizando-lhes a administração, por meio de órgãos deliberativos municipais; e atribuindo aos próprios contribuintes a direção das entidades, com representação proporcional.

10 – Pensam ser de justiça destinar a empreendimentos de nítido interesse coletivo as reservas financeiras do seguro social, especialmente à construção de escolas e hospitais e, bem assim, de casas para os segurados, respeitada quanto possível a proporcionalidade da arrecadação das diversas regiões do país. Assim também, julgam devem ser mantidos, oportunamente, no seguro social todos os serviços relativos aos acidentes de trabalho, como de assistência médica, dentária e hospitalar,

sem maior ônus para as empresas que organizam esses serviços na forma da lei.

11 – Os empregadores devem constituir fundos de reservas especiais, afim de fazerem face os encargos impostos pelas leis sociais, garantindo tambem aos empregados melhor execução dessas leis. Pensam ser de grande conveniência difundir o sistema de férias coletivas, variáveis em função da natureza do trabalho, para isso instalando-se colônias, com a colaboração dos sindicatos, institutos de seguro social, empresas e outras entidades. Sugerem, ainda, que sejam promovidos o entendimento e a íntima cooperação entre os empregadores e empregados, para robustecimento da própria empresa e eficiência na produção, e a obtenção de soluções justas relativamente aos problemas sociais e econômicos que os afetam. Aos trabalhadores dos serviços industriais do Estado bem como aos funcionários das autarquias devem ser estendidos os benefícios do moderno Direito Social.

12 – Recomendam, quanto à defesa política: garantir o Estado a liberdade de associação, sem outras restrições além das ditadas pelo bem comum; e, consequentemente, favorecer o movimento sindical. Para isso, cabe-lhes assegurar: o regime de unidade sindical, tendo os órgãos constituídos a prerrogativa de representação das respectivas categorias inclusive no desempenho de funções técnicas e consultivas perante o Estado, e na celebração dos contratos cole-

tivos, sem a intervenção do Poder Público; tenham os sindicatos liberdade administrativa, com inteira autonomia para gerir os fundos sociais, eleger e destituir diretoria, mediante prevalência da livre vontade dos seus membros, manifestada em assembléia geral; e o direito à contribuição de todos os participantes da respectiva categoria, destinada essa contribuição a serviços de interesse coletivo, e subordinada à fiscalização oficial; por fim, deve atender o Estado, na regulamentação da organização associativa das classes rurais, às peculiaridades do estágio econômico das zonas agrárias e do processo normal de agremiação daquelas classes.

13 – Recomendam a revisão das normas de organização e funcionamento da justiça do trabalho, para o efeito de assegurar melhor a consecução de suas altas finalidades.

14 – E, considerando, por fim, que as recomendações aqui consagradas destinam-se, não apenas aos homens do presente, mas às gerações que se hão de suceder na direção dos negócios públicos e particulares, propõem-se congregar suas energias no sentido de contribuir para o melhoramento da educação e saúde do brasileiro. Para isso, lembram a criação de fundações ou sociedades que mantenham, sem fins de lucro, escolas e hospitais, onde educadores, professores e médicos possam exercer, com segurança econômica e independência moral, a missão de preparar o homem para a vida e mitigar suas dôres e sofrimentos.

X – POLÍTICA DE POVOAMENTO

1 – As Classes Produtoras, reconhecendo que a política imigratória é um dos aspectos da política de povoamento, admitem que devem elas completar-se reciprocamente, afim de as-

segurar ao país densidade demográfica suficiente para atender às necessidades básicas de mão de obra, e ao imperativo da segurança nacional. Com êsse objetivo, recomendam,

de um lado, o emprego intensivo de todos os meios para melhorar as condições de saúde infantil e, por outro lado, a adoção de uma política imigratória liberal, de execução eficiente e flexível, com a admissão de imigrantes estrangeiros dotados de padrão de vida de satisfatório. Esta política deverá facilitar a vinda de bons imigrantes, que permitam, não sómente desenvolver os recursos do país e lhe venham trazer o máximo de benefício econômico e social dentro de uma perfeita capacidade de assimilação e aculturação, como ainda integrar na civilização moderna suas zonas de fraca densidade demográfica.

2 – Considerando que os erros da política imigratória repercutirão em todo o futuro da nacionalidade, e que a unidade nacional deve ser preservada por meio de garantias indispensáveis à sua segurança, pensam deve ser mantida a tradicional política de miscegenação que vem sendo seguida multisecularmente pelo Brasil, preservando-se, entretanto, as características de ascendência européia da maioria do seu povo. E, tendo em vista, ainda, ser indispensável o amparo ao trabalhador nacional, sem prejuízo, contudo, da vinda de correntes imigratórias na proporção das necessidades do país, sugerem ao Governo seja tornada menos rígida a estrutura jurídica relativa à política imigratória, e ao mesmo tempo seja averiguada a possibilidade de selecionar qualitativa e quantitativamente a imigração.

3 – Atendendo à necessidade de atrair para o Brasil bôas correntes imigratórias, e na convicção de que, para esse fim, deve ser proporcionado ao imigrante um clima psicológico e social propício bem como vantagens econômicas e facilidades administrativas e fiscais equiva-

lentes a um alto nível de salários, – recomendam o fomento da imigração pelos meios mais indicados. Tais meios deverão compreender: o financiamento do transporte marítimo dos imigrantes para o Brasil; a organização dos serviços de hospedagem, encaminhamento e colocação; a assistência técnica, escolar, sanitária e econômica ao imigrante, possivelmente através de um sistema cooperativo; e a redução de formalidades excessivas. Acentuam a importância, para o êxito da imigração, da melhoria e ampliação do nosso sistema de transporte, afim de garantir ao imigrante escoamento seguro para seus produtos.

Recomendam ainda a vinda imediata de imigrantes em pequenos grupos selecionados, compostos de agricultores e técnicos ou operários qualificados, para os quais sejam suficientes as instalações já existentes, e de modo que possam ser prontamente distribuídos e encaminhados para onde mais se fizerem necessários.

4 – Reconhecendo a finalidade íntima e profunda existente entre o Brasil e Portugal, por motivos étnicos, sociais, culturais e sentimentais, aplaudem a iniciativa do Estatuto da Nacionalidade, ora em estudo pelos dois Governos, formulando votos para sua breve promulgação, que irmanará ainda mais as duas nações já tão unidas pela tradição histórica.

5 – Sendo a economia brasileira baseada simultaneamente na agricultura e na indústria, não deve haver distinção nem preferência quanto à entrada de imigrantes destinados a esses dois grupos de atividade econômica. Para atender, pois, a carência evidente de mão de obra, tanto para fins agrícolas como para a realização do programa industrial brasileiro, recomendam a adoção de um sistema que venha faci-

litar a entrada de trabalhadores qualificados de qualquer natureza, e assegure a vinda, em número conveniente, de técnicos, especialistas, cientistas e professores. A todos será permitido o exercício das suas respectivas atividades no país, sem prejuízo dos profissionais brasileiros. Sugerem, finalmente, o aparelhamento adequado do Poder Público para que possa ter conhecimento seguro das necessidades dos vários ramos das atividades econômicas, quanto à mão de obra especializada, afim de atendê-las dentro do quadro da superior conveniência nacional. Deve ser mantido o cumprimento rigoroso dos dispositivos legais vigentes referentes à exclusão de elementos imigratórios indesejáveis ou incapazes.

6 – Dada a complexidade das questões imigratórias, de colonização e correlatas, e a necessidade de aparelhar convenientemente a administração para a solução desses problemas no após guerra, assegurando-lhe, entretanto, perfeita coordenação nos seus múltiplos aspectos; e tendo em vista ainda a conveniência de iniciar quanto antes a melhoria e a instalação, onde não existem, dos serviços destinados a selecionar e receber imigrantes, e a de pôr em prática o mais brevemente possível as deliberações aprovadas pelos sucessivos congressos e conferências internacionais, nas quais o Brasil tomou parte, – recomendam a centralização de todos os serviços esparsos que se ocupam, na órbita federal, das questões de imigração, colonização e problemas conexos, dentro de um único órgão, dotado de recursos adequados, e da autoridade e autonomia necessárias.

7 – Recomendam ainda sejam aproveitadas e postas em execução pelo órgão referido as re-

comendações das Conferências Internacionais a respeito, particularmente as do Bureau Internacional do Trabalho, as da Primeira e Segunda Conferências Panamericanas de Trabalho, especialmente no que toca à estrutura e funções do organismo oficial de colonização; as da Conferência de Peritos em Matéria de Imigrações Colonizadoras, particularmente no tocante aos problemas técnicos e financeiros; e, bem assim, as das Conferências Interamericanas e outras. Sugerem ainda sejam atendidas as ponderações feitas na reunião do Comitê da Emergência do Bureau Internacional do Trabalho, realizada em Londres em abril de 1942, na parte referente às migrações, e as da Declaração de Filadélfia, em 1944, concernentes ao trabalho.

8 – É de interesse fundamental para o Brasil que os imigrantes aqui aportados se fixem definitivamente em seu território, integrando-se na comunidade nacional no mais breve prazo. É, também, de vantagem indiscutível serem as correntes imigratórias convenientemente distribuídas pelo território brasileiro, mediante um planejamento meticuloso, tendo-se em conta os aspectos econômico, político, cultural, profissional e social. Assim, recomendam, sejam aceleradas as medidas tendentes a promover, dentro dos princípios da técnica moderna, o fomento, encorajamento e auxílio à iniciativa privada em matéria de imigração e colonização. Ressalva-se sempre o controle do Estado sobre as organizações para tal fim criadas, devendo ser reforçadas as dotações orçamentárias indispensáveis à intensificação das atividades governamentais na política de colonização. É também seu ponto de vista: sejam equitativamente distribuídas, pelo interior do país, as correntes imigratórias.

tórias destinadas à lavoura, planejando-se o modo mais eficiente de ser colonizado, o hinterland, especialmente o sertão remoto onde opera a Fundação Brasil Central, e amparando-se o imigrante por todas as formas para facilitar sua adaptação ao meio o mais rapidamente possível. Opina, ainda, no sentido de que seja facilitada, por todas as maneiras, a integral assimilação e a aculturação do alienígena ao nosso meio, empregando-se para sua nacionalização processo rápido, simples e prático, de modo a torná-lo mais radicado ao país. Aconselham a redução para cinco anos do prazo mínimo de permanência ora exigido para a naturalização.

9 – Atendendo a que a escola, juntamente com a igreja, o lar e as associações, constitui um fator preponderante para obter assimilação integral do alienígena no meio brasileiro, recomendam o emprego de todos os meios para intensificar a educação técnica rural, primária, feita por mestres nacionais, de mentalidade ruralista, que se distribuam e se fixem no meio rural, além da educação primária e obrigatória, nela compreendida a educação cooperativista, o ensino secundário, e o profissional agrícola. Em face do importante papel social e econômico representado na organização do país, especialmente em suas zonas ru-

rais, pelo sistema cooperativista, recomendam o aproveitamento deste sistema ou sua intensificação nos núcleos de colonização, tornando-os fócos de atração e dando-lhes possibilidades de proporcionar bases seguras para a prosperidade dos colonos ou estrangeiros.

10 – Reconhecem, finalmente, a conveniência de serem fomentados no Brasil os estudos técnicos e científicos, pertinentes à imigração, colonização, antropologia física e cultural, e problemas correlatos, utilizando-se os elementos do censo de 1940 para as pesquisas econômicas, demográficas, antropológicas e sociais, relativamente aos diversos grupos étnicos que constituem a população brasileira.

Concluindo as recomendações desta Carta Econômica, as Classes Produtoras do Brasil reafirmam sua nítida e segura compreensão do papel que lhes cabe na vida nacional, como centro de equilíbrio entre as forças econômicas, sociais e políticas.

Dentro dessa convicção, e com a viva consciência de suas responsabilidades, em relação ao bem estar e à prosperidade geral, proclamam sua fé, justa e firme, de que o Brasil, na conquista de seus altos destinos, marchará sempre dentro das normas da segurança jurídica, da ordem e da liberdade.

+ + +

MEDIDAS ACESSÓRIAS

A Conferência das Classes Produtoras

RECOMENDA:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

1 – A criação de um Ministério da Economia que reuna os serviços da Indústria, do Comércio e da Política Econômica, desmembrados os dois primeiros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o terceiro do Ministério da Fazenda.

SERVIÇOS PÚBLICOS

2 – A transferência para o interior, sempre que possível, com suas respectivas dependências e funcionários, das repartições federais e estaduais que tenham a seu cargo o fomento, a administração ou a fiscalização das atividades agro-pecuárias, de modo que passem a residir nos campos em que exerçam sua atividade os agrônomos, veterinários e outros técnicos, ora extraviados nos grandes centros urbanos.

3 – A disseminação de Institutos Agronômicos nos pontos mais convenientes do país, especialmente na zona do Nordeste.

4 – A adaptação da estrutura administrativa do Acre às suas condições geoeconômicas pela subdivisão em dois territórios formados pelos grandes vales, Purus-Acre e Juruá-Tarauacá.

5 – A extinção, pronta ou gradual, de todos os órgãos criados em virtude do estado de guerra e que não forem essenciais ao reajustamento às condições do período após-guerra, e bem assim a revogação das leis de emergência, afim de preparar o país para a volta à normalidade da paz.

A rápida extinção da Coordenação da Mobilização Econômica é particularmente encarecida.

COOPERATIVAS

6 – O fomento à fundação de cooperativas para a exploração de usinas de beneficiamento de algodão.

7 – A revisão das leis sobre cooperativas para extinguir as de caráter obrigatório e adaptar as demais às resoluções desta Conferência.

8 – A extinção da Comissão de Organização de Cooperativas do Mate, em virtude de já existir, para orientar a política desse produto, o Instituto Nacional do Mate, que, sem se tornar produtor ou comerciante, pode influir beneficamente sobre a economia das regiões dos hervais.

REFORESTAMENTO

9 – A obrigatoriedade para todos os municípios do Brasil de tomarem a seu cargo o reflorestamento de certa área do seu território ou, no caso de haver excesso de floresta, de reservarem igual área para Parque Florestal.

ENERGIA ELÉTRICA

10 – O cumprimento das recomendações 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Congresso Brasileiro de Economia e 74, 75, 76 e 77 do Congresso Brasileiro da Indústria, no sentido de criar e aumentar o suprimento de eletricidade, mediante o aproveitamento racional de nosso potencial hidráulico.

11 – A admissão, como membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, de um representante indicado pelas associações e as empresas interessadas.

12 – O prosseguimento e a execução do plano de aproveitamento da força hidráulica de nossos rios, a começar pela Cachoeira de Paulo Afonso.

13 – A permissão, independente de autorização, de novas instalações hidro-elétricas, debaixo de um padrão único, com potência inferior a 2.000 kw para uso próprio e mais 500 kw para suprimento de pequenas localidades, ressalvadas as concessões existentes, afim de facilitar a construção dessas pequenas usinas no interior do país.

14 – A assistência dos poderes públicos para remover as situações surgidas com a impossibilidade, em que acaso se encontrem empresas concessionárias de energia, de atender ao aumento, para certos usos, do consumo em suas respectivas zonas.

OBRAS PÚBLICAS

15 – A realização das seguintes obras públicas:

OBRAS PORTUÁRIAS

A) – a dragagem do porto de S. Luiz do Maranhão, para que possa receber navios de grande calado;

B) – a construção do porto de Amarração ou Luiz Correia, por ser o Piauí o único Estado litorâneo desprovido de facilidades portuárias e estar colocado em sétimo lugar no valor de sua exportação para o estrangeiro, segundo as estatísticas de 1940 e 1941.

C) – a reabertura da Barra de Aracajú, afim de permitir a livre entrada e saída, com a sua carga normal, dos navios que servem a capital de Sergipe.

OBRAS FERROVIÁRIAS

A) – a melhoria do aparelhamento da estrada de Ferro S. Luiz-Teresina, cujo tráfego está ameaçado de paralização pelo mau estado do leito e do material rodante;

B) – a conclusão do trecho da Estrada de Ferro Tocantins, entre Coroatá e Pedreiras, que ligará o vale do Rio Itapicurú ao do Mearim;

C) – o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Bragantina e o seu prolongamento até Pouso Alegre, onde entroncará com a Rêde Mineira de Viação;

D) – a reconstrução, em boas condições técnicas, dos 60 quilômetros de ferrovia destinados a contornar o trecho do Rio Paraná nas cachoeiras das Séte Quedas e ligar o alto ao baixo Paraná;

E) – a ligação ferroviária da capital de Minas à do Espírito Santo mediante a construção pela Cia. Vale do Rio Doce de uma linha que, partindo de Presidente Vargas, atinja Belo Horizonte, pela garganta do Cipó;

F) – o prosseguimento das linhas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, do Porto do Cemitério à cidade de Goiânia, via Ituiutaba e Cachoeira Dourada;

G) – o prosseguimento da Estrada de Ferro Araraquarense, através do Triângulo Mineiro, via Canal de S. Simão, até às cidades de Jataí, Rio Verde e outras do sudoeste Goiano.

OBRAS RODOVIÁRIAS

- A) – a construção da Estrada de Rodagem de Bragança-Joanópolis-São José dos Campos, que ligará a zona bragantina e do Sul de Minas com a Estrada de Ferro Central do Brasil;
- B) – a abertura de rodovias ligando os centros produtores dos vales Purús-Acre e Juruá-Tarauacá.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

- A) – a retificação e outras obras que tornem naveável o rio Paraíba e impeçam a devastação das suas terras marginais pelas enchentes;
- B) – a dragagem das lagôas Norte e Manguaba, na capital do Estado de Alagoas, tornando-as navegáveis e extinguindo a ameaça de diminuição da sua pescosidade.

COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS E TELEFÔNICAS

- A) – a instalação do telégrafo nacional na cidade de Bragança Paulista e a ligação telefônica dessa cidade com as do sul de Minas, Extrema, Camanducaia, Cambuí e Estiva de Pouso Alegre.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- 16 – O restabelecimento imediato do tráfego mútuo, entre as Rêdes de Viação Férrea do Rio Grande, Paraná, Santa Catarina e E. F. Sorocabana.
- 17 – A autonomia, ou arrendamento à empresa idônea, da Rede Viação Cearense.
- 18 – A transferência do serviço de distribuição dos transportes, enquanto durar o regime de vagões preferenciais nas estradas de ferro,

às Associações de Classe ou Sindicatos, afim de ser regularizado de forma mais equitativa, conforme as prioridades estabelecidas.

19 – A supressão das taxas de armazenagem cobradas pela E. F. Noroeste do Brasil sobre mercadorias retidas em Porto Esperança, por falta de navegação para o Norte de Mato Grosso devido à estiagem.

TRANSPORTE MARÍTIMO

20 – A conveniência de os representantes do Brasil na Conferência da Paz se empenharem no sentido de que a distribuição dos excedentes da tonelagem de marinha mercante leve em conta os esforços e sacrifícios das nações que contribuiram para a vitória comum, além da extensão das costas e dos rios navegáveis das mesmas nações. A tonelagem e a velocidade dos navios devem ser consideradas, bem como o seu preço, que não deverá ser superior ao que vigorar no mercado mundial, por ocasião da aquisição.

21 – A necessidade de acompanhar o Governo Federal os estudos das Comissões internacionais sobre fretes marítimos, afim de evitar medidas que contenham discriminação de fretes entre os produtos brasileiros e os similares exportados pelas colônias de outras nações.

COMBUSTÍVEIS

22 – A intensificação, tanto quanto possível, das explorações de petróleo, gases naturais e óleos combustíveis já realizadas na Bahia e o reinício dos estudos em Alagoas, Sergipe, Amazônia, Mato Grosso e S. Paulo.

23 – A diminuição do custo dos transportes dos combustíveis, quer modificando as tarifas, quer promovendo e facilitando a execução de novos sistemas de transporte.

24 – A substituição do atual sistema de distribuição de gazolina, por outro mais racional e em que se leve em consideração o número de veículos em tráfego e o seu consumo médio real, liberando-se os veículos de carga, logo que possível.

25 – A criação de cursos para preparo de técnicos em combustão, afim de se conseguir maior eficiência no uso dos nossos combustíveis.

PRODUÇÃO MINERAL

26 – A adoção de uma política de fomento à produção mineral, que vise ampliar e melhorar o aproveitamento de nossos recursos naturais, mantendo-se, para tanto, a estrutura do código de Minas, aperfeiçoados os seus dispositivos.

PRODUÇÃO VEGETAL

27 – A urgente solução da matéria do último convênio cafeeiro e a reabertura das bolsas de café das praças do Rio de Janeiro, Santos e Vitória, afim de ser retomado o ritmo normal dos negócios deste produto.

28 – A manutenção de um preço mínimo para a borracha, de modo a favorecer a sua exploração, embora sujeito a revisão e reajustamentos semestrais, até que se estabilize o mercado internacional desta matéria prima.

29 – O restabelecimento da exportação da castanha, do pau rosa e de outros produtos da Amazônia, cuja entrada nos mercados britânico e norte-americano se acha impedida por força de ajustes internacionais com a participação do Governo brasileiro. A livre exportação de amêndoas e o óleo de côco babaçú, ressalvadas das necessidades brasileiras, é igualmente de desejar-se.

30 – A construção de armazens frigoríficos nos centros urbanos apropriados, não só como

meio de incentivar a produção de gêneros alimentícios e facilitar o seu escoamento, como também para manter a estabilidade dos preços, estendendo-se às iniciativas nesse sentido os favores do recente decreto-lei de estímulo à instalação de armazens para expurgo e beneficiamento de cereais.

NORMAS DE COMÉRCIO

31 – A padronização dos produtos industrializados e a indicação obrigatória de sua classe no invólucro, de forma a manter perfeitamente informado o comprador a respeito da qualidade, reduzida a variedade dos mesmos para torná-la compatível com a amplitude do mercado e aproximá-la das condições mais econômicas, tendentes ao seu barateamento.

32 – A restauração da obrigatoriedade da realização em mercado público das operações em títulos públicos e o estudo dos meios adequados para restabelecer a confiança nesse mercado, evitando-se que a falta de organização venha prejudicar o crédito público interno e externo para fins produtivos, ligados ao programa de desenvolvimento econômico do país.

33 – A aplicação do decreto n.º 24.150 (lei de luvas) a todas as categorias econômicas integrantes dos planos gerais das Confederações Nacionais do Comércio ou Indústria.

34 – A admissão de representante das Associações Comerciais junto às Repartições Públicas, afim de tratar de assuntos que interessam às mesmas ou aos seus associados.

35 – A imediata conversão em lei do projeto simplificador dos documentos e formalidades exigidas para circulação de mercadorias, que acompanhou a tese sobre o assunto pelo 1.º Congresso Brasileiro de Economia.

36 – A padronização do formato e disposição dos dizeres das duplicatas (contas assinadas), mediante alteração de lei reguladora desses documentos de crédito.

37 – O estudo da conveniência da inclusão do fundo de comércio na reforma do Código Comercial.

38 – O fomento do turismo por meio de um órgão nacional que estimule e auxilie o seu desenvolvimento, devendo o referido órgão resultar, se possível, da transformação de outro existente.

CRÉDITO

39 – A inclusão no Conselho Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito de representantes das Classes Produtoras e dos Bancos particulares.

40 – A revogação do art. 3º do decreto-lei n.º 7.378 sobre imóveis financiados pelos Institutos de Caixas de Aposentadorias e Pensões, bem como a supressão da taxa estipulada no art. 2º, por ser injusto dar efeito retroativo às prescrições dêsse decreto-lei, ferindo assim atos jurídicos perfeitos livremente pactuados sob a lei anterior.

41 – Adoção do critério de aplicar os eventuais saldos do balanço de contas do Departamento Nacional do Café, na fundação de um Banco do Café, cujas ações deverão ser distribuídas em função do número de pés de café, ficando vinculadas aos mesmos, atendendo ao estatuto pelo último convênio dos Estados cafeeiros.

42 – A instituição de crédito hoteleiro, concedido através do Banco do Brasil, para financiamento de reformas, reparações e construções de edifícios destinados a hotel, verificada previamente à necessidade ou a conveniência do empreendimento.

REGIME TRIBUTÁRIO

43 – A reforma, pelo Poder Legislativo regularmente constituído, do regime tributário vigente no país, de modo a obter pela cooperação entre a União, o Estado e o Município não só a simplificação e a uniformização das normas fundamentais, como a unificação do aparelho arrecadador, afim de se proporcionar à Fazenda Pública arrecadação regular com menores incomodos para os contribuintes. Na reforma prevista, deverão também ser considerados:

- A) – a elaboração de uma nova tarifa aduaneira, racionalizando-se à terminologia das classificações e esclarecendo-se as incidências;
- B) – a abolição do regime de participação dos fiscais nas importâncias arrecadadas ou em decorrência de imposição de multas;
- C) – a clara fixação dos direitos, deveres e responsabilidade dos agentes fiscais em face do contribuinte.

44 – A suspensão, até que se efetive a reforma prevista no item anterior, da decretação de novos tributos e de providências de caráter fiscal, ressalvadas, todavia as seguintes medidas, cuja adoção se recomenda:

- A) – a escolha pela agricultura, pelo comércio e pela indústria dos seus representantes no Conselho Superior de Tarifas, vedando-se a investidura, como representantes do Ministério da Fazenda, de funcionários que possam ser diretamente ou indiretamente interessados nas multas;
- B) – a extinção das taxas que oneram o álcool industrial, como incentivo à sua produção e emprego;

- C) – o restabelecimento da faculdade de poder o contribuinte antecipar-se ao procedimento fiscal judicial relativo ao imposto de renda, admitindo ampla defesa, quer na ação anulatória, quer no executivo fiscal, abolida a exigência de prévio depósito da quantia correspondente aos impostos e multas;
- D) – a anistia fiscal ou, pelo menos, a proibição à Fiscalização do Imposto de Renda do exame das escritas comerciais dos exercícios anteriores de 1940 (ano base de 1939, inclusive), e consequente anulação dos lançamentos até agora efetuados em virtude dessa fiscalização retrospectiva e sem prejuízo dos créditos fiscais oriundos de declarações espontâneas dos contribuintes. Estabelecer que o simples pedido de esclarecimentos, por parte da fiscalização do Imposto de Renda, não constitui interrupção de prescrição, operando-se esta no prazo de 5 anos, no caso de não haver exame iniciado e continuado de forma efetiva. A anistia fiscal, aludida neste item, refere-se apenas às multas, beneficiando aqueles que se proponham pagar imediatamente o imposto exigido;
- E) – a equiparação para efeitos de classificação como contribuinte do imposto de renda e consequente preenchimento da cédula G na respectiva declaração, do invernista do recriador de gado aos demais ruralistas;
- F) – o estudo de uma política de preços no sentido do estabelecimento de um relativo teto de lucros, de forma a não permitir a constante alta de preços das utilidades;
- G) – a revogação de quaisquer impostos ou taxas inter-estaduais e inter-municipais que impeçam a livre circulação das riquezas dentro do país;
- H) – a isenção do imposto de consumo relativamente às mercadorias destinadas à exportação, mediante a compensação de crédito correspondente ao valor do imposto das mercadorias exportadas, no pagamento das novas aquisições feitas a fabricantes de artigos tributados até o limite do imposto na respectiva fatura;
- I) – a extinção do imposto do consumo sobre o café torrado e outros produtos alimentícios de consumo popular, à semelhança do que ocorre com a manteiga, a banha, o toucinho, o xarque e outros artigos de primeira necessidade;
- J) – a extinção de impostos sobre o leite e produtos derivados, para diminuir o seu custo para o consumidor.
- 45 – A entrega imediata dos títulos definitivos do bonus de guerra e o pagamento dos juros vencidos atrasados e, na ocasião devida, o dos vincendos, com elevação do limite de subscrição compulsória ou eliminação desta.
- 46 – A permissão, em todos os casos de depósito em dinheiro ou fiança, de substituir tais garantias pela caução de título, da dívida pública, os quais devem ser aceitos pelo seu valor nominal.
- 47 – A permissão aos contribuintes de organizarem seus livros, talões, notas e outros papéis obrigatórios para fins fiscais, de modo a poderem aproveitá-los, a um só tempo, para os tributos federais, estaduais e municipais.

SAÚDE PÚBLICA E EDUCAÇÃO

48 – A organização de um plano geral de obras de saneamento das regiões insalubres, entre as quais devem ter prioridade de execução as mais assoladas pela malária e outras endemias, e as de alta densidade de população, onde as despesas não demorem a ser compensadas.

Os recursos financeiros para esse fim serão fornecidos por quótas orçamentárias anuais da União, dos Estados e dos Municípios, a serem fixadas em convênio entre os mesmos, e por contribuições dos donos das terras beneficiadas, estudando-se, outrossim, a participação, em dinheiro ou em trabalho, dos respectivos moradores.

49 – A distribuição dos encargos do plano atrás aludido considerará eventualmente a entrega à Diretoria Federal de Obras e Saneamento das grandes obras de engenharia e aos Serviços Sanitários dos Estados, dos trabalhos de pequena hidráulica, ficando atribuído aos Estados e aos Municípios o tratamento dos doentes crônicos, a domicílio. São particularmente aconselhadas a adoção da “Quinina do Estado” e a extensão dos efeitos do decreto-lei 6.761 (que concede favores fiscais aos hoteis) às casas de saúde e aos hospitais.

50 – A divulgação das medidas de segurança e higiene do trabalho, condicionada as exigências relativas à regulamentação do assunto aos preceitos técnicos que não envolvam descabidas restrições ao empreendimento.

51 – O estudo de um plano nacional de educação, que vise não apenas os aspectos intelectual e técnico, mas também o físico e o moral, fixando-se em convênios entre a União, os Estados e os Municípios quótas orçamentárias com que cada esfera da administração pública contribui-

rá para a execução anual do plano, e bem assim as atribuições que devem caber a cada qual.

52 – A breve solução sem prejuízo do plano previsto no item anterior, do problema das escolas pre-vocacionais e profissionais, afim de assegurar ensino gratuito ao menor até a idade em que é permitido seu ingresso ao trabalho, facultando-lhe, enquanto não forem estabelecidos êsses cursos, a admissão às escolas profissionais mantidas pelo SENAI.

53 – A atribuição às entidades representativas das categorias econômicas e profissionais de idênticos direitos e deveres quanto à organização do ensino técnico profissional.

54 – O estímulo à criação e ao desenvolvimento de institutos de Educação e Ensino, por meio de créditos a longo prazo e juros módicos, e com isenção de impostos ou taxas que recaiam sobre estabelecimentos dessa natureza.

55 – A elevação do nível de vida do educador, por meio de remuneração compatível com a sua função social, quer nos cargos de direção ou no professorado, tanto público como particular, sem majorar o custo do ensino. Para isso o Estado subvencionará os estabelecimentos particulares que não possam alcançar o justo equilíbrio econômico, criando-se assim categorias de colégios de administração autônoma e controlada.

POLÍTICA SOCIAL

56 – A conjugação de esforços das classes produtoras, com o objetivo de elevar o salário real do trabalhador, assegurando-lhe o fornecimento de utilidades a preços razoáveis, inclusive mediante financiamento e garantia de preços mínimos aos lavradores. A criação, ainda com

o mesmo objetivo, de postos de abastecimento pelos empregadores nas zonas rurais, quando não envolvam restrições aos legítimos interesses do comércio varejista.

57 – O incentivo à instalação de restaurantes nos próprios locais de trabalho, bem como a de restaurantes populares distritais, preferentemente pela conjugação de iniciativas particulares.

58 – A abolição dos jogos de azar, adotando o Estado providências aconselháveis na defesa do interesse público, inclusive a aplicação dos resultados de sorteios lotéricos para manutenção de serviços sociais.

59 – A revisão imediata das leis referentes à organização das classes rurais, com audiência destas, para assegurar o direito da associação em sua plenitude, maximizando a liberdade de escolha dos dirigentes das entidades, em seus diversos graus, e para conformar a estrutura destas às peculiaridades agro-pecuárias.

60 – O encaminhamento de trabalhadores às regiões do interior do país ainda fracamente povoadas, especialmente os territórios federais, promovendo-se a criação de colônias agrícolas, colônias escolas e aprendizados, para localização, ensino e aperfeiçoamento dos mesmos.

Teresópolis, 6 de maio de 1945.

CARTA DA PAZ SOCIAL

Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança.

Para apressar um tal resultado, e como medida preliminar, reconhecem a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro; e para isso é indispensável promover o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país, o qual poderá ser obtido pondo em execução um planejamento econômico amplo e objetivo, nos termos da Carta de Teresópolis.

Com êsse propósito, e na convicção de que nada será conseguido sem o mais estreito entendimento entre empregadores e empregados, o qual permita a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza produzida, solenemente assumem o compromisso de propugnar a consecução dêsses objetivos, mediante o recíproco reconhecimento de direitos e deveres, dentro de um verdadeiro regime de justiça social, na forma abaixo delineada:

- 1 – A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade social e à dignidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional.
- 2 – O capital não deve ser considerado apenas instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, meio de expansão econômica e bem estar coletivo. O trabalho é um direito de cada um a participar na vida social e um dever de para ela contribuir com o melhor de suas aptidões, assegurando aos trabalhadores um salário que lhes garanta uma existência digna, saudável e eficiente.
- 3 – Não só por motivo de solidariedade social, mas de conveniência econômica, deve ser o mais rapidamente possível aumentado o poder aquisitivo da população, principalmente rural, visando incrementar a prosperidade do país e fortalecer o mercado consumidor interno.
- 4 – Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem estar e igualdade de oportunidades, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhes facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional.
- 5 – O Fundo Social será constituído por uma contribuição de cada empresa, agrícola, industrial e comercial, ou de outra natureza, retirada dos lucros líquidos de seu balanço levantado nas condições prescritas pela legislação do imposto sobre a renda. A forma de arrecadação e as percentagens anuais dessa contribuição serão fixadas de modo a atender às necessidades do plano assistencial.

6 – A administração do Fundo Social será organizada da maneira mais apropriada e eficiente, de acordo com a experiência, seja dentro das emprêsas, seja com o agrupamento destas, seja por meio de comissões mixtas locais, compostas de representantes de empregadores e empregados, sendo preferivel, sempre que possível, destinar aos trabalhadores e empregados os benefícios correspondentes à quota dos lucros da emprêsa a que pertencem. A forma dessa administração será decidida após consultas aos empregadores e empregados, de maneira a melhor atender aos anseios gerais.

7 – Os empregadores procurarão ainda, com o máximo interesse e bôa vontade:

- a) – promover, pela racionalização do trabalho e pela melhoria do equipamento, o aumento da produtividade das emprêsas, visando a diminuição dos custos de produção, como meio de conseguir a redução dos preços de venda, tendendo assim a facilitar as condições gerais de vida;
- b) – promover as providências educativas e assistenciais necessárias a evitar que as técnicas racionalizadas na produção afetem a personalidade do trabalhador, destruindo ou enfraquecendo os seus valores humanos, cuja expansão e perfectibilidade deverá ser assegurada em todos os sentidos compatíveis com o bem comum;
- c) – instituir premios às iniciativas de empregados destinadas ao aprimoramento da técnica da produção e à maior extensão do bem estar do trabalhador, e bem assim pela eficiência de sua habilidade ou esforço;
- d) – cooperar no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino profissional, patrocinando o aproveitamento das vocações profissionais e artísticas dos empregados e operários que as revelarem.

8 – Aos empregados, como contribuição efetiva à obra de congraçamento e cooperação que se tem em vista, caberá, individual e coletivamente, empregar todo seu esforço no melhoramento da produção, e cooperar, por todos os meios ao seu alcance, no plano de expansão econômica do país. Para isso, procurarão mais especialmente:

- a) – contribuir, com ação adequada, no sentido de ser reduzida ao mínimo possível a instabilidade no emprêgo e a falta de assiduidade no trabalho.
- b) – evitar desentendimentos prejudiciais à cordialidade que deve existir entre patrões e empregados ou trabalhadores entre si;
- c) – zelar pela conservação das instalações das emprêsas e dos instrumentos de trabalho;
- d) – cooperar para que reine a necessária disciplina na execução do trabalho;
- e) – procurar aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, frequentando os cursos do SENAI e do Senac ou outros que vierem a ser organizados nas emprêsas;
- f) – procurar incentivar a produtividade individual, fator preponderante para aumento da riqueza nacional.

9 – Empregadores e empregados cooperarão para que os dissídios sejam resolvidos primeiramente nas comissões mixtas sindicais da localidade e, em geral, quaisquer direitos sejam reivindicados por meios pacíficos, condenando-se formalmente todo o recurso à violência.

10 – Completando o conjunto de medidas constantes desta Carta, empregadores e empregados farão sentir ao Estado a necessidade das seguintes providências:

- a) – o combate à inflação, reduzindo-se seus efeitos e eliminando-se suas causas;
- b) – a extinção das organizações públicas que embaracem a produção e o comércio e, consequentemente, concorram para elevar o custo da vida, combatendo-se também as manobras que produzam a elevação dos preços dos bens essenciais;

- c) – a redução ao mínimo possível dos impostos sobre os artigos alimentícios, para aumento de produção desses artigos e melhoria da alimentação do povo;
- d) – a abolição ou redução substancial dos impostos, taxas e emolumentos que incidem a qualquer título sobre a locação e a aquisição da casa do trabalhador urbano e da pequena propriedade rural, ampliando-se, ainda, os dispositivos legais de proteção à habitação popular;
- e) – a modificação do atual sistema administrativo dos institutos de Previdência Social, de modo a assegurar a participação efetiva dos seus contribuintes e o real preenchimento de suas finalidades;
- f) – medidas que assegurem aos sindicatos ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição de seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais, sem prejuízo da fiscalização do Estado;
- g) – a concretização, de maneira pronta e efetiva, dos direitos e garantias que lhes confere a atual legislação do trabalho.

11 – Organizar-se-á uma Comissão Executiva Central de empregadores e empregados, que se incumbirá de realizar o programa aqui estabelecido, em face da situação atual, promovendo os meios mais adequados, práticos e eficientes para dar-lhe cabal execução.

Confiado na solidariedade dos elementos que contribuem para a grandeza do Brasil em toda a vastidão do seu território, os signatários desta Carta esperam que, num clima de cooperação, fraternidade e respeito recíproco e na união de todas as forças vivas e conscientes da Nação, será possível estabelecer as bases de uma verdadeira democracia, assegurar as liberdades públicas, manter o equilíbrio social e conquistar para nossa Pátria o respeito e a admiração de todos os povos.

CNC 80 anos

Gigante como o Brasil

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

PRESIDENTE

José Roberto Tadros

DIRETORIA-GERAL EXECUTIVA

Simone de Souza Guimarães

GABINETE DA PRESIDÊNCIA E GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

Elienai Tavares Câmara

INICIATIVA E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gerência Executiva de Comunicação (Gecom/CNC)

APOIO TÉCNICO E DOCUMENTAÇÃO

Gerência de Documentação e Informação (GDI/CNC)

ORGANIZAÇÃO, TEXTOS E EDIÇÃO

Letícia Wilson e Sara Caprario

IDENTIDADE VISUAL CNC 80 ANOS

Ana Carolina Silveira

DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Faria | Officio

REVISÃO TEXTUAL

Cláudia Bechler

ASSISTÊNCIA DE PRODUÇÃO

Néia Oliveira

IMPRESSÃO

Sigma Soluções e Serviços

REALIDADE AUMENTADA

Mediasoft Softwares e Produções Multimídia



C748 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Brasil)

CNC 80 anos : gigante como o Brasil / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ; organização de Letícia Wilson, Sara Caprario. - São José : Santa Editora, 2025.

188 p. : il. color.; 27 cm

ISBN 978-65-87893-18-1

1. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Brasil) - História. I. Título.

CDD (23. ed.) 380.0981

Tatyane Barbosa Philippi – Bibliotecária CRB 14/735

Copyright Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2025

Todos os direitos reservados.

FOTOGRAFIA

- » Acervo CNC - páginas 7, 16-19, 22 (C/D), 23, 27, 39, 42, 45-50, 58 (AC/E), (AC/D), (AB/D), 60 (A), 68 (A), 85, 94-98, 104, 111, 113-115, 118-121, 126-131 (AB), 132-134, 137, 141 (AB), 143-145 e 151
- » Acervo iconográfico da Associação Comercial do Rio de Janeiro - págs. 15, 93, 125, 148 e 150
- » Acervo Senac - pág. 68 (AB)
- » Acervo Sesc - pág. 60 (AB)
- » Aduauto Perin | Fecomércio SP - pág. 109 (AB/D)
- » Amanda Oliveira | Fecomércio PE - pág. 108 (C/E)
- » Anderson Vaz Porciuncula | Sesc RS - pág. 58 (AB/E)
- » Andréia Beltrão | reprodução Sesc SP - pág. 62 (AC)
- » Arquivo Agência Brasil - págs. 20 e 21
- » Banco de Imagens - págs. 32, 37, 54, 70, 78, 103 e 110
- » Berg Alves e Mesquita | CNC - págs. 22 (D) e 142 (AB)
- » Carlos Ricky | Fecomércio-RS - págs. 86 (AC e C/C), 89 (E) e 145
- » Carol Brenck e Larissa Dias | reprodução Sesc Pantanal - pág. 64 (AB)
- » Corália Elias | CC BY-SA 4.0 - págs. 64 (C/E/AB) e 136
- » Crislayne Almeida | Sesc DF - pág. 58 (C/E)
- » Cristiano Costa | Fecomércio DF - pág. 22 (E) e 38
- » Diegobento.cecav | CC BY-SA 4.0 - pág. 64 (AC/E)
- » Divulgação Fecomércio - AL - pág. 89 (D) | Fecomércio AM - págs. 108 (AB) e 109 (AB/E) | Fecomércio BA - págs. 108 (AC) e 109 (AC/E) | Fecomércio CE - pág. 62 (C/D) | Fecomércio ES - págs. 86 (AB/E) e 109 (AC/D) | Fecomércio MG - pág. 86 (AB/C e AB/D) | Fecomércio PR - pág. 109 (C/E) | Fecomércio RJ - pág. 88 | Fecomércio RO - pág. 108 (C/D) | Fecomércio TO - pág. 86 (C/D)
- » Divulgação Senac CE - pág. 66 (AB/E) | Senac ES - pág. 66 (AB/D)
- » Guarim de Lorena | CNC - págs. 24 e 106
- » Guilherme Gaensly | Domínio público | Acervo Museu Paulista (USP) - pág. 35 (E)
- » Ignus | Fecomércio PE - pág. 86 (C/E)
- » João Alves | Senac RS - pág. 66 (AC/E) e (AC/D)
- » Jonas Pereira | Agência Senado - pág. 82
- » Marcelo Freire | CNC - págs. 104, 107 e 112
- » Paulo Negreiros e Edgar Marra | CNC - pág. 25
- » Paulo Negreiros | CNC - 141 (AC)
- » Paulo Rossi | Senac RS - págs. 66 (C/E) e 67 (E)
- » Raphael Carmona | Senac DF - págs. 66 (C/D) e (C/C) e 67 (D)
- » Ricardo Arcanjo de Lima | CC BY-SA 4.0 - pág. 64 (C/D)
- » Rodolfo Stuckert | Câmara dos Deputados - pág. 84
- » Rovena Rosa | Agência Brasil - pág. 58 (C/D)
- » Sesc Pantanal | Reprodução - págs. 64 (AC/D, C, AC/E) e 131 (AC)
- » Thiago Sabino | Sesc DF - pág. 58 (AC/C)
- » Wallace Nogueira e Jorge Porciúncula - Sand Filmes | CNC - pág. 13

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario de. **Confederação Nacional do Comércio - 60 Anos**. Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Anuário do Sistema Comércio**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Memorial do Comércio**. Disponível em: <https://memorial.portaldocomercio.org.br>. Acesso em: ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Portal do Comércio**. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br>. Acesso em: ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Revista CNC Notícias**. Rio de Janeiro: CNC, edições 225 a 269. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br/publicacoes/cnc-noticias>. Acesso em: ago. 2025.

CUNHA, Luiz Cláudio. UBE tem poder econômico mas quer vencer com ideias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 15-15. 15 nov. 1987.

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA (IEL/SC). **Portal do IEL/SC**. Disponível em: <https://ielsc.org.br>. Acesso em: ago. 2025.

SCHLEDER, Claudio. **CNC 75 anos**. São Paulo: Inbook Editora, 2020.

SCHLEDER, Claudio. **Cetur - Turismo no Brasil**: uma história de resistência e conquistas. São Paulo: Editora Inbook, 2022.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (Senac). **Portal do Senac**. Disponível em: <https://www.senac.br>. Acesso em: ago. 2025.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Sesc). **Portal do Sesc**. Disponível em: <https://www.sesc.com.br>. Acesso em: ago. 2025.

LEGENDA: AB (abaixo), AC (acima), C (centro),
D (direita), E (esquerda).



